

JOSÉ CARLOS RADIN

ÍTALO-BRASILEIROS EM JOAÇABA

UFSC

1995

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA E RESUMO

RADIN, José Carlos. *Ítalo-brasileiros em Joaçaba*. Florianópolis: UFSC. 1995. 121f./Dissertação de Mestrado em História/ 16/03/95.

O objetivo desta Dissertação é o de entender a [experiência de italianos e italo-brasileiros] que migraram das *colônias velhas* do Rio Grande do Sul à Joaçaba, de 1917 a 1970. Tal experiência centrada na [família, pequena propriedade e comunidade rural], é analisada a partir de aspectos que marcaram o [cotidiano] desses migrantes, tais como: sua relação com a terra, sua organização econômica, familiar, religiosa, recreativa e educacional, além de sua reação diante da *campanha nacionalista*.

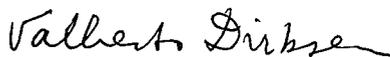
Ítalo-brasileiros em Joaçaba

José Carlos Radin

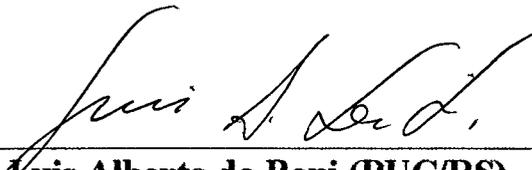
**Esta dissertação foi julgada e aprovada em
sua forma final para obtenção do título de**

MESTRE EM HISTÓRIA DO BRASIL

BANCA EXAMINADORA:



Prof. Dr. Valberto Dirksen (Orientador) (UFSC)



Prof. Dr. Luis Alberto de Boni (PUC/RS)



Prof. Dr. Artur César Isaia (UFSC)

AGRADECIMENTOS

A realização do Curso de Mestrado em História e deste trabalho só foi possível graças ao apoio, direto ou indireto, de diversas pessoas e instituições, as quais quero aqui lembrar, em especial a:

- Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina;
- Ao Conselho Nacional de Pesquisa Científica - CNPq;
- Ao Professor Orientador Dr. Valberto Dirksen;
- À UNOESC e colegas de trabalho;
- Aos demais professores e colegas;
- A *Neusa, Júnior e Marina*.

A todos minha gratidão.

SUMÁRIO

	Página
Referência Bibliográfica e Resumo	i
Termo de aprovação	ii
Agradecimentos	iii
Sumário	iv
Lista de Figuras	vi
Lista de Fotos	vi
Lista de Anexos	vi
Introdução	1

CAPÍTULO I

1.0- O OESTE CATARINENSE ATÉ O INÍCIO DO SÉCULO XX	7
1.1- Índios, Caboclos e Primeiros Conquistadores	7
1.2- As Pretensões Argentinas e a Insegurança Quanto a Posse do Território Oestino	14
1.3- A Ferrovia São Paulo-Rio Grande e as Concessões	17
1.4- As Novas Terras Catarinenses com o Acordo de Limites	19

CAPÍTULO II

2.0- OS ITALIANOS NO PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL E A MIGRAÇÃO PARA SANTA CATARINA	24
2.1- Os Campos e a Pecuária, com os Luso-brasileiros Açorianos e Portugueses	25
2.2- Os Italianos na Colonização do Rio Grande	26
2.2.1- O Contexto Europeu: Unificação Italiana e Emigração	27
2.2.2- A América	30
2.2.3- As Colônias Italianas do Rio Grande do Sul	31
2.2.4- A Agricultura Tradicional e Modernização	37
2.2.5- Crescimento Demográfico das Colônias	39
2.3- As Companhias de Colonização no Ex-Contestado	41
2.3.1- Joaçaba e a Colonização	45
2.3.2- A "Peste Branca" do Rio Grande do Sul	48

CAPÍTULO III

3.0- OS ÍTALO BRASILEIROS DE JOAÇABA	52
3.1- A "Mãe Terra" e a Organização Econômica	53
3.2- O Lazer	61
3.3- A Família	71
3.4- A Religião	78
3.5- Escola e Educação	85
3.6- Língua e Nacionalização	88
3.7- Uma Caracterização da Identidade Ítalo-brasileira	96
Conclusão	101
Fontes Primárias	105
Bibliografia	105
Depoimentos Orais	110
Anexos	111

LISTA DE FIGURAS

	Página
Mapa das Colônias Italianas do Rio Grande do Sul	35
Tabela n. 1. Quadro Estatístico da População e Densidade Demográfica do Estado do Rio Grande do Sul - 1900-1917.	40
Mapa do Antigo Município de Joaçaba	44

LISTA DE FOTOS

Foto n. 1. Os Migrantes	56
Foto n. 2. A Colheita do Trigo	57
Foto n. 3. Migrantes e a Confraternização	62
Foto n. 4. Caçadores I	62
Foto n. 5. Caçadores II	63
Foto n. 6. Caçadores III	64
foto n. 7. Mulheres e Lazer I	64
Foto n. 8. Clube Esportivo Riograndense	67
Foto n. 9. Os Idosos e o Futebol	68
Foto n. 10 Os Jovens e o Lazer	68
Foto n. 11. <i>Brincando de Fazer Churrasco</i>	69
Foto n. 12. Folia de Carnaval I	70
Foto n. 13. Folia de Carnaval II	70
Foto n. 14. O Casamento	73
Foto n. 15. Família Numerosa	74
Foto n. 16. A Capela	81
Foto n. 17. Mulheres e Lazer II	81
Foto n. 18. 'Anjinhos' e a 1ª Eucaristia I	82
Foto n. 19. 'Anjinhos' e a 1ª Eucaristia II	82
Foto n. 20. 'Anjinhos' e a 1ª Eucaristia III	83
Foto n. 21. Filhas de Maria	84
Foto n. 22. Escola e Nacionalização I	91
Foto n. 23. Escola e Nacionalização II	92

LISTA DE ANEXOS

Anexo n. 1 "Difesa" (manifesto dos colonos).	112
Anexo n. 2 Propaganda da "Colônia Bom Retiro".	113
Anexo n. 3 "Planta das terras da Sociedade Territorial Mosele, Eberle, Ghilardi & Cia.	114
Anexo n. 4 Propaganda da Sociedade Territorial Mosele, Eberle, Ahrons & Cia.	115
Anexo n. 5 Propaganda da Colônia Concórdia	116
Anexo n. 6 <i>In cerca de na Dona</i>	117
Anexo n. 7 <i>Parlando</i>	119
Anexo n. 8 Declaração	121

INTRODUÇÃO

A colonização do sul do Brasil deu-se em diferentes momentos e por imigrantes de diferentes nacionalidades. No final do século XIX e início do seguinte, as áreas coloniais do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina receberam um contingente de imigrantes italianos que contribuíram para a ocupação destas áreas.

O presente trabalho situa-se neste contexto e pretende compreender a história dos ítalo-brasileiros, migrantes das zonas coloniais do Rio Grande do Sul, que ocuparam as áreas rurais do município de Joaçaba (Cruzeiro)¹, na margem direita do Rio do Peixe, no meio-oeste catarinense, entre 1917 e 1970.

Assim, Joaçaba assumirá neste trabalho, não a totalidade de sua extensão, pois não se refere a seu espaço urbano ou o colonizado pelos teuto e por outras etnias, mas apenas o espaço ocupado pelos descendentes de italianos, no meio rural.

Pretende-se com este estudo contribuir para um melhor entendimento do processo de colonização e da própria experiência destes colonizadores na região incorporada ao estado de Santa Catarina, no início do século XX, pois observa-se uma carência de estudos neste sentido.

Para melhor entender esta experiência, julga-se importante a compreensão do quadro sócio-econômico, em que a mesma se desenvolveu, pois não a vemos isolada deste contexto.

Mesmo tendo por base as comunidades do interior do município de Joaçaba, acredita-se que pela similaridade do processo histórico regional, a abrangência deste trabalho pode estender-se aos ítalo-brasileiros da área rural do vale do Rio do Peixe ou mesmo do oeste catarinense.

A colonização de Joaçaba deu-se efetivamente após a criação do município, quando do *acordo de limites* entre os estados de Santa Catarina e do Paraná. Tal processo de colonização vai estender-se até ao final da década de 1960.

Este período marca, para o Brasil, a passagem de uma sociedade com características rurais para uma urbana, o que é fruto de um processo de industrialização e modernização do

¹ **Cruzeiro** tornou-se município em 1917 e teve esta designação até 1928, quando a Vila, pela lei estadual n. 1608, passou a chamar-se **Cruzeiro do Sul**. O município no entanto, manteve o nome original até 1943, quando pelo Decreto Lei Estadual n. 238, município e cidade passaram a denominar-se **Joaçaba**. Conforme Alexandre Muniz de QUEIROZ et al. *Album do Cinquentenário de Joaçaba*. Joaçaba, 1967. p. 21. Neste trabalho, optamos por utilizar o nome **Joaçaba**, mesmo quando a referência for anterior a 1943.

país.²

Esta passagem foi marcante, em especial às comunidades de italianos e descendentes, pois interferiu diretamente no seu modo de vida. Até então prevalecera a agricultura tradicional, a qual marcou sua vida e a das comunidades por eles criadas.

Buscou-se priorizar a experiência cotidiana destes migrantes agricultores, procurando entender os aspectos que dizem respeito à sua vida concreta, ligados à conquista da sobrevivência, ao seu modo de ser, de conceber o outro e o mundo, ou seja, a própria experiência humana. A intenção não é a de compartimentar o entendimento destes aspectos, mas considerá-los num todo.

Esta experiência humana, fruto do contato com o novo meio e, especialmente, com base nos princípios culturais dos migrantes, esteve intimamente ligada ao tradicional trabalho agrícola, dando origem a um *microcosmo* com características peculiares.³ Assim, pretende-se compreender este espaço, da família, da pequena propriedade e da comunidade rural.

Entender esta experiência significa, segundo Roger Chartier,⁴ *identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler.*

Estas pessoas, que buscavam encontrar um mundo melhor, simbolizado na *cucagna*⁵ pelos italianos, dispuseram-se a migrar, pois viam no pequeno lote colonial, a possibilidade de se tornarem proprietários, de sobreviver e, além disso, de enriquecer.

Buscando melhor compreender o quadro em que os migrantes desenvolveram esta his-

2 Neste trabalho nos referimos a este processo, utilizando o significado atribuído por Argemiro Brum, segundo o qual as mudanças econômicas ocorridas no Brasil estão intimamente ligadas às profundas transformações mundiais, do período pós guerra. Estas mudanças interferiram diretamente na agricultura, setor atingido pelo avanço das corporações transnacionais que passaram a difundir, além do uso de máquinas, de sementes selecionadas e fertilizantes químicos. Isto atingiu a organização tradicional da agricultura, baseada no trabalho familiar e na utilização dos recursos naturais. BRUM, Argemiro. *Modernização da Agricultura no Planalto Gaúcho*. Ijuí : FIDENE, 1983. p. 37-42.

3 Os imigrantes, por serem em sua grande maioria contadinos, ou seja, camponeses que trabalhavam e moravam na conteea (condado) cultivando diversos produtos agrícolas, criando alguns animais domésticos, etc., levaram para as colônias esta experiência que caracterizou a pequena propriedade policultora e de subsistência. O contadino também era visto de forma pejorativa, como um homem grosseiro e rude - contadino, scarpe grosse e cervelo fino. Neste contexto, Fortini, ao referir-se à experiência das colônias do nordeste gaúcho, destaca que pelo fato dos italianos terem ficado com as piores terras para o cultivo, isoladas dos centros urbanos, sem assistência, foram levados a produzir para sua própria subsistência, estabelecendo uma Civilização Agrária, pois sua vida estava essencialmente ligada à terra. FORTINI, Archimedes. *O 75º Aniversário da Colonização Italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre : Sulina, 1950. p. 17-18.

4 CHARTIER, Roger. *A História Cultural Entre Práticas e Representações*. Rio de Janeiro : Bertrand do Brasil, 1990. p. 16, 17.

5 Foi na América que os conquistadores da época dos descobrimentos marítimos procuraram o Eldorado; um lugar imaginário, repleto de riquezas fáceis. Ao encontro deste *Eldorado* os conquistadores colocavam em risco sua própria vida numa aventura incerta. Entre os italianos o mito da *cucagna* também parece ser antigo e quando surgiu a oportunidade destes emigrarem para a *América*, esperavam encontrar este lugar de sorte e fortuna fácil.

tória, além de sua experiência anterior à colonização, dividimos este trabalho em três capítulos.

Nos dois primeiros, elaborados basicamente a partir de pesquisa bibliográfica, pretende-se mostrar os antecedentes que envolveram a formação da região e a trajetória dos próprios migrantes, para, por fim, mostrar sua experiência em Joaçaba.

No primeiro capítulo busca-se caracterizar a formação inicial do vale do Rio do Peixe e oeste catarinense. Trata-se de um território que a princípio (até 1895) foi *contestado*, pela Argentina e, após, pelos estados de Santa Catarina e Paraná.

Neste contexto, com o intuito de legitimar a posse destas terras, o poder público promoveu a construção da *Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande*, a qual teve um significado importante para o desencadeamento do processo de colonização.

Neste processo, buscar-se-á evidenciar o confronto dos colonizadores com a população cabocla que já habitava a região. De outra parte, pretende-se mostrar a atuação das inúmeras *empresas colonizadoras* na comercialização dos lotes coloniais. Estas empresas, em sua maior parte já haviam atuado na venda de terras na região colonial do Rio Grande do Sul e, a partir do momento em que as *novas terras* do oeste catarinense foram transformadas em bem imobiliário, voltaram suas atenções para a região.

Este processo ocorre, de modo especial, após a construção da ferrovia, da resolução do conflito do Contestado e do acordo de limites com o Paraná, além da criação de novos municípios como foi o caso de Joaçaba e Chapecó.

Busca-se, assim, evidenciar as razões que atraíram os migrantes das *colônias velhas* do Rio Grande do Sul para Joaçaba e vale do Rio do Peixe.

No segundo capítulo, tendo em vista que a grande maioria dos migrantes que ocuparam a área rural de Joaçaba vieram daquele estado, objetiva-se caracterizar sua primeira experiência no sul do Brasil.

Os imigrantes italianos que promoveram a ocupação das áreas coloniais gaúchas, eram em sua maioria pobres e excluídos pela estrutura agrária na *pátria mãe*.

Assim, pretende-se entender esta experiência de construção de uma nova vida na *pátria adotiva*, numa área de difícil exploração econômica. Além disso, outras dificuldades se apresentaram, como foi o caso dos pequenos lotes coloniais, da pressão demográfica, da falta de técnicas adequadas para o cultivo, etc.

Este contexto levou a uma nova migração, justamente no momento em que, no oeste catarinense, colocava-se uma enorme área à disposição dos colonizadores.

No terceiro e último capítulo, buscar-se-á mostrar a experiência que estes descendentes de italianos desenvolveram, após a migração para as *novas terras*, em Joaçaba. Isto a partir de aspectos que envolveram sua vida cotidiana.

Pretende-se compreender a continuidade da *civilização agrária*, onde os migrantes, pelo trabalho na terra, buscavam *fazer a vida*, na sua pequena propriedade policultora. Este *fazer a vida*, a grosso modo, resumiu-se na conquista da sobrevivência, pois as limitações impostas pelo modelo colonial não possibilitaram que fossem além disso.

Tal situação levou os ítalo a desenvolverem um modo de vida com características peculiares, que Giralda Seyferth,⁶ chamou de *ethos camponês*.

Compreender este *ethos* significa compreender melhor como o grupo ítalo vê e organiza seu lazer, sua religião, seu trabalho, sua família, enfim toda a sua vida cotidiana.

No processo de colonização, os ítalo-brasileiros depararam-se com outras etnias, sendo marcante o contato com os caboclos, que já habitavam a região. Neste sentido ocorreu um confronto de *concepções de mundo*, sendo que o migrante ítalo, a partir de uma visão *etnocêntrica*, julgava-se superior aos demais, pela sua *capacidade de trabalho*. Esta maneira de ver a si e ao outro, faz parte de suas representações coletivas.

Logo ao iniciar a experiência na região, estes migrantes depararam-se com a *campanha de nacionalização* que pretendia acelerar o processo de assimilação e aculturação.

Para a elaboração deste trabalho, utilizamo-nos, além das fontes bibliográficas, da tradição oral, a qual teve um significado especial no entendimento de diversos aspectos em questão.⁷ Isto se deu em função da escassez de fontes primárias que permitissem melhor elucidar o assunto.

Como o fenômeno migratório é relativamente recente, nos foi possível contatar com alguns dos primeiros migrantes que chegaram na região. As entrevistas e a convivência com tais pessoas facilitou-nos a compreender de uma forma mais abrangente esta experiência.

De outra parte utilizamo-nos de jornais do período em questão, os quais nos forneceram elementos importantes, especialmente acerca da *campanha de nacionalização* e do contexto regional da época.

Este foi o caso dos jornais de Joaçaba como o *Cruzeiro* (1935-1936), *A Tribuna* (1940-1947), *Voz d'Oeste* (1938-1943), *Tribuna Livre* (1955-1959), e de alguns exemplares do *Cruzeiro do Sul*, este a partir do ano de 1953.

⁶ SEYFERTH, Giralda. *Imigração e Cultura no Brasil*. Brasília : Editora da UNB, 1990. p. 26.

⁷ Neste sentido, conforme escreve Henri Moniot, "a tradição oral tornou-se um material dos 'povos sem história', porque é autêntica e onipresente. MONIOT, Henri. "A História dos povos sem História". In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre, *História: Novos Problemas*. 2. ed. Rio de Janeiro : Francisco Alves, 1979. p. 105.

Da mesma forma foi muito significativa a pesquisa no jornal *Staffetta Riograndense* (1917-1941), publicado, na época, em Garibaldi, e após 1941 passou a *Correio Riograndense* (Caxias do Sul). Neste nos foi possível visualizar a situação das *colônias velhas* do Rio Grande do Sul, bem como o contato que os migrantes direcionados ao vale do Rio do Peixe e oeste catarinense, mantinham com a região de origem.

Também tivemos acesso às *Falas* dos governadores de Santa Catarina à Assembléia Legislativa, do período de 1917 a 1939, onde aparecem registrados elementos relacionados às terras *recém incorporadas* ao estado e do processo de colonização.

Por fim, a utilização de fotografias possibilitou-nos ilustrar o cotidiano da vida dos ítalo, de aspectos de seu comportamento, de sua cultura, além de aspectos da própria assimilação.

Acerca das fontes de consulta, sentimos certa dificuldade em virtude de sua escassez. Entre os migrantes, são raros os que preservam documentos escritos. Também em função disso, o trabalho apresenta suas limitações.

CAPÍTULO

PRIMEIRO

I- O OESTE CATARINENSE ATÉ O INÍCIO DO SÉCULO XX.

- 1.1- Índios, Caboclos e Primeiros Conquistadores.
- 1.2- As Pretensões Argentinas e a Insegurança quanto à Posse do Território Oestino.
- 1.3- A Ferrovia *São Paulo-Rio Grande* e as Concessões.
- 1.4- As Novas Terras Catarinenses com o Acordo de Limites.

1.0- O OESTE CATARINENSE ATÉ O INÍCIO DO SÉCULO XX.

Neste primeiro capítulo buscar-se-á caracterizar a trajetória da conquista do atual oeste catarinense pelo elemento branco, desde suas primeiras incursões à região.

Pretende-se com isto evidenciar as razões e as condições propícias que levaram esta região a receber um número considerável de migrantes gaúchos, especialmente os teuto e ítalo-brasileiros, na aurora deste século.

Considera-se da mesma forma importante ao desenvolvimento deste trabalho, caracterizar o quadro sócio-econômico e a população que habitava o oeste catarinense antes da chegada dos colonizadores.

A conquista de uma região tem sempre uma série de implicações. Em se tratando de um território já povoado, mesmo que escassamente, por nativos e caboclos, como foi o caso do oeste catarinense, a presença dos conquistadores provocou grandes transtornos.

O contato de grupos com diferentes modos de conceber o mundo, fez com que, tanto os conquistadores quanto a referida população, mudassem de concepção.

Ao traçar este quadro objetiva-se melhor compreender, posteriormente, como os migrantes ítalo-brasileiros desenvolveram sua experiência em Joaçaba, do início da colonização até 1970.

1.1- Índios, Caboclos e Primeiros Conquistadores.

O atual território do oeste catarinense, a exemplo da maior parte do grande interior brasileiro, permaneceu por longos anos sem ser ocupado e explorado economicamente pelo elemento branco.

A conquista e ocupação portuguesa do Brasil deu-se, de fato, a partir do litoral, ficando a ocupação do *grande oeste* por conta da atuação *bandeirante* que, por atrativos e em épocas distintas, penetrou pelo sertão impondo-se às populações nativas. Assim, das primeiras incursões dos conquistadores ao oeste catarinense, até sua posse efetiva, passaram-se muitos anos.

Referindo-se a isso, Licurgo Costa¹ diz que na época da fundação da Colônia do Sacramento, em 1680, não havia caminhos terrestres para o Sul. O Brasil era uma seqüência de feitorias marítimas desvinculadas de uma ou outra tentativa de criá-las no interior. Os portu-

1 COSTA, Licurgo. *O Continente das Lagens*. Florianópolis : FCC, 1982. p. 28.

gueses, até este período, afastaram-se poucos quilômetros da orla marítima para explorar o interior.

A presença de conquistadores no *sertão* catarinense dá-se a partir das primeiras incursões contra os índios das missões jesuíticas e, nos campos de Lages e Curitibanos, pelos *caminhos de tropas*. Estes elementos, principalmente os apresadores de índios, não intencionavam estabelecer-se na região.

Os *caminhos de tropas* favoreceram os portugueses na conquista dos campos sulinos, a partir do século XVII e início do seguinte. Ao longo desses caminhos foram surgindo os *pontos de invernada*, onde os tropeiros passavam um determinado tempo para que o gado pudesse recompor-se da caminhada. Lages, em Santa Catarina, foi um desses pontos.

O local onde mais tarde seria fundada a povoação passou a ser um dos 'pousos' normais dos tropeiros que, freqüentemente, também ali 'invernavam' ou se demoravam meses e em alguns casos mais de ano, para que seus animais se refizessem da longa viagem [...] Os campos circundantes, de centenas de quilômetros quadrados, ainda devolutos, eram ocupados pelos tropeiros. Paulistas e lagunenses que fundaram as primeiras fazendas ou estâncias, começaram entre 1730 e 1740 a criação de muares e equinos, paralela à de bovinos".²

Via Lages, o tropeirismo continuou a movimentar as feiras anuais de Sorocaba, principalmente pelo caminho *Viamão-Sorocaba* ou pela *Estrada da Mata*, até o final do século XIX. Tal situação fez com que no decorrer do século, fosse utilizado um novo caminho, mais a oeste.

Trata-se, da Estrada de Palmas ao Rio Grande do Sul, usada indistintamente por tropeiros e fazendeiros dos campos gerais do Paraná, quanto por sorocabanos, riograndenses e curitibanos. De Ponta Grossa, Jaguairaiva ou Castro, ia-se até Guarapuava e desta a Palmas, de onde, a partir de 1845, deu-se a abertura de uma picada para o Rio Grande do Sul.³

As feiras de Sorocaba estenderam-se até o final do século XIX e fizeram com que os *Caminhos de Tropas* se constituíssem num avanço na direção do sertão, servindo para alargar as fronteiras aos conquistadores portugueses. No entanto, somente com o passar de muitos anos, as povoações surgidas, em conseqüência do tropeirismo, seguiram na direção do oeste, chegando, em Santa Catarina, próximo à margem esquerda do rio do Peixe.

Deve-se destacar aqui que estes primeiros conquistadores ocuparam as áreas de campo, transformando-as normalmente em grandes fazendas voltadas para as atividades de criação.

Por outro lado, o território do oeste catarinense, também foi percorrido pelos bande-

² Id. Ibid. p. 28.

³ EHLKE, Cyro. *A Conquista do Planalto Catarinense*. Florianópolis : Laudes, 1973. p. 177.

rantes apresadores de índios, a partir do século XVII. Esta região era habitada pelos Kaingang e Xokleng. Os índios Kaingang ocupavam, em especial, os campos abertos, ao passo que os Xokleng habitavam as matas. Esses indígenas eram muito arredios e permaneceram, num primeiro momento, afastados da presença dos conquistadores.

Estudo de Wilmar da Rocha D'Angelis demonstra que quanto às suas relações com os brancos,

cabe esclarecer que os bandeirantes paulistas não os molestavam, porque não representavam escravos 'de valor' ante os valorizados guarani. Deve-se isso ao fato de que os Jê não eram de língua conhecida [...] enquanto os bandeirantes falavam o tupi, (da mesma família lingüística do guarani) e ao fato de que não eram como os guarani, tradicionais agricultores de hábitos sedentários".⁴

Por sua vez, no Rio Grande do Sul, os jesuítas introduziram e desenvolveram a criação de gado junto às reduções, a partir de 1634. Isto deu à região uma dinâmica econômica que interessava aos conquistadores europeus e, por outro lado, despertava sua cobiça, não apenas pelo aproveitamento do gado em si, mas pela própria conquista da região.

As disputas entre os índios das reduções e os bandeirantes intensificaram-se, sendo que milhares de nativos foram escravizados. Estes conflitos levaram a experiência missioneira à destruição, no início da segunda metade do século XVIII, pelos exércitos português e espanhol.

Conforme entendimento de D'Angelis, tal fato teve repercussão imediata na época. *Vivia-se ainda a 'febre do ouro', descoberto nas Minas Gerais no final do século anterior e a região das minas necessitava de muares para o transporte e gado vacum para alimentação. De imediato a conquista do território missioneiro colocava à disposição da economia portuguesa vastos campos de criar e, sobretudo, vastos rebanhos.⁵*

São conhecidos os interesses econômicos e estratégicos portugueses, no que se refere a ampliação dos seus domínios na região. De certa maneira, a consolidação da conquista portuguesa dos campos do Rio Grande, dá-se com a posse definitiva das missões, em 1801. Porém, para os conquistadores, a região ainda continuava desintegrada à economia nacional. O gado sulino constituía-se na possibilidade para efetivar tal integração.

Neste contexto, segundo Ehlke,⁶ tornou-se imperativo de ordem econômica a abertura de um caminho por terra, ligando o sul ao centro do Brasil, pelo qual se pudesse tornar aproveitável uma imensa riqueza, ainda mal explorada nos campos sulinos, que era a gadaria solta,

⁴ D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. "Por uma História dos Índios do Oeste Catarinense". In: *Cadernos do Centro de Organização da Memória do Oeste de Santa Catarina*. Chapecó, Ano IV, n. 6. Nov. de 1989. p. 14.

⁵ Id. *Ibid.* p. 14, 15.

⁶ EHLKE, C. *Op. Cit.* p. 134.

feroz, sem dono e sem limitações de espécie alguma. Milhões de reses, cavalos, muares, ovinos e caprinos, lá estavam à espera do bandeirante apresador. Este depois de haver realizado as principais entradas no interior do território e concluídos os ciclos de apresamento dos silvícolas e da mineração, buscou uma nova forma de realizar-se economicamente, consolidando-se como condutor e mercador de gado, ou estancieiro.

Observa-se como o ponto de vista do autor, ao descrever o sul e sua riqueza é coincidente com o do conquistador. O gado "*está aí*", "*mal explorado*", "*sem dono*", "*à espera do conquistador*"... Não considera, de forma alguma, o povo que ali vivia e que trabalhava para produzir tal riqueza.

Com a chegada de Dom João VI ao Brasil, a preocupação acerca da conquista efetiva do sul ficou ainda mais evidente. Buscou-se, por exemplo, ligar os Campos de Guarapuava, conhecidos desde 1770, aos Campos do Rio Grande do Sul. Em vista disso, o próprio Rei determinou a concessão de sesmarias naqueles campos, mandando

"suspender os efeitos de humanidade e considerar como principiada a guerra contra os Índios bugres, habitantes dos campos de Curitiba e Guarapuava, assim como de todos os terrenos que desaguan no Paraná e formam do outro lado, as cabeceiras do Uruguai".⁷

Dava-se a ocupação brasileira dos campos de Guarapuava expropriando, pela força, os índios da região, os quais, diante do poderio do invasor, viram-se obrigados a recuar e até buscar uma aproximação com os bandeirantes.

Segue D'Angelis⁸, dizendo que desta forma lançavam-se as bases da conquista dos campos de Guarapuava que, por sua vez, serviram de base para a posterior ocupação dos Campos de Palmas, com a submissão de um grupo Kaingang e com o emprego da clássica técnica colonial de alimentar e explorar as lutas internas dos povos colonizados. Conhecer a forma da conquista dos campos de Guarapuava é fundamental e indispensável para entender a penetração luso-brasileira na região do atual oeste catarinense.

Concordamos com o autor neste sentido e podemos acrescentar que é importante não apenas para entender a penetração *luso-brasileira*, mas também a dos próprios migrantes descendentes de europeus.

Na medida em que ocorreu o desenvolvimento extensivo da pecuária na região de Guarapuava, tornaram-se necessárias outras áreas de campo para o estabelecimento de novas fazendas. Se por um lado isso intrigava os fazendeiros, por outro, esta necessidade de conquista de novos campos, agradava aos planos geopolíticos do Império, desejoso em ocupar cada vez

⁷ MOREIRA Neto, Apud D'Angelis, Op. Cit. p. 19.

⁸ D'ANGELIS, W. R. Op. Cit. p. 19.

mais as áreas tidas como *vazias*.

Nesta perspectiva, os *campos* valorizavam-se cada vez mais tendo como conseqüências a ocupação de novos e o desenvolvimento da pecuária. Tal foi o caso da ocupação dos *Campos de Palmas*, nos quais, a princípio, organizaram-se diversas fazendas de criação de gado e de cavalos.

Os *Campos de Palmas* compreendiam uma vasta região, abrangendo todo o oeste catarinense e parte do sudoeste do Paraná. A designação *Palmas*, com esta extensão, vai prevalecer até a resolução da *Questão de Limites* entre Paraná e Santa Catarina, em 1916.

*Portanto, quando a documentação oficial fala de Campos de Palmas, está se referindo, sobretudo, às terras do atual Oeste Catarinense. Por extensão, Palmas, passou a designar a região, sobretudo após 1855, ano da criação da Freguesia de Palmas. A Freguesia ia até os limites da Província do Paraná com São Pedro do Rio Grande, ou seja, o Rio Uruguai; a Oeste, ia até os limites (então indefinidos) com a Argentina.*⁹

Essa grande região de Palmas, povoada inicialmente pelos índios, neste contexto de valorização das terras, recebeu posteriormente fazendeiros lusos, e a partir das primeiras décadas do século XX, inúmeros migrantes gaúchos.

Eram fundamentalmente os índios Kaingang que habitavam os *Campos de Palmas*, e, os Xokleng, a grosso modo, encontravam-se a leste do rio do Peixe. Os Kaingang viviam no planalto e estavam habituados à economia do pinhão e uma agricultura muito rudimentar, complementada pela caça. Eram semi-nômades, vivendo parte do ano em acampamentos improvisados e outra parte como nômades, caçando e coletando frutos, raízes e mel. Os Xokleng eram nômades e ocupavam principalmente as florestas que ficavam entre o litoral e o planalto, baseando sua economia na caça e na coleta.¹⁰

Acerca destes povos segue Sílvio Coelho¹¹, dizendo que, com o avanço na ocupação do território pelos conquistadores, o espaço, antes todo dos índios, reduzia-se cada vez mais. Quando a colonização começou em Santa Catarina, efetivamente iniciou-se um processo de disputa pela terra. Os imigrantes chegavam com o objetivo de desbravar, de abrir uma propriedade agrícola, de transformar a floresta num campo produtivo, razão de ser do progresso de sua família e de toda a comunidade; os indígenas ocupavam esta mesma terra e dependiam dela para o seu sustento e de suas famílias. Os imigrantes eram agricultores; os índios viviam da caça e da coleta de frutos, mel e outros produtos. A floresta, com sua fauna e flora, era funda-

⁹ D'ANGELIS, W. R. Op. Cit. p. 25, 26.

¹⁰ SANTOS, Sílvio Coelho dos. *Nova História de Santa Catarina*. Florianópolis : Lunardelli, 1974. p. 29-31.

¹¹ Id. Ibid. p. 85, 86.

mental para a sobrevivência do índio.

Temos com isso caracterizadas duas formas diferentes de ver o mundo, que passaram a se confrontar, gerando inúmeros conflitos entre índios e colonizadores. Estes não viam naqueles, indivíduos em quem pudessem confiar.

Neste sentido, escreve Thomé¹², que a partir de 1870, em vista da intensificação dos ataques dos índios, cada vez mais rechaçados, os colonos e fazendeiros passaram a contratar 'bugreiros', homens que ao longo do tempo, se dedicaram quase que integralmente a aventuras nas selvas, adquirindo larga experiência na perseguição dos nativos, conhecendo seus costumes e trilhas. Estes 'bugreiros' formavam grupos de aproximadamente 15 caboclos, conhecedores profundos da vida do sertão. O líder do grupo oferecia seus serviços aos colonos, fazendeiros, agrimensores, viajantes, tropeiros, etc.

O que o autor considera como *ataques dos índios*, na verdade deve ser entendido como *contra-ataques*, pois foram os fazendeiros e colonos que invadiram o espaço dos nativos e a atitude destes em defender o que *era seu*, foi uma reação natural. De qualquer forma, fica evidente o quadro conflitivo que se formou no contato dos conquistadores com os nativos.

Neste conflito os *bugreiros* foram responsáveis por verdadeiras matanças de índios, realizando uma *limpeza das florestas*, que consistia, além da matança, da expulsão dos nativos para outras áreas. Indiretamente provocaram a morte de muitos colonos, pois os índios retribuavam os ataques que sofriam. Essa *limpeza* junta-se a uma outra, que deve ser mencionada neste contexto, que foi a própria *Guerra do Contestado*.

Conforme Silvio Coelho¹³, assim como os índios, os sertanejos que viviam na área e que haviam servido de base para tal guerra, também se diluíram. A sua condição de ocupantes de terras não legalizadas, de proprietários de pequenas roças, de extratores de recursos florestais como a erva-mate, de analfabetos, enfim de homens sem recursos, não mais se encaixava com o novo sistema da competição e da busca do lucro. Não interessava o fato de os sertanejos terem sido responsáveis pelo desbravamento inicial da região. A preocupação, agora, era explorar os recursos florestais e cultivar o solo agressivamente.

A conquista do oeste catarinense pelos bandeirantes, fazendeiros e migrantes, mesmo que em momentos diferentes, manteve em comum o fato de não se respeitar os primitivos habitantes. Nesta região, como em muitas outras de toda a América, repetiu-se, a grosso modo, a forma de ocupação, ou seja, na mesma proporção em que os conquistadores foram apropriando-se das terras, os nativos passaram a ser eliminados ou expulsos delas.

12 THOMÉ, Nilson. *Civilizações Primitivas do Contestado*. Caçador : Imprensa Universal, 1981. p. 40, 41.

13 SANTOS, Sílvio C. dos. Op. Cit. p. 106.

Nesta primeira etapa da conquista do oeste catarinense, deu-se de modo especial a ocupação das áreas de campo, sendo que ao findar do século XIX estavam praticamente todas tomadas. Economicamente, nesta região, a pecuária, a extração da madeira e da erva-mate, foram as atividades possíveis, até as duas primeiras décadas do século XX.

Destarte, apesar do avanço da conquista do grande oeste catarinense, na época da construção da estrada de ferro, toda a região ainda era considerada *escassamente povoada*.

Os grupos de índios e caboclos que a habitavam possuíam, segundo os conquistadores, um modo de vida *rudimentar*, subsistindo basicamente do extrativismo da erva-mate, madeira e outras pequenas culturas, em meio à *grande selva*.

Ao se referir à região antes da construção da estrada de ferro, Cabral¹⁴ assim a descreve:

Não havia instrução, não havia sequer assistência religiosa. Nenhum dos estados contestantes se animava em promover o adiantamento da região, que de uma hora para outra poderia passar a integrar o território da parte oposta. As populações eram escassas - quase todas egressas de núcleos pastoris, despedidos os peões que não poderiam permanecer no latifúndio... Iam então com seus poucos haveres, instalar-se nestas terras de ninguém, escondendo a sua miséria nas canhadas das serras, onde do corte da congonha que iam vender aos ervateiros e seus intermediários e de outras atividades menores que lhes davam um parco e insuficiente ganho, que empregavam no sal, na pólvora, no querosene ou em uma ou outra utilidade imprescindível.

Os caboclos e os índios que habitavam o oeste catarinense na aurora deste século, pelo isolamento em que se encontravam, não tinham condições para que seu modo de vida fosse diferente. É necessário compreender este contexto, para não se fazer um julgamento preconceituoso destas populações, pois tal maneira de ser foi construída ao longo do tempo, a partir das condições que possuíam.

Wenceslao Breves por exemplo, quando se refere aos costumes dos caboclos do oeste, diz que

seu sistema de trabalho era o mais absurdo e atrasado. Basta dizer que os agricultores não conheciam o uso desta antiquíssima ferramenta agrícola chamada enxada. Faziam suas roças apenas com foice, machado e fogo... Gostavam sobretudo de derrubar matas virgens e capoeirões, porque a madeira derrubada dava bom facho para o fogo. Feita a plantação, cujas covas eram abertas com a ponta da foice ou com uma cavadeira de madeira, a roça não era capinada. A terra virgem e forte fazia com que o milho e o feijão crescessem mais depressa que o mato. A alimentação é a mais primitiva possível, baseada no feijão, farinha de milho branco, em moñolo, e canjiquinha de milho para substituir o arroz. Os mais remediados, que possuíam uma vaca tinham leite e coalhada, mas em determinados ranchos, havia verdadeira miséria em

14 CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *História de Santa Catarina*. 3. ed. Florianópolis : Lunardelli, 1987. p. 297.

*meio a uma natureza opulenta e terras riquíssimas...*¹⁵

Ainda no que se refere a esta população cabocla do oeste, acrescenta Indio Campos¹⁶ que, dos cerca de dez mil trabalhadores recrutados pela empresa construtora da estrada de ferro, após a conclusão da obra, muitos se espalharam pela região e provocaram grande miscigenação entre esta massa predominantemente masculina e as índias locais. Tal população levava uma vida bastante simples. Cultivava a terra através de sucessivos desmatamentos, visando apenas à subsistência. Habitava ranchos rústicos e pouco se diferenciava dos índios, a não ser pelo uso de alguns instrumentos como foice, machado e armas de fogo para a caça. Isto, somado a um cavalo e acessórios de montaria, constituíam suas únicas posses. Os caboclos ocupavam sucessivamente novas terras como posseiros, sempre que isso fosse necessário, sendo que poucos se fixavam.

A partir da chegada das empresas colonizadoras, amparadas na *Lei de Terras* de 1850 que definia a compra como única forma de acesso à terra, pode-se imaginar o destino destas populações. Com a progressiva colonização da região, tornaram-se os primeiros deserdados da terra.

A ocupação progressiva da região provocou a destruição das tradicionais condições de vida construídas ao longo dos anos pelos caboclos. A partir de então, estes passaram a trabalhar como simples peões e *bóias-frias*.

A maneira de ser e viver dos caboclos era diferente da que viviam os migrantes. Estes, ao adentrar a região, visavam a acumular riquezas materiais e principalmente a obter a propriedade das terras. Por isso não aceitavam e nem entendiam o modo de ser daqueles.

Apesar das primeiras investidas dos conquistadores terem acontecido num tempo distante, na passagem do século XIX para o seguinte, praticamente toda a região do grande oeste catarinense continuava sem ter uma ocupação efetiva. Esta situação alimentou, por longos anos, uma disputa por divisas entre Brasil e Argentina e, posteriormente, outra entre os estados de Santa Catarina e Paraná.

1.2- As Pretensões Argentinas e a Insegurança Quanto à Posse do Território Oestino.

¹⁵ BREVES, Wenceslao de Souza. "O Chapecó que eu Conheci". In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*. Florianópolis, n. 6, 1985. p. 21-24.

¹⁶ CAMPOS, Indio. *Os Colonos do Rio Uruguai*. Campina Grande : Universidade Federal da Paraíba, 1987. p. 68. (Dissertação de Mestrado).

Portugueses e espanhóis envolveram-se, desde o início da conquista da América, numa longa disputa pela posse do território, principalmente na sua parte meridional.

Mesmo com a independência das colônias, da Argentina (1810) e do Brasil (1822), a disputa não cessou, mas os dois governos não debateram a questão de fronteiras até 1857, quando o governo brasileiro tomou a iniciativa das conversações sobre o assunto. Os argentinos só definiram sua interpretação ao Tratado de Santo Ildefonso em 1881, quando declararam ser os rios Chapecó e Chopim, o limite entre os dois países. O Brasil por sua vez, apontava como divisa os rios Peperi-Guaçu e Santo Antônio. Esta diferença representava uma área contestada de 30.621 quilômetros quadrados.

O Brasil, diante disso, passou a preocupar-se com a efetivação da posse do território que ainda não estivesse devidamente ocupado. Tinha em mente o princípio do *Uti Possidetis*, que era diplomaticamente usado em Convenções e Tratados e, segundo o qual, um país teria direito a um determinado território, somente por sua ocupação efetiva e prolongada.

Na concepção das autoridades brasileiras, a ocupação do território deveria dar-se pelo elemento branco. Neste sentido a migração dos descendentes de europeus, do Rio Grande do Sul ao oeste catarinense, também faria parte de um plano geopolítico. Por outro lado, intencionava-se uma melhor exploração econômica da região. Estas preocupações podem ser observadas no relatório do Presidente da Província do Paraná, apresentado à Assembléia Legislativa, em 1866, quando diz:

*é aspiração antiga da Província [...] o estabelecimento de uma via de comunicação entre o litoral e a margem esquerda do rio Paraná, abaixo das Sete Quedas, não só para a defesa da fronteira, do lado do Paraguay e da Confederação Argentina, na confluência do Iguaçu, que venha a ser o empório do comércio com os Estados do Prata.*¹⁷

Estrategicamente as autoridades brasileiras buscaram expandir a colonização, para, além da defesa da fronteira, criar estes mercados, ampliando o aproveitamento econômico da região. Estas preocupações demonstram o receio brasileiro em relação aos Estados vizinhos.

Neste contexto foram criadas, por parte do governo imperial, as Colônias Militares de Chapecó e Chopim, em 1859. Segundo o entendimento de Piazza¹⁸, o artigo segundo do Decreto que as criava, definia que eram destinadas à defesa da fronteira, à proteção dos habitantes dos Campos de Palmas, Erê, Xagu e Guarapuava, contra a invasão dos índios, e a chamar os ditos índios visando a catequizá-los e civilizá-los.

¹⁷ RELATÓRIO do Presidente da Província do Paraná, Apud WACHOWICH, Rui Cristovam. *Paraná, Sudoeste: Ocupação e Colonização*. 2. ed. Curitiba : Vicentina, 1987. p. 31.

¹⁸ PIAZZA, Walter Fernando. *A Colonização de Santa Catarina*. 2. ed. Florianópolis : Lunardelli, 1987. p. 216.

Mas o referido decreto tratava também da concessão de terras, as quais deveriam ser *imediatamente habitadas e cultivadas*.

Observa-se que a preocupação oficial com a defesa da fronteira incluía a proteção dos habitantes *civilizados* e a *catequese e civilização* dos demais. Isto evidencia que, segundo as autoridades, a ocupação existente na região não garantia a posse, necessitando, em consequência, da inclusão de novos elementos.

A Colônia Militar de Chapecó só foi fundada, no entanto, em 1882, em Xanxerê, pelo Capitão José Bernardino Bormann, que "*construía em plena mata, uma célula da civilização brasileira*".¹⁹

A própria construção da ferrovia *São Paulo-Rio Grande*, passando pelo vale do Rio do Peixe, projetada ainda no Império para facilitar a integração da região sul ao centro do país, é uma demonstração da preocupação brasileira com a posse efetiva do território *contestado*.

Segundo Cabral²⁰, em função do *vazio populacional* existente na região, por razões de segurança, fazia-se necessária a colonização da área. Em 1910, o contingente humano começava a aumentar ao longo do rio do Peixe, com o avanço da ferrovia que, por razões estratégicas, se construía rumo ao sul.

A preocupação acerca da posse ainda persistiu por vários anos, como pode ser observado nos relatos de Costa²¹, que acompanhava o Governador Adolfo Konder por ocasião de sua visita ao oeste, em 1929. O autor destaca que, em virtude do *abandono da região*, o Governador corrigiu de passagem o que foi possível e aproveitou para denunciar aos poderes da República *o que verificou de alarmante* além de pedir melhorias e providências. Acrescenta que "*as opiniões do Estado e do país estão voltadas, neste momento, para o oeste catarinense; a última especialmente por motivos de ordem nacional, ligados à fronteira*".

Torna-se imprescindível ter em mente este contexto de disputa pela posse do oeste catarinense, para melhor compreender o processo de colonização da região. Este fenômeno teve um primeiro grande impulso em consequência da construção da estrada de ferro *São Paulo-Rio Grande*.

¹⁹ Conforme Piazza, Id. Ibid. p. 221.

²⁰ CABRAL, O. R. Op. Cit. p. 297.

²¹ COSTA, A. Ferreira da. *Oeste Catarinense: visões e sugestões de um Excursionista*. Rio de Janeiro : Vilas Boas e Cia. 1929. p. 23.

1.3- A Ferrovia São Paulo-Rio Grande e as Concessões.

A idéia de fazer uma ligação férrea do centro do país ao Rio Grande do Sul foi pensada ainda pelo governo imperial. O sul catarinense, por sua vez, reivindicava investimentos em linhas férreas que viessem desenvolver a atividade carbonífera.²²

Observa-se no entanto, que o grande investimento não foi feito no litoral e sul do estado, mas sim, em meio à *grande selva* no oeste, num *território fronteiriço* de Santa Catarina. Este fato demonstra que a preocupação brasileira era a de criar as condições para a colonização da região.

Para perceber mais claramente esta preocupação, observe-se que o *Tratado de Arbitramento*, entre Brasil e Argentina, acerca das divisas, foi assinado em 7 de setembro de 1889 e, em 9 de novembro do mesmo ano, o Governo Imperial pelo Decreto 10.432, *concede privilégios, garantia de juros e terras devolutas, mediante autorização legislativa, para a construção, uso e gozo de uma estrada de ferro que, partindo das margens do Itararé, na Província de São Paulo, vá terminar em Santa Maria da Bocca do Monte, na Província do Rio Grande do Sul, com diversos ramaes.*²³

O Decreto que apresenta a primeira proposta brasileira para a construção da estrada de ferro deixa implícita a preocupação com a ocupação e integração do referido território. Com o governo da República vão surgir outras propostas para a construção da estrada, a qual se tornará realidade na primeira década do século XX.

Em 1907 foram aprovados os estudos para a construção do trecho catarinense, sendo que o mesmo deveria ser concluído em três anos. Já no ano seguinte instalou-se em Calmon o escritório da *Brazil Railway*, para dar prosseguimento às obras de construção da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande. Nos anos de 1909 e 1910 a construção da ferrovia, entre União da Vitória a Marcelino Ramos foi concluída. A estrada de ferro atravessava, no sentido nortesul a zona contestada, agora pelos estados do Paraná e Santa Catarina, percorrendo todo o fértil vale do Rio do Peixe.

No que se refere à concessão de terras, a Companhia Estrada de Ferro obteve do governo federal o equivalente a uma superfície de nove quilômetros para cada lado do eixo, ou igual ao produto da extensão quilométrica da estrada, multiplicado por dezoito.²⁴ Foram estas terras que passaram a ser comercializadas pelas companhias de colonização.

²² Conforme descrevem Ondina P. Bossle, *Henrique Lage e o Desenvolvimento sul Catarinense*. Florianópolis : UFSC, 1981. p. 15- 30; e Sara R. Silveira de Souza, A D. Pedro I Railway. São Paulo, João Scoretcci Editor, 1987.

²³ Apud THOMÉ, Nilson. *O Trem de Ferro*. Florianópolis : Lunardelli, 1983. p. 41.

²⁴ QUEIROZ, M. Vinhas de. *Messianismo e Conflito Social: a Guerra Sertaneja do Contestado, 1912-1916*. 3. ed. São Paulo :Ática, p. 70, 71.

A construção da estrada de ferro fomentou investimentos na região, de modo especial ligados à exploração da madeira e da venda de terras aos colonos. Por vezes as duas atividades eram realizadas por uma mesma empresa. Este foi o caso do Sindicato Farquhar, que criou uma empresa colonizadora, a *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*. Esta empresa negociou terras nas proximidades da ferrovia, com a promessa ao governo de, nelas, promover a fundação de núcleos coloniais, o que se daria no entanto, depois de explorar a madeira, como o pinheiro, a imbuia e o cedro que nelas era abundante.

Há de se observar que as empresas, assim procedendo, aumentavam muito seus lucros, pois além de ganharem com a madeira, valorizavam as terras, que desmatadas eram mais facilmente vendidas aos colonos, desejosos de logo desenvolver as atividades agrícolas. Destarte, a penetração brusca das empresas capitalistas provocou uma série de mudanças na região, criando um quadro propício para a colonização das terras, as quais passam a ser ocupadas *legalmente* pelos migrantes vindos em sua maioria do Rio Grande do Sul.

Em 1911, antes do *acordo de limites*, o governo do Paraná reconheceu o direito da empresa construtora da estrada de ferro, na faixa contestada. A partir de então os posseiros que ocupavam as terras concedidas à empresa, começaram a ser expulsos. O estado de Santa Catarina não quis reconhecer as concessões feitas pelo Paraná, em território que por força do acordo passou a ser catarinense. No entanto, acabou perdendo na justiça várias ações, como as julgadas entre 1924 e 1926.

Santa Catarina perdeu na justiça e se obrigou a despachar autorizações para as expedições de títulos à Brazil Development and Colonization Company, o que efetivamente aconteceu a partir de 1924 [...] Obrigou-se a reconhecer entre outros títulos de concessões de terras, o de 19 de abril de 1924, que entregava 274 mil hectares; o de 26 de novembro de 1924 englobando mais de 54 mil hectares; dois de 11 de fevereiro de 1926, somando 110 mil hectares. Ao todo foram efetivados à Development 5.765.467.388 metros quadrados.²⁵

O contrato que apresentava a proposta original (e mesmo os posteriores) de construção da estrada, garantia diversos privilégios, especialmente relacionados à concessão de terras, as quais deveriam destinar-se à *formação de núcleos coloniais*.

Destaca Thomé²⁶ que inicialmente o contrato previa que, em 15 anos, deveriam ser introduzidas na região 10 mil famílias de agricultores, nacionais e estrangeiros, sendo que 15% deveriam ser brasileiras e as restantes de imigrantes europeus ou das possessões portuguesas e espanholas. Segundo o plano do governo Imperial, cada uma das dez mil famílias teria direito a

²⁵ Documento da Diretoria de Terras e Colonização de Santa Catarina, In: THOMÉ, N. *O Trem de Ferro*. Op. Cit. p. 150.

²⁶ Id. Ibid. p. 41, 42, 177.

um lote de dez hectares, no mínimo, a uma casa construída, aos instrumentos usados na lavoura, animais, sementes etc. Determinava que os preços de transporte seriam fixados em tarifas aprovadas pelo governo e a companhia deveria transportar gratuitamente os colonos e imigrantes, sementes e plantas, a eles destinados.

Observa-se pelo contrato original de construção da estrada de ferro e nas suas alterações posteriores que, por parte das autoridades, está sempre presente a preocupação com a *posse efetiva* das terras da região. Isto evidencia que a construção da estrada no vale do Rio do Peixe, está intimamente ligada ao posterior processo de colonização.

Diversas empresas colonizadoras²⁷ passaram a atuar em todo o oeste catarinense, aproveitando a fertilidade e abundância de terras, então disponíveis para a colonização. Acrescentam-se as facilidades oferecidas pelo poder público, que fazia concessões e troca de terras, pela abertura de estradas.

A construção da estrada de ferro, foi sem dúvida o símbolo da penetração capitalista no vale do Rio do Peixe e, por extensão, a toda a região circunvizinha. Esta, num tempo relativamente curto, foi colonizada, explorada e integrada aos centros dinâmicos da economia nacional e até internacional. Tal penetração confunde-se com a "*colonização branca*", especialmente do excedente populacional das colônias do Rio Grande do Sul.

Estas condições favoráveis à colonização efetiva do oeste catarinense foram mais nitidamente percebidas com a definição de limites entre o Paraná e Santa Catarina e pela solução do conflito do Contestado.

1.4- As novas terras catarinenses com o Acordo de Limites.

O avanço capitalista na região e a conseqüente *ocupação legal* das terras pelos migrantes confrontou-se com o modo de vida criado ao longo dos anos pelos caboclos. Estes eram em sua maioria posseiros, que conviviam com a *grande selva* e preocupavam-se basicamente com sua subsistência, de forma simples e rústica.

O migrante chegava às *novas terras* com a perspectiva de tornar-se proprietário e, acreditando na sua *capacidade de trabalho*, buscava acumular riqueza. Assim, colocavam-se frente a frente dois grupos com diferentes visões de mundo.

A maneira do colonizador conceber o mundo coincidia com a visão oficial. O vice governador Hercílio Luz, em sua fala à Assembléia Legislativa, em 1922, quando referiu-se à Or-

²⁷ Walter F. PIAZZA, na sua obra *Colonização de Santa Catarina*, página 257, aponta aproximadamente 20 empresas colonizadoras e destaca as várias concessões feitas pelo governo do estado, bem como mapeia as principais fazendas e propriedades das referidas empresas, existentes até 1920, no oeste catarinense.

dem Pública e ao *povo ordeiro de Santa Catarina*, diz que mesmo encerrado o conflito do Contestado, as *perturbações* na região ainda persistiam e a *civilização* não havia chegado definitivamente à região.

*Dos 34 municípios do estado, somente dois, Cruzeiro e Chapecó, por motivos de perturbações neles ocorridos exigiram a presença da primeira autoridade policial. [...] E quando, por efeito da conquista permanente da civilização, desaparecerem daquelas longínquas paragens elementos que o fanatismo outrora criou, teremos em toda a extensão do nosso território a calma que só o trabalho produz, garantindo assim todos os direitos, levando a prosperidade a todos os recantos...*²⁸

A ocupação das *novas terras* do oeste catarinense deu-se num contexto de conflito entre o que era considerado *civilização* e *não civilização*. A concepção oficial e parte da historiografia, ao definir a população regional como *fanática* ou *não civilizada*, reflete este embate.

O conflito do Contestado fez com que o processo de colonização fosse retardado na região, não apenas pela guerra em si, mas também porque os limites interestaduais entre Paraná e Santa Catarina ainda permaneciam indefinidos.

A partir do momento em que a *questão de limites* entre os dois estados se definiu, em 20 de outubro de 1916, abriu-se a perspectiva de ampla atuação das *companhias de colonização* na venda das terras. Pelo acordo, dividia-se praticamente ao meio o *território contestado*, legitimando, para Santa Catarina, 28 mil quilômetros quadrados e, ao Paraná, 20 mil quilômetros.

Com a definição dos limites entre os dois estados, aumentou a preocupação do governo catarinense em relação às terras que passaram a lhe pertencer. Já em 1917, pela lei 1181, estabelecia-se que *todos os possuidores de terras com títulos expedidos pelo Paraná, ficavam obrigados a registrá-las, agora em Santa Catarina, no prazo de dois anos*.²⁹ O governo buscava com isso, legalizar as terras concedidas pelo Paraná antes do acordo de limites e criar as condições para que Santa Catarina pudesse realizar as suas concessões, além do aproveitamento econômico do território recém incorporado.

Este aproveitamento econômico, pela incorporação das *novas terras*, iniciou imediatamente após a definição dos limites. Observa-se isso pelo relatório do governo estadual, quando em 1925 dava conta que:

O serviço de colonização continua tendo o surto natural decorrente dos altos proventos que, desde alguns anos, vem auferindo os que dedicam sua atividade aos misteres agrícolas, concorrendo o governo, principalmente por meio do desenvolvimento da viação de rodagem e das vantagens com que vende suas terras devolutas, para que es-

²⁸ FALA do Vice Governador Hercílio Pedro da Luz à Assembléia Legislativa, em 22 de julho de 1920. Florianópolis, Arquivo Permanente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

²⁹ Conforme Walter PIAZZA, Op. Cit. p. 251.

*te progresso se intensifique e se consolide.*³⁰

O governo catarinense, no intuito de legitimar a posse sobre as novas terras, pois muitos ainda encontravam-se em *situação irregular*, alterou o prazo, até o final de 1925, para que estes *entrassem em conformidade com a lei*. De outra parte o governo alertava acerca da necessidade de fiscalização, pois um grande número de concessões de terras havia sido feito com base na cláusula em que os concessionários obrigavam-se a cultivá-las e colonizá-las num prazo de 5 a 15 anos, sob pena de as mesmas reverterem ao estado.³¹

Observa-se que o interesse oficial em ocupar as *novas terras* ficou mais evidente a partir do momento em que foram incorporadas ao estado. Nelas o governo catarinense providenciou a abertura de estradas, sendo o pagamento dos serviços, feito com terras devolutas. Tal preocupação é observada na Mensagem do governador dirigida à Assembléia, em 1919, quando diz que:

*A falta de estradas, de escolas, de garantias, tem retardado e retardará por alguns anos, o desenvolvimento completo, natural dos futuros municípios de Mafra, Canoinhas, Porto União, Cruzeiro e Chapecó. Região prodigiosamente feraz, onde intensas riquezas ansiosamente aguardam o contingente-homem, o concurso de uma população mais densa...*³²

Tais declarações demonstram como a população nativa que ali residia, era ignorada; - *a região e as intensas riquezas aguardam o homem*. A intenção do governo com o aproveitamento imediato das *novas terras* por *elementos dinâmicos* foi uma constante. Nota-se isso pelos diversos pronunciamentos dos governadores, nos anos posteriores ao *acordo de limites*.

Em 1920, por exemplo, o governador Hercílio Luz afirmou estar empenhado na obra de *desdobramento das possibilidades econômicas, encarando com especial solicitude o problema da colonização*. Destaca ainda a importância da fórmula encontrada pelo estado, na incorporação da região.

*Quase 50% do valor total das novas estradas deverá ser pago em terrenos devolutos, cuja colonização o governo exige em condições e prazos pré estabelecidos... O processo que temos empregado corrige os inconvenientes da colonização primitiva, facilitando ao novo colono o escoamento da sua produção. [...] Deste modo se vai fazendo o aproveitamento imediato de uma grande riqueza até agora inativa, sem onerar a despesa pública com encargos impossíveis.*³³

30 MENSAGEM apresentada à Assembléia Legislativa em 22 de julho de 1925, por Antonio P. da Silva e Oliveira, p. 46. Arquivo Permanente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

31 Id. Ibid. p. 47.

32 MENSAGEM apresentada ao Congresso Representativo, em 22 de julho de 1919, por Hercílio Pedro da Luz. Florianópolis, Arquivo Permanente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

33 FALA de Hercílio Pedro da Luz à Assembléia Legislativa, em 22 de julho de 1920. Florianópolis, Arquivo Permanente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Utilizando a *fórmula mágica* sem gerar despesas com *encargos impossíveis*, o governo catarinense buscou garantir o *acordo de limites*, pela ocupação. Para facilitar este processo, contratava com empresas e particulares a construção de estradas, concedendo diversos privilégios. Era comum após os contratos, a execução das obras serem terceirizadas e os contratados acumularem vantagens sem dispendir grandes esforços.

Ainda, acerca do acordo de limites, segundo destaca Peluso Junior³⁴, o referido acordo abriu a região à colonização promovida por imigrantes italianos e alemães, dos núcleos fundados no Rio Grande do Sul no século XIX. Esta nova população, vivendo em economia de mercado (ainda que consumisse grande parte de sua produção), necessitava de centros comerciais para vender o excesso do que produzia e adquirir os bens e serviços indispensáveis a sua existência. A vida de relações, que com a população anterior ocorria de forma irregular entre áreas distantes, passou, com os colonos introduzidos pelas empresas colonizadoras, a apresentar movimentos regulares entre lugares próximos.

Também, com o intuito de facilitar a exploração da região recentemente incorporada, as autoridades catarinenses criaram, por decreto, em 1917, os municípios de Mafra, Porto União, Chapecó e Joaçaba (Cruzeiro). Tais municípios tornar-se-iam o *paraíso* das companhias de colonização.

Procuramos até aqui apresentar as condições que levaram à colonização do oeste catarinense, na aurora do século XX, caracterizando o contexto encontrado pelos migrantes ítalo-brasileiros.

No segundo capítulo destacar-se-á o processo de ocupação do Rio Grande do Sul, priorizando a participação e experiência dos imigrantes italianos. Ver-se-á também que nas colônias italianas houve a geração de um excedente populacional e que parte dele, no início do século XX, migrou para o oeste catarinense.

34 PELUSO Jr., Victor Antonio. "A Evolução das Questões de Limites Interestaduais". In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*. Florianópolis, n. 6, 1985. p. 131-133.

CAPÍTULO

SEGUNDO

II- OS ITALIANOS NO PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL E A MIGRAÇÃO PARA SANTA CATARINA.

2.1- Os Campos e a Pecuária, com os Luso-brasileiros Açorianos e Portugueses.

2.2- Os Italianos na Colonização do Rio Grande.

2.2.1- O Contexto Europeu: Unificação Italiana e Emigração.

2.2.2- *A América.*

2.2.3- As Colônias Italianas do Rio Grande do Sul.

2.2.4- A Agricultura Tradicional e Modernização.

2.2.5- Crescimento Demográfico das Colônias.

2.3- As Companhias de Colonização no Ex-Contestado.

2.3.1- Joaçaba e a Colonização.

2.3.2- A "*Peste Branca*" do Rio Grande do Sul.

2.0- OS ITALIANOS NO PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL E A MIGRAÇÃO PARA SANTA CATARINA

Pretende-se neste capítulo caracterizar a ocupação do Rio Grande do Sul, visando a facilitar o entendimento da migração dos gaúchos e de modo particular dos ítalo-brasileiros, ao vale do Rio do Peixe. Paulatinamente, objetiva-se identificar o quadro em que se desenvolveu a primeira experiência dos imigrantes italianos no estado, tendo em mente que no capítulo seguinte buscar-se-á compreender a continuidade desta experiência em Joaçaba.

A ocupação portuguesa do Rio Grande do Sul com a formação das estâncias de criação deu-se envolta em vários conflitos, principalmente pelo enfrentamento com os espanhóis e índios, estes, primitivos habitantes dos campos sulinos. A quase total destruição dos nativos, representou uma *limpeza* das terras, permitindo aos conquistadores a efetivação de seus objetivos.

As áreas de vales e matas só foram ocupadas posteriormente com a chegada dos imigrantes europeus, que se dedicaram em sua grande maioria, à agricultura em pequenas propriedades.

Os imigrantes italianos que entraram no Rio Grande do Sul no final do século XIX, enfrentaram uma realidade muito diferente da que estavam habituados na *pátria mãe*. Além de desconhecerem o meio físico, viveram isolados dos centros urbanos e das regiões ocupadas do estado. Esta situação fez com que desenvolvessem um modo de vida peculiar.

Esta experiência dos imigrantes por um lado contribuiu para transformar a economia sulina e, por outro, deu ao estado uma nova feição étnica e cultural.

O modelo de ocupação das colônias, principalmente com o ingresso dos imigrantes europeus no decorrer do século XIX, criou um quadro que logo levaria à migração interna. O crescimento demográfico das colônias, a falta de técnicas para a exploração do solo, a inviabilidade da divisão dos lotes, entre outras razões, acabou provocando a expansão. No dizer de Manfroi¹, *o grande motor desta expansão foi o sistema de colonização*.

Os ítalo-brasileiros do Rio Grande do Sul, como seus pais e avós, a partir do momento em que as condições de vida não mais lhes foram favoráveis a uma sobrevivência digna, repetiram a experiência da migração para outras regiões, entre as quais para o vale do Rio do Peixe, no oeste catarinense.

¹ MANFROI, Olívio. *A Colonização Italiana do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre : Grafosul, 1975. p. 83.

2.1- Os Campos e a Pecuária, com os Luso-brasileiros, Açorianos e Portugueses.

A possibilidade de explorar riquezas comerciais movia os europeus na conquista e ocupação americana. Como num primeiro momento o Rio Grande do Sul não oferecia esta perspectiva, sua ocupação ficou relegada a segundo plano.

A ocupação de *São Pedro do Rio Grande* foi fruto de um processo de longas lutas pela posse, entre espanhóis e portugueses, iniciada desde os primórdios da chegada dos europeus na América. Os portugueses, que a princípio ativeram-se mais à parte setentrional do Brasil, foram gradativamente e de maneiras diversas procurando estender seus domínios também na parte meridional.

Uma das conhecidas ações portuguesas no sul, que abriu caminho para a conquista, foi a dos bandeirantes paulistas que, em quatro sucessivas investidas, entre 1636 a 1641, atacaram as primitivas reduções indígenas do Rio Grande. Nesta ocasião, cerca de 200 mil índios foram mortos ou aprisionados e levados ao centro do país como escravos. Estes ataques forçaram os poucos índios que sobraram e os padres a atravessarem o rio Uruguai, incorporando-se às missões em solo argentino. Na passagem do século XVII para o seguinte, guiados pelos missionários, retornaram a suas antigas terras e fundaram os *Sete Povos das Missões*.²

Nas missões os indígenas conheceram um período de prosperidade econômica, quando, sob a orientação dos jesuítas, desenvolveram a criação de gado e a extração da erva-mate e madeira. Porém, em 1756, voltaram a ser atacados por forças militares portuguesas e espanholas, quando a experiência missioneira foi totalmente destruída.

Os bandeirantes paulistas viram nas missões sulinas a possibilidade de escravizar *elementos valorizados*, pois já haviam sido iniciados no trabalho e nos *princípios da civilização*.

Por outro lado, o gado sulino, que encontrou condições favoráveis de procriação, proliferou-se rapidamente pelos campos, passando a ser um outro atrativo, não menos significativo.

Já no final do século XVII, portugueses e espanhóis caçavam o gado solto, aproveitando-lhe o sebo e o couro. Com o tropeirismo, que se intensificou no início do século seguinte, o gado e muares passaram a representar uma alternativa econômica significativa aos conquistadores.

A própria introdução dos açorianos na vila de Rio Grande, na metade do século XVIII, objetivava além da ocupação do espaço, desenvolver a agricultura para subsidiar a pecuária.

O gado sulino passou a servir de alimento para a região mineradora no centro do país,

² BRUM, Argemiro. *Modernização da Agricultura no Planalto Gaúcho*. Ijuí : FIDENE, 1983. p. 20.

e isto fez com que o interesse pela ocupação aumentasse.

Neste sentido destaca Argemiro Brum que, já a partir de 1732, o governo português passou a distribuir títulos de propriedade com o objetivo de ir consolidando a posse do território. Eram propriedades extensas chamadas sesmarias, em forma de quadrado, variando de 3 a 6 léguas de lado, podendo atingir até mais de 13 mil hectares, cujos limites quase nunca eram fixados com exatidão. Essas estâncias de criação de gado, deram origem ao latifúndio pastoril, em toda a área de campo, à medida que foi se processando a ocupação do território.³

Favoreceu-se com isso o desenvolvimento da pecuária, que por sua vez levou à conquista dos últimos campos missioneiros, no início do século XIX.

Nessa época o Rio Grande do Sul, considerado *ocupado*, restringia-se quase que exclusivamente aos campos. O aproveitamento das serras e matas - *desocupadas* - deveria dar-se com a colonização européia. Isto porque as estâncias de criação, organizadas nos latifúndios, eram tidas como *indisponíveis* para tal fim.

2.2- Os Italianos na Colonização do Rio Grande do Sul.

A colonização italiana no Rio Grande do Sul, ocorrida principalmente no último quartel do século XIX e início do seguinte, foi responsável pela ocupação de praticamente toda encosta superior do nordeste do estado. Esta região composta por serras e vales, acolheu aproximadamente cem mil italianos, em sua maioria agricultores pobres.

Provenientes de uma Itália com problemas de toda a ordem, deixaram sua pátria e buscaram aqui, *fazer a América*. Isto quer dizer que procuram uma vida com mais dignidade, com trabalho, alimento e liberdade, onde pudessem ter uma perspectiva de futuro.

Estes *contadinos* pobres desenvolveram uma experiência ímpar, nas zonas de colonização que lhes foram destinadas. Os pequenos lotes de terra constituíram-se no grande palco desta experiência.

A Itália unificada acenava, no aspecto material, com a esperança de um futuro melhor, mas a frustração logo tomou seu lugar. A frustração se completava quando o novo Estado se declarava anti-clerical. Diante disso, para um grande contingente de católicos agricultores pobres, a emigração em massa foi a consequência.

O Brasil foi um país receptor desta população, que ocupou aqui diversas regiões, tendo que se adequar às características específicas de cada uma delas.

³ Id. Ibid. p. 26.

Os que se dirigiram ao Rio Grande do Sul, em sua grande maioria encontraram no trabalho da terra a forma de sobreviver e tentar construir uma nova vida.

Os imigrantes europeus, levados a sair de sua pátria num contexto específico, modificaram as características da Província, estabelecendo uma dinâmica muito diferente da existente até então.

2.2.1- O Contexto Europeu: Unificação Italiana e Emigração.

"L'emigrazione [...] come tutte le storie è fondata su un conflitto permanente che mette a confronto, senza esclusione di colpi, al di qua e al di là delle frontiere, i ricchi e i poveri, l'egoismo e la solidarietà, la paura e la speranza."⁴

A afirmação de Villa nos reporta às transformações ocorridas na Europa, de modo especial no último quartel do século XIX, provocadas pela *segunda Revolução Industrial* e pela corrida imperialista, que repercutiram em todo o mundo.

Uma destas manifestações foi o fenômeno emigratório que provocou profundas mudanças, não apenas nos países que cederam os imigrantes, mas também nos que os receberam.

O contexto europeu que levou a *exclusão* de parte da sua população é assim caracterizado por Sandra Pesavento:

A vinda de imigrantes estrangeiros para o Brasil no século XIX é um movimento que se insere no processo mais amplo da expansão do capitalismo a nível mundial. No plano europeu, o desenvolvimento do capitalismo em países como a Alemanha e a Itália foi capaz de gerar um excedente populacional sem terra e sem trabalho, que se converteu num foco de tensão social intenso. A acumulação de capital, a concentração da propriedade do solo e a emergência da indústria tiveram como contrapartida a expulsão do camponês da terra e a desarticulação do trabalho artesanal.⁵

Estas mudanças manifestaram-se especialmente na Itália, no contexto de sua organização como Estado, as quais levaram à emigração um grande contingente de pessoas. Esta emigração passou a representar, aos que ficavam, a possibilidade de uma vida melhor. Este aspecto os italianos procuraram minimizar ou ocultar de sua história.

Acerca disso diz Deliso Villa que,

"La storia d'Italia è la storia di uno Stato che ha affidato la sua costruzione alla partenza di un terzo della sua popolazione. Se questo non è importante per i manipolatori

⁴ VILLA, Deliso. *Storia Dimenticata*. Porto Alegre : Sagra DC Luzzato, 1983. p. 7. - A emigração, como todas as histórias fundamenta-se num conflito permanente que coloca em confronto, sem exclusão de transbordamentos, o daqui e o de lá das fronteiras, os ricos e os pobres, o egoísmo e a solidariedade, o medo e a esperança.

⁵ PESAVENTO, Sandra J. *História do Rio Grande do Sul*. 3. ed. Porto Alegre : Mercado Aberto, 1984. p. 45.

della cultura, se questo non merita di essere insegnato nelle scuole, allora la stória non è più verità".⁶

A verdade sobre a construção do Estado italiano também compreende a emigração de um terço da sua população. Neste sentido, faz-se necessário ter em mente o contexto da partida destes *excluídos*, para melhor compreender a história que eles construíram fora de sua pátria.

O tratamento dado pelas autoridades italianas aos emigrantes, parece não ter sido muito diferente do que os "*manipolatori della cultura*" deram em seus estudos, ao fenômeno. Os que partiram eram considerados *um peso* e melhor seria esquecê-los.

Este tratamento persiste e é uma demonstração das diferentes experiências desenvolvidas pelos "*de lá*" e os "*de cá*". Um exemplo que ilustra tal aspecto é a resposta que teve um descendente de imigrantes, quando escreveu à família na Itália, solicitando informações de parentesco. "*I parenti sono come le scarpe, quanto più strette più fanno male*".⁷ Ou seja, "os parentes são como os sapatos, quanto mais próximos (estreitos), mais machucam ou incomodam".

A Itália, no contexto da unificação, continuava essencialmente rural. A base da economia centrava-se no cultivo da terra onde os trabalhadores, sem terra ou pequenos proprietários, encontravam-se atrelados à igreja e aos grandes senhores.

Ao referir-se a esta situação Renzo Grosselli⁸ diz que a sociedade camponesa européia tinha caracterizado a vida de milhões de homens e mulheres durante dezenas de gerações. Esta sociedade encontrava-se radicada na terra e via nela um fator de produção essencial e único juntamente com o trabalho. Era uma sociedade cujo núcleo central estava na família, onde vigoravam divisões precisas de tarefas que diferenciavam os sexos e faixas etárias. Uma sociedade profundamente permeada de um espírito religioso totalizante que se confundia, até o ponto de identificar-se, com a moral e ética social, confiando às estruturas eclesiásticas tarefas de cura das almas, administrativas, políticas e etc.

Estes elementos foram trazidos pelos imigrantes e serviram de base para a organização da vida nas novas terras brasileiras, marcando profundamente seu modo de vida.

⁶ VILLA, Deliso. Op. Cit. p. 230. - A história da Itália é a história de um Estado que confiou sua construção à partida de um terço de sua população. Se isto não é importante aos manipuladores da cultura, se isso não merece ser ensinado nas escolas, então a história não é mais verdadeira.

⁷ GHIDORSI, Albino. (Xanxerê - SC) "Cartas". *Correio Riograndense*. Caxias do Sul, 16 de fevereiro de 1994. p. 4.

⁸ GROSSELLI, Renzo Maria. *Vencer ou Morrer: camponeses trentinos, vênnetos e Lombardos nas florestas brasileiras*. Tradução de Solange Luques e Ciro Mioranza. Florianópolis :Editora da UFSC, 1987. p. 15.

A situação do *contadino* e da própria Itália era de grandes dificuldades. Deliso Villa⁹ destaca que as estatísticas oficiais apontam cerca de 400.000 mortos por ano, sendo a malária, o cólera e a "*pellagra*" as principais causadoras. Dos 30 milhões de habitantes, em 1871, cerca de 21 eram camponeses, que trabalhavam a terra de forma bastante arcaica. A comida era escassa e baseada no milho, sendo a carne artigo de luxo e consumida em raras ocasiões. A pequena propriedade camponesa (minúscula conforme Grosselli) não assegurava o necessário para sobreviver e os contratos agrários tornaram-se impossíveis, pois eram realizados de forma humilhante para os camponeses, além das ferozes imposições fiscais.

Este contexto levou os camponeses italianos à *emigração em massa*. Conforme Gianfausto Roselli¹⁰, nos 40 anos entre 1876 e a Primeira Guerra, verificou-se uma emigração de mais de 14 milhões de italianos.

Isto significa dizer que houve uma média anual de 350.677 emigrantes, ou que 960 italianos por dia deixaram sua pátria. Tal movimento coletivo não pode ser visto como um ato voluntário. Sem dúvida este grande êxodo de massas humanas não foi algo natural, pois em confronto com a população do país, nenhum outro povo moderno sofreu semelhante evasão.

A *emigração em massa* constituiu-se numa *válvula de escape* para a Itália. Aos que ficaram abriram-se mais oportunidades de trabalho, diminuindo as pressões sociais. Neste sentido, no entendimento de Constantino Ianni, a emigração *levando para fora do país os descontentes, os desempregados, os mais corajosos, evitou até certo ponto, perturbações político-sociais, reduziu as despesas para manter a ordem pública, garantiu o monopólio do poder político dos grandes proprietários no sul e dos tradicionais grupos econômico-financeiros do centro-norte, permitindo adiar reformas como a agrária e etc.*¹¹

Diante deste quadro, os camponeses pobres do norte italiano sentiram-se impotentes diante das mudanças provocadas pela rápida expansão capitalista no país. De outra parte, tornara-se difícil encontrar uma forma de contrapor-se ou conviver com elas. Isto fez com que atribuíssem aos ricos a responsabilidade pela situação em que se encontravam.

Neste sentido, pode-se dizer que a emigração constituiu-se numa forma de resistir à exploração que sofriam. Um canto dos emigrantes evidencia esta situação quando diz: "*andaremo in Mérica, in tel bel Brasil e qua i siori lavorará la terra col badil!*" ou seja, "iremos para a América, no belo Brasil e aqui os ricos terão que trabalhar a terra com sua pá".

⁹ VILLA, Deliso. Op. Cit. p. 9, 13. Outros autores como Constantino Ianni, Zuleika Alvim, Renzo Grosselli e Olívio Manfroi, apontam um quadro semelhante.

¹⁰ ROSSELLI, Gianfausto. Apud COSTA, R.; BORGES, Stela Maris A. "Pão Amassado com Liberdade". *Correio Riograndense*. Caxias do Sul, 21 de julho de 1993. p. 23.

¹¹ IANNI, Constantino. *Homens Sem Paz*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1972. p. 13 , 187.

A luta dos *contadinos* era por uma sobrevivência digna, num espaço onde pudessem trabalhar e viver em liberdade. Segundo escrevem Costa e Borges,

*A emigração, na quase totalidade dos casos não é um prazer, mas uma necessidade inevitável. A imensa maioria ou a quase totalidade dos que deixaram a pátria para se dirigir à longínqua América, não fogem da Itália por desprezarem o trabalho, mas porque é exatamente o trabalho que lhes falta e não sabem o que fazer para sustentar a própria família.*¹²

O novo Estado italiano não conseguiu oferecer o sustento material a seu povo, frustrando a expectativa acerca de uma vida melhor. Os anos de 1887 e 1888 marcaram uma acentuada crise econômica, a qual contribuiu decisivamente para acelerar a emigração. A situação de dificuldade enfrentada pelos *contadinos* italianos coincidiu com a crescente dificuldade de obtenção de trabalhadores no Brasil, devido à crise do trabalho escravo, especialmente para as fazendas de café, em São Paulo. De outra parte, o governo brasileiro preocupava-se com a ocupação do espaço e, neste sentido, também buscava elemento humano para as *áreas de colonização* do Rio Grande do Sul. Foi neste contexto que, no dizer de Renzo Grosselli, *o sonho americano se espalhou como óleo sobre a água.*¹³

2.2.2- A América.

Evviva la Merica, ze grande Cucagna. Se beve se Magna, e liegri se stá. Pí grandó contento, pí bela legria, Che mai passa via, mai pí cataró...

*La Mérica, dizia el nonno, par i putei la ze come na gran piassa piena de dolsi e basta impiantare on soldo parché ghin nassa na pianta bella e tutti pole rampegarse suso e torse tanti soldi fin da impienare le scarsele. In te sta piassa se zuga, se corre, se salta, se oza; e quando se gá sê, se beve ácoa dolse, e mistrá, e vin bon, e bira e gazosa e pó cosa ancora?... e biter e miele, e rí freschi e riscaldi, e pó e pó ancora robe bone!...*¹⁴

A América é para as crianças como uma grande praça cheia de doces, idealizava Na-

¹² COSTA, R.; BORGES, M. "Pão Amassado com Liberdade". Citado, p. 24.

¹³ GROSSELLI, R. Op. Cit. p. 91.

¹⁴ BERNARDI, Aquiles. *Nanetto Pipetta*. 9. ed. Porto Alegre : EST, 1990. p. 17, 18. - "Salve! linda América! Ó terra querida! Comida e bebida de montão terás. Imenso prazer e grande alegria com muita harmonia sempre gozarei..."

A América, dizia o avô, é para as crianças como uma grande praça cheia de doces e basta plantar uma moeda para que nasça uma bela árvore e todos podem trepar a ela e apanhar quanto dinheiro quiserem até encherem os bolsos. Nessa praça a gente brinca, corre, salta, vozeia; e quando está com sede, toma água doce, licor de anis, bom vinho, cerveja, gasosa e que mais ainda? Também biter e mel, e refrescos e quantão e por fim ainda muitas coisas boas..." - Esta tradução foi extraída da versão portuguesa do livro *Nanetto Pipetta*, feita por Alberto Stawinski e Maria Adami Tcacenco, p. 48, 49.

netto, personagem que na imaginação de Aquiles Bernardi representa cada um dos que imigraram com a perspectiva de uma vida mais fácil. Por isso esta *América* tornou-se o sorvedouro e a esperança dos excluídos europeus do final do século XIX.

A maior parte dos que optavam pela *aventura da emigração*, não tinham consciência do que significava esta decisão. Acerca disso salienta Grosselli que a

*"América' significava um outro mundo e quem a este se dirigia tinha decidido dar um passo grande, grandíssimo, sem mais retorno. Escrever 'América' nos passaportes era, portanto, como dar um adeus a quem partia: pouco importava se depois ele se dirigia ao Chile ou ao Uruguai. Era um mundo sem retorno".*¹⁵

A *América*, no entanto, era qualquer lugar que os recebesse ou que lhes oferecesse guarida. Dos que fizeram do Brasil sua América, a maior parte dirigiu-se a São Paulo, seja para as fazendas de café ou para o trabalho urbano. A parcela que se direcionou ao Rio Grande do Sul ocupou as áreas coloniais do nordeste do estado.

2.2.3- As colônias Italianas do Rio Grande do Sul.

*"Na partilha do solo riograndense, foi a colonização italiana a menos afortunada, porque encontrou já ocupadas as melhores terras de cultura".*¹⁶

A partir da segunda metade do século XIX, o governo brasileiro, visando a atrair um grande contingente de imigrantes, passou a dirigir a colonização do sul do Brasil com intuito propagandístico. Para tanto, utilizou como escudo a experiência positiva desenvolvida pelos colonos alemães no vale do rio dos Sinos.

Neste contexto formaram-se, em região íngreme, as zonas de colonização italiana no norte e nordeste do Rio Grande do Sul, onde a princípio foram criadas as colônias *Caxias, Dona Isabel, Conde D'Eu e Silveira Martins*.

A situação encontrada pelos italianos no Rio Grande era bastante diferente da encontrada pelos alemães, 50 anos antes. Estes já eram 1/6 da população da Província, que somava 440 mil pessoas. Nessa época a população gaúcha estava espalhada de maneira desordenada pelo solo riograndense. Cerca de 87 mil quilômetros quadrados de serras, na encosta nordeste e no alto uruguai, permaneciam como terras devolutas.¹⁷

¹⁵ GROSSELLI, Renzo M. Op. Cit. p. 77.

¹⁶ Do discurso do Governador Borges de Medeiros em 1925, por ocasião do Cinquentenário da Imigração italiana no RS. Apud FORTINI, Archymedes. *O 75º Aniversário da Colonização Italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre : Sulina, 1950. p. 17.

¹⁷ DE BONI, Luis A.; COSTA, R. *Os Italianos do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre : EST, 1983. p. 71.

Além disso, acrescenta Manfroi¹⁸, que quando chegaram os italianos, o Rio Grande do Sul já apresentava um clima hostil em relação à colonização européia. As melhores terras já estavam ocupadas pela população luso-brasileira e pelos colonos de origem alemã. Desta forma, para o estabelecimento dos italianos, foi destinada uma região montanhosa, coberta por floresta virgem e isolada do Rio Grande do Sul real.

Apesar disso, as áreas destinadas à colonização foram rapidamente ocupadas. Uma vez instalado na nova terra, o próprio imigrante tornava-se um *agente da colonização*. Observa-se em cartas enviadas a familiares que, normalmente, o imigrante diferenciava as duas situações vividas e, não raro, exaltava as *novas possibilidades na América*.

Veja-se o que diz o imigrante Miguel Madalozzo, quando em 1876, escrevia ao pai: *Sinto-me feliz em poder comunicar-lhe que cheguei com saúde há 85 dias, junto com minha família e estou de posse de minha colônia com a qual muito me alegro, pois a posição é bela e a terra é muito fértil. [...] Quando a terra não é muita, chega o trabalho de um homem apenas, durante um mês, para alimentar uma família durante um ano. [Ao irmão] Se planeja vir para cá, esperamo-lo com ansiedade, para ver a todos felizes [...] Diga a minha mãe que venha também ela, pois eu ficaria feliz em vê-la aqui comigo, e não há perigo algum na viagem. Pelo contrário, quem parte demonstrando ter 80 anos, parece ter apenas 50 ao chegar. E isso acontece com todos os de idade avançada. Não abandonem a idéia de vir para junto de nós. Suponham que é a voz de Deus que diz que a penitência no purgatório de Cismon acabou-se, que é para fugir deste cárcere e partir livremente para viver felizes onde são chamados. É isto basta, porque quem fala é o coração e não a língua.*¹⁹

Parece que a *criança chegou à praça cheia de doces...* Provavelmente esta primeira impressão que o imigrante tinha da nova terra, estava relacionada com o imaginário criado sobre ela, antes de sua vinda.

De outra parte, esta *primeira impressão* revela um sentimento de libertação do passado e a perspectiva do imigrante conquistar algo novo. Sabido é que a vida nas colônias, especialmente nos primeiros tempos, foi muito difícil. *La cucagna*, como parece ter encontrado Miguel, foi privilégio de poucos.

Mesmo assim os pioneiros da imigração atraíram novos colonos. Apesar de distantes de sua pátria, os imigrantes nas novas terras sentiam-se *rejuvenescidos*. Além de aqui serem proprietários, não mais estavam sujeitos aos mandos dos antigos patrões.

Aqui, porém, os pobres *contadinos* que normalmente só traziam na bagagem a vontade de trabalhar, depararam-se com uma série de problemas. Escreve Manfroi²⁰ que conforme aumentava o número de imigrantes para o Rio Grande do Sul, aumentavam as dificuldades. Já no

¹⁸ MANFROI, Olívio. Op. Cit. p. 55.

¹⁹ Apud BATTISTEL, A.; COSTA, R. *Assim Vivem os Italianos*. Vol. I. Porto Alegre : EST, 1980. p. 24.

²⁰ MANFROI, O. Op. Cit. p. 67.

final do século XIX, os benefícios que lhes haviam sido prometidos, como o transporte gratuito até a colônia, hospedagem, ajuda financeira para a construção da casa e para a alimentação, trabalho remunerado durante 15 dias por mês, a concessão de sementes e instrumentos agrícolas, além da assistência médica e religiosa, foram reduzidos e até suprimidos.

De outra parte, a região de colonização italiana era de difícil exploração e aproveitamento econômico; faltavam estradas e um mínimo de infra-estrutura, dificultando sobremaneira a vida nessas novas terras.

Apesar de serem provenientes de regiões da Itália com características semelhantes, não foram os italianos que *optaram* por estas áreas de montanhas e vales. Tanto no Rio Grande do Sul, quanto em Santa Catarina, era este tipo de terra que foi colocada à sua disposição.

Mesmo assim a encosta nordeste do Rio Grande do Sul, *abandonada até então*, foi rapidamente colonizada e de certa forma, tornou-se próspera. O desenvolvimento desta região de colonização, no entanto, não se deu pelos investimentos oficiais. *O progresso e a capacidade das colônias deveria nascer da capacidade de trabalho dos colonos e não do apoio do governo.*²¹

No início do século XX, as fronteiras da colonização gaúcha eram consideradas esgotadas. As autoridades estaduais foram levadas a definir-se pela imigração espontânea e contra a subvencionada (extinta em 1914), limitando muito os favores aos que pretendessem entrar no estado. No entanto, a preocupação era dos fazendeiros, que temiam o ingresso descontrolado de imigrantes. Colocavam à opinião pública e às autoridades, que a colonização era onerosa aos cofres do estado.

As terras da região colonial valorizaram-se muito e os gastos tidos com os imigrantes e a infra-estrutura nas colônias, segundo De Boni e Costa, eram rapidamente restituídos sob forma de produção e de impostos.

*A alegação, pois, de que os gastos com a colonização eram por demais elevados não tem fundamento. A verdadeira causa, pela qual o Rio Grande do Sul e o Brasil recusavam-se a aumentar seus investimentos no projeto, não era o custo dele, reembolsado em poucos anos, mas o sistema dominante de produção, que só admitia a pequena propriedade longe da grande lavoura exportadora do café e sem estorvar os latifúndios da pecuária sulina.*²²

Enquanto o Rio Grande do Sul estabelecia mecanismos para limitar a entrada de imigrantes, o governo catarinense buscava atrair novos, a suas terras. Em 1920, realizava um acordo com o governo italiano, com o intuito de "assegurar ao estado um serviço imigratório

²¹ Id. Ibid. p. 40.

²² DE BONI, L. A.; COSTA, R. Op. Cit. p. 270, 271.

amplo".²³

Nesta época, as colônias italianas daquele estado, conhecidas como *Colônias Velhas*, estavam consolidadas. No nordeste gaúcho na região que compreende os vales dos rios Carreiro, das Antas e da Prata, foram instaladas entre os anos de 1875 a 1884, as colônias Caxias, Nova Milano, Conde D'Eu e Dona Isabel. Mais ao centro da Província, em território descontínuo, a de Silveira Martins, no ano de 1877. Já, entre os anos de 1884 a 1892, foram criadas as colônias Antônio Prado e Alfredo Chaves e ainda *as novas*, de Encantado (1882) e de Guaporé (1892).

Tais colônias marcaram a primeira etapa da colonização, traçando a grande linha da expansão italiana no estado. Em poucos anos alcançaram toda a região florestal, situada entre os campos de Soledade e os de Vacaria, até o vale do Uruguai. De Guaporé e Alfredo Chaves, a onda expansionista prosseguiu rumo às florestas dos municípios de Passo Fundo (Casca, Vila Maria, Marau, Mato Castelhano, Água Santa, Tapejara, Getúlio Vargas, Erexim) e de Lagoa Vermelha (Nova Araçá, Parai, David Canabarro, Ciríaco, Cacique Doble e Sananduva).²⁴

23 Conforme Fala de Hercílio Pedro da Luz à Assembléia Legislativa, em 22 de julho de 1920. p. 5.

24 Conforme FROSI, Vitalina M.; MIORANZA, Ciro. *Imigração Italiana no Nordeste do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre : Movimento, 1975. p. 53, 54. e»MANFROI, O. Op. Cit. p. 82, 86.

MAPA DAS COLÔNIAS ITALIANAS DO RIO GRANDE DO SUL

1 - Caxias, Dona Isabel e Conde D'eu (1875-84).

2 - Silveira Martins (1877).

3 - Alfredo Chaves e Antonio Prado (1884-92).

4 - Encantado e Guaporé (1882-92).

↑ - Áreas de ocupação (mista) posterior

1917

	CHAPECÓ
	JOAÇABA



Fonte: Elaborado com base em FROSI, V. M.; MIORANZA, C. Imigração Italiana no Nordeste do Rio Grande do Sul. p. 53-55.

Esta região de colonização do Rio Grande do Sul, desenvolveu uma experiência peculiar de organização social. O processo de aculturação e assimilação dos imigrantes fez com que a unificação de hábitos e costumes, num meio específico como o destas colônias, desse origem a um modo de vida diferente do que viviam na Itália e do que lá se formou após a emigração.

Vindos de regiões diferentes da Itália, na prática viveram aqui a sua *unificação*. Se lá eram vênnetos, lombardos, friulanos, trentinos, etc, aqui tornaram-se "*taliani*". As circunstâncias do novo meio fez com que esta unificação se desse de forma espontânea, sem um planejamento ou direcionamento.

Surgiu aqui, por exemplo, uma língua diferente da *lingua oficial italiana*, bem como dos diversos dialetos regionais que trouxeram, dando origem a uma coine, com base no vênneto e lombardo.

Diferentes hábitos foram incorporados ou readaptados à nova realidade. Alimentação, lazer, trabalho, organização social, etc, necessitaram assumir uma nova roupagem.

O isolamento enfrentado no *novo mundo* levou ao fortalecimento, entre eles, da solidariedade e do espírito comunitário. Assim, para os imigrantes italianos, a família, a comunidade e a capela foram sobremaneira significativas na vivência social e religiosa.

Era nos encontros comunitários que podiam socializar os acontecimentos da vida cotidiana, para fugir da rotina. O compartilhar os episódios e dificuldades vividos durante a semana, tornou-se uma espécie de lazer.

Para sobreviver nas colônias nos primeiros tempos, foi necessário um grande esforço dos imigrantes, pois não contavam com outro auxílio a não ser seu próprio trabalho.

Na medida em que participavam da transformação da região, sentiam-se cada vez mais *homens trabalhadores*, que fizeram a região progredir, contrastando com a situação anterior. Este discurso de *trabalhadores e civilizadores*, é facilmente observado por ocasião do cinquentenário da colonização italiana do Rio Grande do Sul.

Ao comentar esta comemoração o jornal *Staffetta Riograndense* destaca que:
 "*Tutti gli italiani sono conscii delle grandi fatiche sostenute e dei grandi lavori compiuti per isvolgere nel Rio Grande, i beni, i vantaggi, i progressi della civilizzazione umana e cristiana. [...] Questa nostra prima tapa cinquantenaria è segno della milenária peregrinazione di civiltà e di lavoro che le genti italiche vanno compiendo lungo le vie del mondo; ma è pur sempre segno di vittoria, poichè, la meta si riserba la conquista de una giornata meno aspera e difficile e la promessa di un domani più*

*provvido e sicuro.*²⁵

Conclui dizendo que os italianos devem dar ênfase às comemorações a este que pode se chamar o '*jubileo del lavoro*', e da consagração e instalação das tradições italianas, dos inconfundíveis elementos de ordem, do espírito empreendedor e do progresso. Em 18 de novembro do mesmo ano, ao destacar a grandeza da exposição que envolveu a festa do cinquentenário, o jornal colocava a seguinte manchete "*Il cinquantenario della colonizzazione italiana - Prima Glorificazione del Lavoro e dell'industria dei Coloni nel Rio Grande do Sul*."

Com esta concepção, italianos e descendentes migraram para o oeste catarinense, dando continuidade à *peregrinação da civilização, do trabalho, da ordem...*

Apesar do crescimento industrial e comercial da região que ocuparam no Rio Grande, o que caracterizou a vida do imigrante foi o trabalho na terra. Nela desenvolveram a agricultura tradicional, que marcou profundamente sua experiência.

2.2.4- A Agricultura Tradicional e Modernização.

*"Na encosta abrupta da serra, plasmaram uma sólida civilização agrária."*²⁶

O modelo de colonização estabelecido no Rio Grande do Sul, aliado às características do solo, seja nas *antigas colônias* ou nas de ocupação posterior, levou ao desenvolvimento desta *civilização agrária*, calcada na prática da agricultura tradicional. Este tipo de agricultura utilizava a mão de obra familiar e, aproveitando a fertilidade do solo, objetivava basicamente a produção da própria subsistência.

Compreende-se esta característica das pequenas propriedades da região colonial, ao considerar que os imigrantes, em sua maioria eram agricultores pobres, direcionados a uma região muito diferente da que estavam habituados. Além disso, o tipo de agricultura desenvolvida em praticamente todo o Brasil era muito rudimentar, o que contribuiu para manter o modelo tradicional de cultivar a terra.

Este modelo possuía diversas limitações e desde cedo enfrentou uma crise gradativa, pois as propriedades foram subdividindo-se sempre mais, em virtude das partilhas por heran-

²⁵ Todos os Italianos estão conscientes das grandes dificuldades suportadas e dos grandes trabalhos realizados para desenvolver no Rio Grande, os bens, as vantagens, os progressos da civilização humana e cristã... Esta nossa primeira etapa cinquentenária é sinal da milenária peregrinação de civilização e de trabalho que a gente itálica vai realizando ao longo dos caminhos do mundo; mas é no entanto sinal de vitória, porque a meta carrega em si a conquista de uma jornada menos áspera e difícil e a promessa de um amanhã mais rico e seguro. "Commemorazione". *Staffetta Riograndense*. Garibaldi, 21 de maio de 1925. p. 1.

²⁶ FORTINI, A. Op. Cit. p. 18.

ça, do esgotamento do solo e pela falta de técnicas adequadas para recuperá-lo, além dos impostos e baixos preços dos produtos. Destarte, as condições das famílias de pequenos agricultores tornaram-se cada vez mais difíceis.²⁷

A crise da agricultura tradicional ficou mais evidente a partir da Segunda Guerra Mundial, com o processo de industrialização do Brasil e a conseqüente modernização da agricultura.

Num primeiro momento, esta mudança só atingiu indiretamente as pequenas propriedades. Isto porque a agricultura moderna é, segundo Brum, *a fase agrícola que se caracteriza pelo uso intensivo, a nível das unidades produtoras, de insumos industriais - máquinas, equipamentos e produtos químicos - bem como a utilização de métodos e técnicas de preparo e cultivo do solo, de tratos culturais mais sofisticados. Em outras palavras: modernização da agricultura é o processo de mecanização e tecnificação da lavoura.*²⁸

A mecanização da lavoura está ligada ao processo de industrialização que se acelerou no Brasil após a revolução de 1930 e especialmente da segunda Guerra mundial. Na medida em que avançaram a modernização e mecanização agrícola, a situação da pequena propriedade e do pequeno agricultor agravou-se, pois a maioria descapitalizou-se não podendo acompanhar tais mudanças.

Desta forma a combinação entre industrialização, modernização da agricultura e a conseqüente decadência da agricultura tradicional levou o homem do campo a buscar novas oportunidades de trabalho na cidade. O *êxodo rural*, como ficou conhecido este fenômeno, nas décadas de 1950 e 1960, mudou de forma radical o quadro social brasileiro, bem como o modo de vida das comunidades rurais da região de colonização italiana.

Apesar disso, até a década de 1960, ainda persistia entre os agricultores descendentes de italianos, a *fome de terra*, ou seja, a preocupação dos pais em dotar os filhos com lotes coloniais. Tal situação fomentava uma migração *rural-rural*, a qual só diminuiu e se estabilizou no final da década.

Neste contexto, a migração do Rio Grande do Sul ao oeste de Santa Catarina, que se iniciou de modo especial após o conflito do Contestado, e que se acelerou entre as décadas de

²⁷ Ver Anexo n. 1. "DIFESA". Neste manifesto os agricultores pelo abaixo assinado, reclamam do aumento de impostos, que *consumiam a sua polenta*; situação bem expressa pela charge. *Staffetta Rio-grandense*. Garibaldi, 23 de agosto de 1922. p. 3. - No mesmo jornal encontramos diversas denúncias neste sentido. Em "La crisi ed i coloni". 15 de agosto de 1934, por exemplo, os agricultores *lamentam a dolorosa situação em se encontram, onde não mais conseguem tirar da terra o necessário para sustentar a família*.

²⁸ BRUM. A. Op. Cit. p. 89.

1930 a 1950, passou a diminuir gradativamente nas duas décadas seguintes. No começo da década de 1970, coincidindo com a crise da agricultura tradicional e com o *milagre econômico brasileiro*, a migração para esta região estava praticamente extinta.

A partir de então inicia-se um novo período na história dos descendentes de imigrantes, os quais passam a viver uma realidade diferente, seja no campo ou na cidade. O agricultor viu-se, por exemplo, diante de novas técnicas para a agricultura, da popularização da escola, da eletrificação rural e com ela a chegada da geladeira, da televisão, etc. Este agricultor que, a grosso modo, sempre viveu em contato com a natureza, de forma simples e até rudimentar, depara-se com outro modelo de sociedade, que pela televisão chegava à sua casa, dos grandes centros do país.

Até então o que continuava a caracterizar a zona colonial italiana do Rio Grande do Sul, era a prática da agricultura tradicional. Baseada na policultura e na pequena propriedade, num primeiro momento supriu as necessidades básicas desta população, mas na medida em que houve um crescimento demográfico, o modelo viu-se ineficiente.

2.2.5- Crescimento Demográfico das Colônias.

O número de imigrantes italianos que entraram no Rio Grande do Sul foi pequeno se comparado com o contingente de italianos vindos ao Brasil.²⁹ No entanto, foi suficiente para ocupar as últimas áreas de matas gaúchas, destinadas ao desenvolvimento da agricultura que ainda estavam disponíveis para a colonização.

Este processo acelerou-se a partir de 1882, quando o governo passou a vender terras a particulares os quais organizaram as *companhias de colonização*, revendendo-as em pequenos lotes aos colonos. Logo ocupavam-se as terras *disponíveis* no estado, alcançando o vale do rio Uruguai. A partir de então os descendentes e novos imigrantes foram direcionados a outras frentes, atingindo o oeste catarinense.

Neste sentido, destaca Fortini³⁰ que as famílias de italianos e descendentes no Rio Grande do Sul possuíam uma árvore genealógica complexa e numerosa. Segundo censos feitos pelos padres na década de 1920, nas colônias italianas a média de natalidade das famílias era de 7,2%, o que também contribuía para a rápida expansão da colonização.

²⁹ Ao RS direcionaram-se em torno de 100.000 italianos, representando aproximadamente 6% dos 1.600.000 vindos ao Brasil. Haviam entrado também 25 mil alemães, entre 1824 a 1870 e 35 mil poloneses entre 1886 a 1929. Estes instalaram-se, a principio, em Porto Alegre e São Marcos e depois em Casca, Erechim, Ijuí e, principalmente, em Guarani das Missões, que recebeu o maior número de famílias.

³⁰ FORTINI, A. O. Op. Cit. p. 23.

No Rio Grande do Sul, o modelo de colonização e a perspectiva de um rápido crescimento demográfico fez aumentar a preocupação dos latifundiários. Receosos de ter que dividir suas estâncias com novos imigrantes, estes *senhores da terra* pressionavam o governo estadual para que se posicionasse no sentido de dificultar o ingresso de novos imigrantes, o que se deu já nas primeiras décadas do século XX.

Tomando por base a ocupação dos principais municípios desta colonização, a preocupação dos latifundiários tornava-se compreensível, pois o crescimento demográfico era significativo, como pode-se observar na tabela número 1.

TABELA n. 1.

Quadro Estatístico da População. - Densidade Demográfica do Estado do Rio Grande do Sul e Área Colonial 1900-1917.

LOCAL	POPULAÇÃO		DENS.DEMOGRÁFICA	
	1900	1917	1900	1917
Municípios				
Afredo Chaves	19.952	31.500	17,4	27,4
Antonio Prado	8.311	8.950	20,6	22,2
Bento Gonçalves	18.031	23.000	27,2	34,7
Caxias do Sul	25.355	31.500	23,7	29,5
Garibaldi	12.313	16.150	24,4	32,0
Guaporé	13.727	39.150	8,9	25,5
"Área Colonial"	97.709	150.250	20,3	28,5
"ESTADO - RS"	1.170.658	1.924.050	4,4	7,1

Fonte: dados extraídos do Jornal Staffetta Riograndense. Garibaldi, 31/10/1919. p. 1.

Os dados de 1917 são aproximados.

Observe-se que a densidade demográfica da área colonial era bastante elevada, especialmente quando comparada a do estado. Isto evidencia que a população excedente desta área passou a exercer pressão no sentido de ocupar novas terras.

De outra parte, a adoção de novas técnicas para enfrentar o esgotamento do solo raramente se fez observar em nossa história. No sul do Brasil, a *abundância de terras* fez com que o aperfeiçoamento na forma de produzir, fosse substituído pela abertura de novas áreas. Assim, o modelo de ocupação das colônias italianas do Rio Grande do Sul tornou-se o *motor da expansão*.

Neste sentido, os colonos imigrantes ou filhos destes, dispunham-se a migrar motivados pelas dificuldades do mundo concreto que os cercavam, ligadas à sobrevivência. O desejo de encontrar um mundo melhor estava sempre presente e, assim como que em busca da *terra prometida*, punham-se novamente em retirada. Migrar foi a forma possível de dizer não a uma nova situação de dificuldade em que se encontravam.

Observa-se diante disso que as *colônias velhas* passaram por um processo de despovoamento, aliviando sua pressão demográfica. Este movimento migratório alcançou todo o oeste catarinense, a partir das primeiras décadas do século XX.

Nessa região foram criados os municípios de Chapecó e de Joaçaba, este na margem direita do Rio do Peixe, aos quais dirigiram-se inúmeros descendentes de italianos das áreas de colonização do Rio Grande do Sul.

2.3- As Companhias de Colonização no *Ex-Contestado*.

Observa-se entre os migrantes ítalo-brasileiros das comunidades rurais de Joaçaba, que vários deixaram o Rio Grande do Sul em conseqüência da Revolução de 1923. Santa Catarina passou a ser um lugar mais seguro diante dos constantes roubos e confisco de seus bens, que ocorriam naquele estado.³¹

No processo de ocupação do oeste, foi significativo o papel desempenhado pelas *companhias de colonização*, que tendo limitada sua atuação no Rio Grande do Sul, passaram a buscar fora dele novas possibilidades para realizar seus negócios.

Após o *acordo de limites*, as companhias foram adonando-se das terras do ex-contestado e passaram a atrair o excedente populacional do Rio Grande do Sul, sedento da propriedade da terra.

*"Nóis não tem direito de terra, tudo é prá gente da Oropa. [...] O governo da República expulsa os filhos brasileiros das terras que pertencem à nação e as vende para estrangeiros. Nós agora estamos dispostos a fazer prevalecer nossos direitos."*³²

Estes pensamentos dos caboclos, envolvidos no *Conflito do Contestado*, evidenciam o que ocorria na região, em relação à terra. A expansão capitalista e a conseqüente exploração da terra, fez com que esta não mais pertencesse aos que tinham sua posse, mas aos que pudessem comprá-la e torná-la um bem imobiliário.

Parece estranho que se tenha *excluído* o caboclo do direito à terra, visto que, estrategicamente, fazia-se necessária sua exploração e ocupação efetiva.

³¹ Pelas entrevistas orais foram apontados diversos casos, entre os quais o de Orestes Bonato, que trazia mercadorias de Silveira Martins, onde seus familiares possuíam um comércio, para serem vendidas com maior segurança em Joaçaba; - conforme entrevista com a Senhora Iolanda Bonato. Também o Sr. Lurenço Orso, declara ter vindo em 1924, juntamente com *outros companheiros*, visando a distanciar-se do conflito. Aponta outros casos, inclusive de um comerciante de Marcelino Ramos, que atravessou o Uruguai para instalar-se em Capinzal. Também encontramos referência a este fato, na Mensagem a Assembléia Legislativa de 22 de julho de 1923, na qual o governador Hercílio Luz, diz que *um número não pequeno de emigrados buscam refúgio em território catarinense...*

³² BORDIGNON, Gilberto Alves. *Municípios Catarinenses*. Edição do Autor, 1968. p. 1.

No entanto, prevaleceram os interesses das grandes empresas colonizadoras, que defendiam o ponto de vista oficial, segundo o qual somente uma colonização sistemática e organizada, em *terrenos limpos*, poderia atrair, além dos migrantes, novos investidores.

Governo e empreendedores buscaram incorporar a nova região, criando as condições propícias para a colonização. Na medida em que esta perspectiva se consolidava, inúmeros especuladores buscavam tirar proveito, de uma ou outra forma.

*Quando tem notícia da valorização de uma certa zona, com a entrada de colono, correm logo a requerer grandes áreas com a finalidade única de revendê-las a preços dez ou vinte vezes mais que seu custo, obtido através de requerimentos, por concessões, por vezes escandalosas e quase sempre prejudiciais ao patrimônio da União e do Estado.*³³

Neste mesmo sentido, destaca Soares³⁴ que os governos do Paraná e de Santa Catarina têm facilitado e até protegido a conquista sorrateira de grande área do território, pelo ouro de companhias estrangeiras, banindo até, do solo pátrio, os brasileiros aí domiciliados.

Desta forma observa-se que o processo de colonização da região oeste, pelos migrantes gaúchos, deu-se pela exclusão do elemento nativo. Neste processo conjugaram-se interesses diversos, entre os quais os das empresas colonizadoras, que especulavam com a venda das terras; dos investidores, que esperavam ver suas aplicações multiplicarem-se em pouco tempo e, do Estado, que objetivava ver este espaço ocupado para melhor explorá-lo economicamente, inclusive pela cobrança de tributos sobre a erva-mate e madeira.

A preocupação do governo catarinense, consistia na consolidação da sua soberania sobre os *Campos de Palmas*, e entendia que isto só seria possível pela colonização.

Apesar das indefinições legais, em 1908 iniciaram-se as demarcações das áreas escolhidas dentro da faixa de 15 quilômetros para cada lado do eixo, mas a maior parte das terras devolutas, já estavam ocupadas. A princípio a Companhia respeitou as áreas de vários particulares, quase todos grandes fazendeiros, cujos títulos de propriedade haviam sido expedidos antes de 1889. No entanto, demarcou terrenos que apesar de terem documentos, não eram ocupados por seus proprietários. Ainda assim faltou terra para que fosse completada a superfície total a que tinha direito, em função de terem sido respeitadas diversas posses.³⁵

A partir do momento em que a *Companhia Estrada de Ferro* teve as áreas legalizadas, passou a promover a ocupação. Mas em função de dificuldades neste intento, o governo per-

³³ LÚCIO, A. Apud. QUEIROZ, Maurício Vinhas de. *Messianismo e Conflito Social: a Guerra Santa do Contestado, 1912-1916*. 3. ed. São Paulo : Ática, 1981. p. 75.

³⁴ SOARES, J. O. Apud. QUEIROZ, M. V. Op. Cit. p. 75.

³⁵ Conforme Nilson THOMÉ. *O Trem de Ferro*. Op. Cit. p. 179.

mitiu que a referida companhia repassasse a terceiros a responsabilidade da colonização. Surgiram assim diversas companhias particulares ou subsidiárias da própria empresa, como foi o caso da *Southern Brazil Lumber and Colonization Co.*³⁶

Tendo a terra se tornado uma mercadoria lucrativa, as companhias iniciaram a busca de migrantes para ocupá-las, após o conflito do Contestado e da definição de limites, especialmente nos novos municípios de Chapecó, Mafra, Porto União e Joaçaba.

A exemplo de boa parte do grande interior brasileiro, o território que inicialmente compunha o município de Joaçaba, era escassamente povoado. O município possuía, quando da sua criação, em 1917, uma área de 7.680 quilômetros quadrados, onde viviam cerca de dez mil pessoas, o equivalente a quatro habitantes para cada três quilômetros quadrados.³⁷

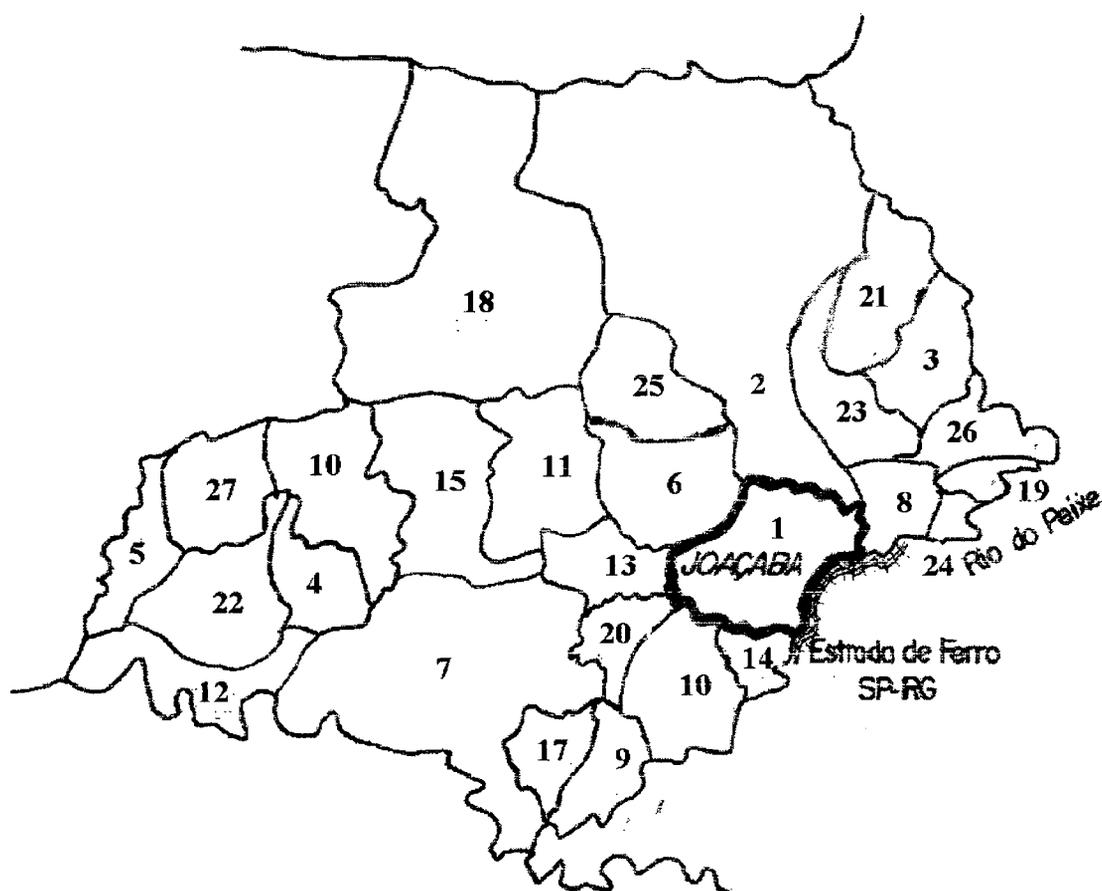
Neste sentido, para as autoridades a colonização tornou-se uma necessidade e a migração da população excedente das zonas coloniais do Rio Grande do Sul representava a solução de dois problemas. De um lado, a diminuição da pressão demográfica destas colônias e, de outro, a ocupação de um espaço considerado vazio, em Santa Catarina.

36 Walter F. PIAZZA, na obra *Colonização de Santa Catarina*, p. 254, destaca as diversas concessões recebidas pelas principais empresas.

37 QUEIROZ, A. Muniz de et alii. Op. Cit. p. 35. - Apenas a título de comparação, apontou-se anteriormente, pela Tabela n. 1, que a densidade demográfica da zona colonial italiana, em 1917, era de 28,5 habitantes por quilômetro quadrado.

MAPA DO ANTIGO MUNICÍPIO DE JOAÇABA

- | | | |
|------------------|--------------------|--------------------------|
| 1- Joaçaba | 10- Ipumirim | 19- Pinheiro Preto |
| 2- Água Doce | 11- Irani | 20- Pres. Castelo Branco |
| 3- Arroio Trinta | 12- Itá | 21- Salto Veloso |
| 4- Arabutã | 13- Jaborá | 22- Seara |
| 5- Arvoredo | 14- Lacerdópolis | 23- Treze Tilias |
| 6- Catanduvas | 15- Lindóia do Sul | 24- Tangará |
| 7- Concórdia | 16- Ouro | 25- Vargem Bonita |
| 8- Ibicaré | 17- Peritiba | 26- Videira |
| 9- Ipira | 18- Ponte Serrada | 27- Xavantina |



**CRIADO EM 1917 COM ÁREA DE 7.680 Km²
EM DESTAQUE, ÁREA ATUAL DE 359,5 Km²**

Fonte: Elaborado a partir de QUEIROZ, A. Muniz de et al. Album Comemorativo ao Cinquentenário de Joaçaba. p. 31; ATLAS Escolar de Santa Catarina. Florianópolis : SEPLAN, 1991.

2.3.1- Joaçaba e a Colonização

Os colonizadores de Joaçaba não foram imigrantes italianos, mas em sua maioria seus descendentes vindos do Rio Grande do Sul e em número bem menor, das colônias italianas do sul de Santa Catarina.

Alguns imigrantes italianos que se direcionaram ao município e região, vieram de São Paulo, pela estrada de ferro. Estes foram casos dos que chegaram ao Brasil no início do século e não haviam se estabelecido em outro local. No entanto, a maior parte dos italianos que colonizaram o vale do Rio do Peixe, passaram primeiro pelas *colônias velhas* do Rio Grande.³⁸

Esta colonização deu-se basicamente a partir da criação do município, em 1917, pois até então timidamente se iniciara na margem esquerda do Rio do Peixe, onde surgiram diversas vilas junto às estações ferroviárias. *Em frente a Herval só existiam três ou quatro casinhas*, dizem os mais idosos, em relação à Vila de Limeira, local da atual sede do município de Joaçaba.

Tal referência também é apontada num relato de 1940, no Livro Tombo da paróquia de Joaçaba, o qual faz uma caracterização do município destacando a recente colonização.

*A cidade de Cruzeiro, defronte a Estação de Herval, é de mui breve existência. Até 1920 contava apenas com três moradores... Logo porém, começou seu desenvolvimento, pois a zona de Cruzeiro possui excelentes terras de plantação, motivo que atraiu numerosos colonos do Rio Grande do Sul, na sua maioria de origem italiana...*³⁹

Pelas propagandas das *Companhias Colonizadoras* e mesmo os depoimentos dos colonos, dão conta que as novas terras já vinham sendo loteadas antes mesmo da criação do município. Em 1916 o engenheiro Henrique Hacker que residia em São Paulo, em conjunto com empresários gaúchos constituiu a *Sociedade Territorial Sul Brasileira H. Hacker & Cia.*⁴⁰

Pelo que se constatou, no entanto, a maior parte das terras que atualmente pertencem a Joaçaba, foram loteadas no início da década de 1920. Em 1923, sócios daquela empresa criaram a *Mosele, Eberle, Ghilardi e Companhia* e, dois anos após, esta empresa dividiu-se for-

³⁸ De 70 *Notas de Falecimento*, publicadas no jornal Correio Riograndense entre 1942 a 1950, referentes a pessoas que moravam em Joaçaba (Ibicaré, Capinzal, Ouro e Jaborá) e que indicavam local de nascimento, 28 eram da Itália e destas 23 moraram primeiro no Rio Grande do Sul. Dos migrantes italianos e italo brasileiros, 18 saíram de Bento Gonçalves, 10 de Nova Prata, 8 de Guaporé, 6 de Caxias do Sul, 6 de Antônio Prado, 6 de Veranópolis, 4 de Garibaldi, 2 de Flores da Cunha, 2 de Santa Maria, de Vacaria, Lajeado e Encantado 1 de cada e 5 da "Itália".

³⁹ *Livro Tombo*. Paróquia Santa Terezinha de Joaçaba. 24 de setembro de 1940. p. 35, 35v. - A sede do município de Joaçaba até 1926, foi a Vila de Catanduvas. A partir de então retornou à Limeira, visando a ficar mais próxima à Estação férrea de Herval e também da ponte Emílio Baungartem, que ligaria as duas margens do rio do Peixe, inaugurada em 1930.

⁴⁰ Ver Anexo n. 2. Propaganda da "Colônia Bom Retiro". *Il Colono*. Garibaldi, 31 de maio de 1917. p. 3. Observe-se que Bom Retiro (Luzerna) ainda aparece como *Paraná*. Nesta época já se publicavam diversas propagandas de venda de terras por todo o vale do Rio do peixe.

mando a *Sociedade Territorial Mosele Eberle Ahrons Ltda.* as quais, fazendo uso de intensa propaganda nas áreas coloniais gaúchas, deram grande impulso à colonização da região.⁴¹

As características das terras do município de Joaçaba ocupadas pelos migrantes, eram bastante semelhantes às das *colônias velhas* do Rio Grande do Sul. Férteis, mas em sua maioria montanhosas, com densa mata e próximas a vales, o que levou o agricultor a dar continuidade a sua *civilização agrária*. Destarte, a migração fez parte de uma nova etapa da experiência desenvolvida pelos italianos naquele estado.

O retalhamento do território em pequenos lotes coloniais, conforme a *Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul*⁴², fez com que em Santa Catarina, prevalecesse o fluxo migratório do tipo rural-rural, caracterizando a ocupação de todo o oeste, por cerca de 250 mil agricultores gaúchos.

Na fase inicial da colonização os empresários trouxeram para auxiliar no trabalho de medição, pessoas das *colônias velhas*, as quais normalmente o faziam em troca de terra. Alguns destes trabalhadores voltavam posteriormente ao Rio Grande do Sul, desempenhando o papel de vendedores das terras, para as companhias. Nestes casos, era comum convencerem familiares e amigos a mudarem-se para Santa Catarina.

Ilustra esta situação o caso do senhor Lurenço Orso que se transferiu em 1923, de Veranópolis, dizendo estar aborrecido do Rio Grande.

*"...escapei para Santa Catarina a pé... Vim a Marcelino Ramos e depois a Cruzeiro e ali consegui um serviço na Companhia Mosele, na medição, onde fiquei seis meses trabalhando no meio do mato, com facção, para abrir picada e medir terra. Depois então fui para o Rio Grande fazer propaganda e trazer gente, que [a terra] tava medida. Tinha 200 colônias..."*⁴³

A colonização das *novas terras* catarinenses iniciou pelo vale do Rio do Peixe, em função da estrada de ferro, a qual se constituiu no símbolo da penetração capitalista.

O meio de transporte moderno acenava com uma nova dinâmica econômica para a região, tornando-a atraente aos investidores e colonos que sonhavam um dia encontrar o *eldorado*.

A possibilidade de fácil e rápida locomoção de pessoas e mercadorias, aliada à fertilida-

41 A Mosele, Eberle, Ghilardi, possuía inicialmente o domínio de grande extensão de terra, como pode ser observado numa planta das terras da referida companhia - Anexo n. 3. Esta empresa tinha sede em Porto Alegre, mas um dos sócios, João Mosele, residia em Marcelino Ramos, a porta de entrada para o vale do Rio do Peixe. Observa-se pela planta que os lotes eram, em sua maioria, de 25 a 30 hectares. Ver Anexos 4 e 5, as propagandas das colonizadoras, publicadas no Jornal *Staffetta Riograndense*, em 18 de abril de 1929. p. 4. e 18 de janeiro de 1933. p. 4.

42 Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul. *O Fenômeno Migratório na Região Sul*. Porto Alegre : SUDESUL, 1975. p. 53.

43 ORSO, Lurenço. Conforme entrevista. p. 1.

de das terras do vale, foi utilizada pelos empresários da colonização, para atrair os migrantes. No entanto, constatou-se que mesmo os ocupantes das terras mais próximas da ferrovia enfrentaram inúmeras dificuldades nos primeiros tempos, justamente pela falta de estradas.

Neste contexto, formaram-se próximo à linha férrea diversos núcleos coloniais, entre os quais o de Joaçaba. Segundo o *Centro de Assistência Gerencial*⁴⁴ tais núcleos dedicaram-se a princípio, à produção de milho e criação de suínos, pois no decorrer da década de 1920, surgiram as condições que estimularam a produção de alimentos, em vista da demanda do centro do país.

Estas *condições favoráveis*, no entanto, não são confirmadas pelos agricultores. Ao contrário, apontam as diversas dificuldades que inicialmente tiveram na venda dos produtos.

Tal problema é denunciado pela imprensa escrita de Joaçaba, que também acrescenta a falta ou precariedade das estradas que ligavam as colônias à ferrovia, - *caminhos pomposamente chamados de estradas*.

Este quadro fez com que em 1942, por exemplo, apenas um terço da safra de trigo fosse vendida.

*"Cerca de cem mil sacos do precioso cereal estão armazenadas ao longo da via férrea, esperando embarque, estando o caruncho a fazer estragos irremediáveis. Outros cem mil sacos jazem nos paióis das colônias, correndo a mesma sorte, por falta de compradores".*⁴⁵

A falta de infra-estrutura havia sido denunciada pela própria expedição que acompanhou o governador Adolfo Konder, em visita ao oeste catarinense em 1929, como um dos grandes problemas a serem enfrentados. No entanto, o *abandono* da região prolongou-se ainda por vários anos.

Nos jornais de Joaçaba do final da década de 1930 e início da seguinte, constata-se uma exigência acerca da concretização da política oficial de Vargas - *Rumo ao Oeste*. Dava-se grande ênfase à necessidade de ampliar a colonização; *"colonizar as imensas glebas de terra, transformando este espaço vital num grande mercado interno para a expansão da miraculosa civilização"*.⁴⁶

Ainda neste contexto, o jornal *Voz d'Oeste* lamenta o fato de o governo catarinense estar contribuindo para afugentar esta *miraculosa civilização*, ao publicar um mapa do estado, no qual constavam índios coroados à margem da estrada de ferro, o que prejudicaria a imagem

⁴⁴ Centro de Assistência Gerencial de Santa Catarina. *Evolução Histórico Econômica de Santa Catarina: estudo das alterações estruturais, século XVII a 1960*. Florianópolis : CEAG/SC, 1980. p. 190.

⁴⁵ *A Tribuna*. Joaçaba, Ano II, nº 111, 22 de março de 1942. p. 6.

⁴⁶ "Aproveitando o Nosso Espaço Vital". *A Tribuna*. Joaçaba, Ano II, nº 109, 15 de março de 1942. p. 4.

de uma região em colonização.

*"Em realidade, os índios que ainda possuímos são em quantidade tão diminuta que não merecem mais figurar em nenhuma carta geográfica de qualquer estado do Brasil. Além disso, essa designação sempre faz pressupor uma terra semi selvagem, com enormes florestas indevassáveis, feras, etc."*⁴⁷

Independente disso, a falta das condições básicas para desenvolverem suas atividades manteve os colonizadores, nas primeiras décadas, numa situação muito limitada de crescimento. Isto fez com que seu sucesso ou insucesso dependesse muito mais do seu próprio trabalho e solidariedade, do que das condições que tiveram a sua disposição.

Esta situação fez com que até a primeira metade do século XX, o setor primário tivesse um amplo predomínio em Joaçaba. Observa-se que a produção fabril, em 1939, atingia apenas 0,32% da produção geral do município, equivalendo-se à de mel. Somente a partir de 1950»é que a indústria começava a despontar, quando existiam em Joaçaba, 51 serrarias, 46 moinhos de trigo e milho, 14 ferrarias, 5 descascadores de arroz, 8 soques de erva-mate, entre outras.⁴⁸

Tais indústrias estavam intimamente ligadas ao setor primário. Isto quer dizer que, num primeiro momento, os migrantes buscaram sua sobrevivência na terra, reproduzindo o modelo das *colônias velhas* do Rio Grande do Sul, com os problemas dele decorrentes.

Com o passar dos anos, o excedente populacional destas novas terras, pelas dificuldades de sobrevivência na pequena propriedade, viu-se forçado a uma nova migração, ou mudar para centros urbanos ou ainda à formação de um contingente de *sem terra*.⁴⁹

O processo migratório do Rio Grande do Sul para Santa Catarina tornou-se, para o oeste catarinense, tão ou mais significativo quanto a imigração para aquele estado. Da mesma forma que seus pais ou avós deixaram a família e a pátria em busca de uma sobrevivência mais digna, os novos migrantes seguiram a mesma sina, como que em busca de uma *terra prometida*.

2.3.2- A "Peste Branca" do Rio Grande do Sul.

O oeste catarinense foi sem dúvida o grande sorvedouro destes migrantes. Ilustra este

⁴⁷ "Propaganda de SC na Inglaterra". *Voz d'Oeste*. Joaçaba, ano I n. 55. 9 de agosto de 1939. p. 1. - A publicação do mapa foi feita inclusive na Inglaterra.

⁴⁸ Conforme *A Tribuna*. Joaçaba, Ano I, n. 55, 7 de julho de 1941. p. 5. e Zedar P. da Silva, Oeste Catarinense. Rio de Janeiro : Laemerth, 1950. p. 161.

⁴⁹ Sobre este assunto ver o trabalho de Anita MOSER, "Alguns Aspectos da Realidade dos Descendentes de Italianos em Santa Catarina". Boletim das Ciências Humanas e Sociais. CCH/UFSC, (55/56):34-68. Florianópolis, jan/jul. 1990.

aspecto os dados apresentados por Roche⁵⁰ acerca dos gaúchos que, em 1940, estavam fora do estado. Dos 131.132 nascidos no Rio Grande do Sul e que residiam fora dele, 76.394 encontravam-se em Santa Catarina, representando 58% do total; 14.800 residiam no Paraná (11%) e os 31% restantes, nos outros estados da federação. A partir de 1940, em média 8 mil riograndenses por ano fixaram-se em Santa Catarina, continuando a representar mais da metade dos que migravam. Dos migrantes, 65% tinham idade entre 15 e 50 anos, ou seja, em pleno potencial para o trabalho.

No que se refere à faixa etária dos migrantes, pudemos constatar que realmente a maioria era composta por jovens. Os entrevistados falam que *todos* migravam logo que casavam, ou que o homem vinha para ver as terras e construir uma pequena casinha e então voltava para casar. Somente alguns vinham com filhos pequenos, ou traziam os pais.

Entre os ítalo circula o ditado, *tuto el mondo le paese*, ou seja, todo o lugar é lugar para morar ou viver. Isto reflete sua pré disposição para migrar, independente da distância e das condições que encontrariam.

Para os italianos o sonho era a *América*, independente do que ela seria na realidade; da mesma forma, os descendentes falavam em *Santa Catarina*, como algo desconhecido e idealizado. Afinal, "*La Cucagna*" poderia estar aí.

*"Se tudo dava certo eu queria ser o presidente da República hoje. Eu tinha este plano na cabeça, de ficar podre de rico em poucos anos [...] mesmo que o pessoal lá dizia, - onde você vai no meio dum matão daqueles?"*⁵¹

A chegada dos migrantes com a preocupação do enriquecimento material implicou na sistemática ocupação e exploração das terras. Isto por sua vez interveio diretamente no mundo criado ao longo dos anos pelos caboclos. Por isso, a chegada dos migrantes era vista por estes, como a "*peste branca*" do Rio Grande do Sul.⁵²

A forma como se deu o processo de apropriação das terras e a colonização de Joaçaba, representou a inclusão de uns às custas da exclusão de outros. Esta exclusão não foi apenas das pessoas, mas também do seu modo de viver.

Os caboclos se arrancou tudo de lá é, em um ano e pouco... porque eles não tinham terra, eles estavam em terras da companhia e do governo e nós começamos a arrematar [as terras]. Eles cortavam o mato daqui a lá em baixo, plantavam e aí a algum tempo tinha bicharada no meio da roça. Os caboclos plantavam e não colhiam, só derrubavam o mato, tu visse que coisa feia.

⁵⁰ ROCHE, Jean. A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Globo, 1969. p. 357.

⁵¹ RACHELLE, Germano. Conforme entrevista, p. 3, 7.

⁵² Os colonizadores, contrapunham-se ao modo de vida dos brasileiros, - "*I Brasiliani*", que para os italianos e descendentes eram os caboclos e os negros. Desta forma também afirmava-se a identidade pela contraposição, reforçando o preconceito dos migrantes, em relação aos nativos.

Evidencia-se assim o conflito dos diferentes modos de vida entre os '*brasiliani*' e a '*peste branca*'. Aqueles, por não terem a preocupação de trabalhar com o intuito de enriquecer materialmente, eram vistos como preguiçosos, vagabundos... Sendo assim, era legítimo para os migrantes que os caboclos tivessem que "*se mandar para frente*".

Foi neste contexto, que os migrantes italianos e ítalo-brasileiros desenvolveram sua experiência nas *novas terras* do vale do Rio do Peixe, no município de Joaçaba, a qual analisaremos no capítulo que segue.

CAPÍTULO

TERCEIRO

III- OS ÍTALO-BRASILEIROS EM JOAÇABA.

3.1- A "*Mãe Terra*" e a Organização Econômica

3.2- O Lazer

3.3- A Família

3.4- A Religião

3.5- Escola e Educação

3.6- Língua e Nacionalização

3.7- Uma Caracterização da Identidade Ítalo-brasileira.

3.0- OS ÍTALO-BRASILEIROS EM JOAÇABA.

A expansão capitalista no atual oeste catarinense deu-se fundamentalmente a partir do final do século XIX e início do XX. Seu maior símbolo foi a construção da estrada de ferro *São Paulo-Rio Grande* e a própria atuação das companhias de colonização na venda dos lotes de terra, alijando os nativos deste processo.

Neste contexto ocorreram profundas mudanças no quadro sócio- econômico da região, pois o processo migratório provocou, para sempre, alterações na sua história. É na dinâmica deste processo que situamos a migração de italianos e ítalo-brasileiros do Rio Grande do Sul ao vale do Rio do Peixe e especificamente a Joaçaba.

Foi no Rio Grande que estes italianos desenvolveram sua primeira experiência no Brasil, conforme procuramos mostrar nos primeiros dois capítulos.

Entendemos imprescindível contextualizar este quadro, para melhor compreender a experiência que estes italianos desenvolveram nas comunidades rurais de Joaçaba. Imprescindível pois ela não se dá isolada do quadro sócio-econômico. Destarte, entender a trajetória destes migrantes, bem como as condições oferecidas pelo novo meio, significa entender melhor como organizaram todo o seu projeto de vida.

Assim, pretende-se, neste terceiro capítulo, compreender a experiência desenvolvida pelos descendentes de italianos, nas comunidades rurais de Joaçaba, de 1917, quando da criação do município, até 1970. Ao investigar sua participação neste processo, busca-se caracterizar os elementos que os identificam como grupo étnico.

A partir da compreensão dos aspectos que marcaram sua vida cotidiana, no *microcosmo* criado pela família, pequena propriedade e comunidade, busca-se contribuir no entendimento da história destes migrantes, nas *novas terras* do oeste catarinense.

Foram nelas, que mais uma vez tentaram concretizar o sonho que os acompanhava, como parte do seu universo simbólico, desde a saída de sua pátria. Tal sonho aspirava à conquista de uma vida melhor, com trabalho, liberdade, riqueza e bem estar. No entanto, as limitações impostas pelas características do meio e pelo modelo de colonização, além de sua própria visão de mundo, levou-os a manter e solidificar um *ethos camponês*.

Neste sentido os migrantes, que pelo trabalho familiar buscavam além da sobrevivência, a fortuna, pouco conseguiram ir além da reprodução do seu *microcosmo*.

Os ítalo migraram, levando, além da esperança, a experiência vivida nas *antigas colônias* do Rio Grande do Sul e na Itália, e construíram uma história peculiar, intimamente ligada à terra.

3.1- A "Mãe Terra" e a organização econômica.

Foi no trabalho da terra que, a princípio, a maioria dos imigrantes direcionados ao sul do Brasil, buscaram realizar seu sonho na *América*. Além de representar a propriedade, a terra possibilitava-lhe o trabalho e este por sua vez a sobrevivência e a possibilidade de vencer; coisas que no passado nem sempre foram possíveis.

Nas colônias do Rio Grande do Sul, os italianos desenvolveram uma experiência estreitamente ligada ao cultivo da terra, em pequenas propriedades, de onde tiravam sua sobrevivência. Isto simplesmente os reproduzia como agricultores. Foi neste sentido que Fortini denominou esta experiência de *Civilização Agrária*.

A terra, assim como a mãe, simbolizava a geração de vida e vida mais digna para a família. Este pensamento é expresso num provérbio corrente entre os descendentes de italianos que diz: - *in colônia se laôra e se core, ma de fame no se môre*, ou seja, na roça se trabalha e se corre, mas de fome não se morre.

A íntima relação dos imigrantes italianos e seus descendentes com o trabalho agrícola, observada no Rio Grande do Sul, estende-se à experiência que estes realizaram em Joaçaba. Aqui, desenvolveram na sua pequena propriedade a policultura, que foi a base para o sustento familiar.

Ao analisar a colonização no sul do Brasil, diz Giralda Seyferth, que o seu resultado mais significativo liga-se à formação de uma sociedade rural diferente da sociedade rural brasileira tradicional.

*De fato, o que ocorreu [...] foi a formação e consolidação de uma sociedade camponesa, cuja base fundiária é a pequena propriedade policultora trabalhada pela família do proprietário; camponeses que mantêm um estilo de vida próprio, um modo de produção específico, apesar das transformações ocorridas desde o século passado e das pressões do capitalismo.*¹

E esta peculiaridade de sociedade camponesa produzida pelos imigrantes e descendentes foi tão marcante que, não raramente, os colonos têm dificuldades em aceitar inovações tecnológicas que visem a alterar sua maneira de trabalhar a terra.

E neste sentido, ainda no entendimento de Seyferth,
O que está em jogo não é a falta de capacidade 'empresarial' ou o desprezo pelo lucro, mas um ethos camponês específico do colono que determina suas ações enquanto 'empresário' agrícola. Um ethos que tem como base justamente a colônia como mi-

¹ SEYFERTH, Giralda. *Imigração e Cultura no Brasil*. Brasília : Editora da UNB, 1990. p. 21. - A autora atribui um significado ao termo camponês (e sociedade camponesa), destacando que mesmo relacionado à questão econômica, 'a palavra camponês, em sentido analítico, também é usada para identificar uma estrutura social e um ethos específicos'. Assim, quando for utilizado neste trabalho, o termo camponês assumirá este sentido.

*crocosmo que deve ser, na medida do possível, auto-suficiente.*²

Os ítalo-brasileiros que migraram para Joaçaba o fizeram para trabalhar, no intuito de conquistar a sua *Cucagna*. No entanto, pelo modelo de colonização, as características regionais e a forma como trabalhavam, raramente conseguiam além da produção de sua subsistência ou de sua reprodução como agricultores. Este apego ao tradicional modelo de desenvolvimento econômico, implementado nas *antigas colônias*, levou-os a conceber de uma maneira própria a realidade que os cercavam.

Acerca disso, escreve Willems que tais pessoas estabelecem
*"um sistema de representações coletivas, de valores específicos aceitos pelo grupo ou, uma mentalidade econômica com atitudes estereotipadas suscetível de influir decisivamente sobre todas as atitudes relacionadas com as formas de produção, de distribuição e de consumo."*³

Verdade é que, no período em estudo, a sociedade brasileira ainda possuía características marcadamente rurais, mesmo que heterogênea. E esta condição, de sociedade rural, ainda conforme pensamento de Willems⁴, é resultante do fato de, no Brasil, a "*Revolução Industrial*" ter acontecido de forma tardia, diferentemente de diversos países da Europa ocidental.

Neste contexto, observa-se que as comunidades formadas pelos migrantes ítalo-brasileiros em Joaçaba também se caracterizam por este *ethos camponês*, sendo o pequeno lote colonial seu *microcosmo*, transformado no palco, onde estes personagens construíram sua história.

Mesmo dentro dos limites deste *ethos*, acumular riquezas sempre foi um grande sonho. Mas, como se disse, as condições para tal eram limitadas, pois encontravam-se isolados em suas colônias, com escasso mercado para seus produtos, falta de infra-estrutura, de orientação técnica para o trabalho na lavoura, etc.

Utilizando técnicas tradicionais, estes agricultores destinavam parte do lote para a lavoura, o qual era trabalhado por vários anos até seu esgotamento, ficando após um período em descanso. A parte do lote destinada para a agricultura era utilizada num sistema de rodízio. A passagem para a nova área era feita pela derrubada da mata, procedendo-se depois de seca a queimada, para após fazer a plantação. Este foi um procedimento que pouco se modificou até nossos dias.

Isto significa dizer que, como em outros tempos, conforme afirma Sérgio Buarque de

² Id. Ibid. p. 26.

³ WILLEMS, Emílio. *Assimilação e Populações Marginais no Brasil*. São Paulo : Nacional, 1940. p. 252.

⁴ WILLEMS, Emílio. *Aculturação dos Alemães no Brasil*. 2. ed. São Paulo : Nacional, 1980, p. 301.

Holanda⁵, este modelo de agricultura caracterizou-se *pelo muito que pediam à terra e pelo pouco que lhe davam em troca*.

"*A terra também cansa*", destacava o Jornal Tribuna Livre⁶, em 1959, ao apontar a existência no meio rural do município de Joaçaba, de agricultores que não queriam compreender a necessidade de utilização de técnicas, como a de conservação e adubação do solo. *Acham que é só plantar, plantar...*

Tal situação nos revela em que a mentalidade econômica dos colonos continuava arraigada ao estilo tradicional e confrontava com a pregação modernizante. Esta mentalidade começa a modificar-se apenas com a modernização da agricultura e especialmente com o avanço da agro-indústria. Mas o que lhes importava, acima de tudo, era o fato de conseguir a sobrevivência. Ter acesso à terra e poder produzir o alimento era considerado o essencial.

As dificuldades enfrentadas nas *novas terras* fizeram com que os migrantes se tornassem solidários, estabelecendo certa integração da economia local. Este importante aspecto da *organização social da colônia* pode ser observado pela prática da troca de produtos entre as famílias, especialmente por ocasião do abate de animais, como suínos ou gado. Enquanto não surgia a geladeira, para conservar a carne suína fazia-se um pré cozimento e após conservava-se numa lata, imersa na banha. Mesmo assim, parte da carne era distribuída entre os vizinhos, que a retribuíam em nova oportunidade. Esta prática de sua organização econômica e social, também estendia-se a outras situações do seu cotidiano.

*Um dos exemplos dessa solidariedade é o auxílio mútuo em caso de doença, quando parentes próximos ou vizinhos auxiliam uma família nas tarefas da roça. A construção da moradia para alguém que vai casar, de uma escola comunitária, de uma capela, envolve parentes, amigos e vizinhos em mutirão. O auxílio mútuo é concebido como característica fundamental do ethos camponês.*⁷

5 HOLANDA, Sérgio B. *Raízes do Brasil*. 9ª. ed. Rio de Janeiro : José Olímpio, 1976. p. 21.

6 *Tribuna Livre*. Joaçaba, 22 de março de 1959. Ano VI, n. 249, p. 2.

7 SEYFERTH, G. Op. Cit. p. 28.

FOTO Nº 1



"Os Migrantes"-Migrantes em festa, por ocasião da Inauguração de uma Casa Residencial. Quilômetro 20, Joaçaba, no início dos anos 1940. Atente-se para a presença do padre e a pose expondo bebida e comida, numa demonstração de vitória. (Acervo particular de Tito De Marco, Km 16, Joaçaba).

Entre os italianos e seus descendentes havia a convicção de que poderiam vencer pela sua capacidade de trabalho. Por isso era considerado um compromisso de todos os membros da família, independente do sexo ou idade, não se admitindo que alguém não o assumisse. Como se literalmente fosse aplicado o princípio do *ganharás o pão com o suor do teu rosto*.

Entretanto observa-se uma divisão bastante clara dos papéis que cada membro da família deveria desenvolver. A administração da propriedade, bem como do trabalho e da produção, normalmente foi responsabilidade do homem. O que plantar? Como? Quando? Onde? Eram preocupações que cabiam ao homem.

Preparar os alimentos? Lavar, passar, remendar ou confeccionar roupa? Limpar a casa? Lavar a louça? Cuidar da horta, dos animais domésticos? Fazer o queijo? Isto tudo, entre outros eram considerados domésticos e, portanto, *serviço de mulher*.

Era comum também as crianças assumirem determinadas atividades, para *aprenderem* a participar desde cedo da vida econômica da família. Assim, meninos e meninas realizavam trabalhos como o de cuidar de crianças menores, tratar os animais, limpar os estábulos, etc. Mesmo assim, ao atingirem os dez anos já acompanhavam seus pais no trabalho da lavoura, pois somente este era considerado *produtivo* e a base da subsistência.

Neste sentido, a mulher, além da responsabilidade do serviço doméstico, deveria estar lado a lado dos demais membros da família em praticamente todo o trabalho agrícola.

Na memória coletiva, entre os descendentes de italianos, estão presente as dificuldades enfrentadas no passado pelos seus progenitores, as quais são tomadas como *lição*. Assim, todos deveriam contribuir com seu trabalho para produzir a sobrevivência.

FOTO Nº 2



'A Colheita do Trigo'. 1952. Toda a família (De Marco) participa do trabalho agrícola. (Acervo Particular de Victo De Marco).

Este quadro, além do entendimento de *capacidade de trabalho*, gerou um certo *culto ao trabalho*, e com ele a necessidade de ser econômico. Destacam neste contexto, Costa e De Boni⁸ que, *talvez, tenhamos que pagar mais tempo no purgatório por nosso apego ao dinheiro do que pela gula*. Esta visão economicista nos torna daltônicos quanto à cor da pele humana e nossa prevenção ante o negro geralmente tem pouco de racismo e muito de desaprovação, devido ao modo como ele encara a vida e o trabalho.

Referimo-nos no segundo capítulo, acerca da forma como os migrantes viam o caboclo, seu modo de vida e trabalho. Entre os ítalo em Joaçaba, ouve-se com certa frequência, expressões como: "*I laora come i negri*", ou "*laori de negri*" (trabalham como os negros, ou fazem serviço de negros). Tais expressões são usadas para referir-se a um serviço que não saiu a contento. Neste sentido, observa-se que a qualidade do trabalho realizado transforma-se em critério para determinar o valor da pessoa que o executou.

"Em Caragoatá tem caboclos com terra, são que nem gente muito civilizada. Ai não tinha daqueles caboclos mesmo valentes... Nossos caboclos eram gente mansa e nós gostava deles e a maioria trabalhava de peão, um numa casa, outro noutra".⁹

Assim, o *outro* passa a ter valor na medida em que se identifica com os princípios dos ítalo, na medida em que se torna um *civilizado*, sendo assim visto quando é um trabalhador, ordeiro, proprietário... Aos olhos do migrante o caboclo era considerado inferior, justamente pelo fato de ter uma *mentalidade econômica*, uma maneira de trabalhar e viver diferente da sua.

Acerca disso escreve Roger Chartier, que, *as representações do mundo social, [...] são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. [...] As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas.¹⁰*

Cada grupo que se identifica como tal, cria seu sistema de representações pelo qual define-se a si e aos outros. O confronto destes sistemas de representações coletivas, entre ítalo e caboclos, contribui para compreender melhor todo o processo de exclusão destes, a partir da colonização.

"As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua con-

8 COSTA, Rovilio; DE BONI, Luis A. "Nós, os Gringos". In: GONZAGA, Sérgio (Coord.) *Nós, os Gaúchos*. 2. ed. Porto Alegre : Editora da UFRGS, 1993. p. 42, 43.

9 DE MARCO, Victo. Conforme entrevista, 24 de maio de 1994. p. 5.

10 CHARTIER, R. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro : Bertrand do Brasil, 1990. p. 17.

cepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio".¹¹

Tanto os imigrantes italianos, como os ítalo-brasileiros das *antigas colônias* do Rio Grande do Sul, nas condições já apontadas, necessitaram de um trabalho sistemático para tirar a sobrevivência na pequena propriedade. E para tanto, entendiam como necessário o trabalho de cada um. Isto fazia parte da mentalidade desses indivíduos, que se constituía numa *visão de mundo* própria do grupo.¹²

Os migrantes, ao se depararem com os caboclos nas novas terras, não admitiam que estes fizessem aquelas rocinhas, deixadas aí, abandonadas... Ouvimos com naturalidade de vários deles que *os caboclos eram até gente boa, mas não queriam trabalhar. Não trabalhavam, faziam uma rocinha ali e pronto*. Em conseqüência, eram vistos como elementos de pouco valor.

Um dos entrevistados relatou, com certa indignação, que não conseguia entender *por que não trabalhavam?* Desta forma também não poderiam merecer a terra. - *Eu disse a eles: Vocês é só carijo e barbaquá; se não fossem os imigrantes, morreriam de fome. Quem fez as indústrias e desenvolveu o Brasil, foram os italianos e os alemães...*¹³

Neste mesmo sentido são as palavras de um migrante, que respondendo às preocupações dos amigos das *colônias velhas*, diz: *"...il nostro braccio forte e industrioso ridurrá le immense selve del Capinzal a giuste proporzioni."*¹⁴

Esta forma de pensar não era apenas dos migrantes, mas também reforçada pela visão oficial. O governador Adolfo Konder, quando em 1929 visitou a região, disse em seu discurso: *"Em um estreito decênio, realizastes uma obra notável digna de encômios e de registro, estendendo as linhas da cultura, fecundando o solo e recolhendo a riqueza produzida. E por toda a parte ao mágico contato da mão do homem, brotou a primavera da trabalho útil..."*¹⁵

Observa-se que ao contrapor as identidades, os que trabalham e os que não trabalham, reforça-se a concepção de superioridade étnica dos migrantes. Tendo em mente esta *visão etnocêntrica*, a afirmação, por exemplo, de que o caboclo não trabalhava, quer dizer que ele não

11 Id. Ibid.

12 *Visão de mundo*, no sentido colocado por L. Goldmann, como: conjunto de aspirações, de sentimentos e de idéias que reúne os membros de um mesmo grupo e os opõe aos outros grupos. Esta noção permite que se compreenda como um grupo, num determinado momento histórico, partilha mais ou menos conscientemente ou não, esse sistema ideológico. In: CHARTIER, R. Op. Cit. p. 47.

13 RACHELE, Germano. Conforme entrevista, 11/06/1994. p. 3.

14 O nosso braço forte e industrioso reduzirá as imensas selvas de Capinzal às justas proporções. "De Capinzal a Garibaldi". *Staffetta Riograndense*. Garibaldi, 16 de novembro de 1921. p. 2.

15 "Discurso Pronunciado pelo Ex-Governador há 25 Anos". *Cruzeiro do Sul*. Joaçaba, 5 de julho de 1953. p. 1.

trabalhava da mesma forma que o colonizador.

Em relação a esta visão etnocêntrica, diz E. Faris, que:

"O etnocentrismo como atitude emocional classifica valores estranhos de acordo com o grau de diferença que os separa dos valores próprios, atribuindo o último lugar aos mais diferentes".¹⁶

No entanto, ao mesmo tempo que o migrante diz que *não trabalham*, fala também que *a maioria deles trabalhava de peão*. E eram justamente estes colonizadores que exploravam a força de trabalho dos caboclos.

Na medida em que o seu mundo foi sendo destruído e perderam a posse da terra, obrigavam-se a trabalhar por empreitadas nas lavouras dos novos donos da terra, ou em qualquer outra atividade.

Esta situação é denunciada pelo Jornal Voz d'Oeste, quando afirma:
devemos acabar com a falsa lenda que o caboclo nativo é indolente e preguiçoso... É ele que trabalha a 2.000 ao dia, para o colono estrangeiro que é esperto lido e cheio de saúde. Não devemos ver no caboclo um vadio, mas sim uma infeliz vítima da sociedade e dos maus governos que já passaram. O caboclo é o verdadeiro dono deste colosso que se chama Brasil, e no entanto quantas vezes vemo-lo mendigando um pedaço de pão duro, ou trabalhando por magros tostões para encher a carteira ou o cofre de atrevidos que menosprezam a nossa raça e a nossa querida pátria.¹⁷

Não era comum o fato de o caboclo ser apresentado como *o verdadeiro dono deste colosso chamado Brasil e de nossa raça*. Pelas leituras dos jornais de Joaçaba, percebemos que este discurso somente aparece no contexto da campanha de nacionalização - *vítima dos governos que já passaram*. No caso, procurava-se estabelecer uma identidade ao Brasil, baseada no elemento nacional.

A visão etnocêntrica dos ítalo-brasileiros, de *verem-se melhores do que os outros*, fundamentada especialmente na capacidade de trabalho, pouco mudou até nossos dias. Este pensamento é facilmente constatado na convivência, nas entrevistas, ou nos seus escritos.

O sul do Brasil é uma verdadeira máquina de trabalho. Começa no Paraná e termina no Rio Grande do Sul. Junto com Santa Catarina é nossa Europa daqui. É pena que tanto dinheiro que é gerado aqui vá para o centro do país para ser destinado a fraudes e roubos. O pessoal do sul quer que se ponha um fim em tudo isso.¹⁸

Os migrantes ítalo-brasileiros não escondem seu orgulho por fazer surgir nas várias comunidades do município, em curto espaço de tempo, capelas, escolas, estradas, casas e tudo quanto fosse necessário para a vida privada e social. E isto às custas de *muito trabalho*. Senti-

¹⁶ FARIS, E. In: WILLEMS, E. *A Aculturação...* Op. Cit. p. 4.

¹⁷ *Voz d'Oeste*. Joaçaba, 19 de agosto de 1.939. Ano 1, n.56, p. 4.

¹⁸ PRANDO, Romano A. "Cartas". *Correio Riograndense*. 20 de maio de 1992. p. 4.

ram-se, *a chegada da civilização*; afinal, eram eles que haviam derrubado a mata, construído estradas, que fizeram grandes plantações de trigo e milho, etc., em síntese, com eles a região deixava de ser apenas '*carijo e barbaquá*'.

Com esta visão econômica e de trabalho, aliada ao modelo de colonização, contribuíram para modificar amplamente a região nos diversos aspectos. Nas comunidades agrícolas por eles formadas, estabeleceram um estilo peculiar de conceber o mundo e de convivência, a partir dos parâmetros de seu *microcosmo*.

3.2- O L a z e r.

O isolamento no *microcosmo* familiar e da pequena comunidade, nas primeiras décadas da colonização, levou os ítalo-brasileiros a adotarem práticas de lazer, típicas deste pequeno mundo. Nele, formas pouco convencionais de diversão foram utilizadas para quebrar a monotonia da vida colonial.

A escassez de opções de lazer levou os migrantes a buscarem no seu meio formas alternativas de *passar o tempo*. Neste sentido, observa-se que a *caçada e a pescada* eram práticas bastante comuns e, não raro, ouve-se que eram a única forma de se divertir. - '*Caçar e pescar era a diversão... Nos domingos ia ao terço e depois voltava para ir caçar e pescar; passava-se o dia assim.*'¹⁹

Na Itália, aos mais pobres a caça era uma prática que sofria diversas restrições e, por isso, juntamente com a pesca, passou a se constituir em *esporte* muito apreciado entre os imigrantes e descendentes.

Nas novas terras, onde a natureza parecia soberana, a lida difícil na lavoura exigia-lhe um trabalho semanal intenso. Mas no domingo ou mesmo em outros dias, *quando sobrava um tempinho*, a rotina deste trabalho poderia ser rompida com uma boa caçada. E nesta *competição* entre a caça e o caçador, este amparava-se num vasto aparato, composto pela espingarda e das mais diversas armadilhas.

Nos primeiros anos, ter uma espingarda era um privilégio, pois possuía um grande valor material. Em diversos casos armas foram trocadas por meia colônia ou uma colônia de terra. A arma, acima do valor material, representava principalmente um valor simbólico. Conferia-lhe grande poder no enfrentamento com a natureza e um poderoso instrumento para a caça. Este valor atribuído à arma e a obsessão pela caça são facilmente observados nas fotografias. Na hora da pose, fazia-se questão de exibir não apenas as armas, mas também a si mesmo.

¹⁹ ORSO, Lorenço. Conforme entrevista, 23 de maio de 1994. p. 8.

FOTO Nº 3



Migrantes e a Confraternização (início da década de 1930. Acervo particular de Tito De Marco).

FOTO Nº 4



Caçadores I (início dos anos 1950. Acervo particular de Gelci Benedetti).

FOTO Nº 5



Caçadores II. O caçador exhibe facão, pistola e espingarda dupla, além de seus cães, mesmo que não se preocupe com a falta de calçado. (Início da década de 1930. Acervo particular de Tito De Marco).

FOTO Nº 6



Caçadores III. Enquanto os homens divertem-se caçando, as mulheres passam o tempo conversando. (1966). Acervo particular de Mafalda De Déa. Joaçaba.

FOTO Nº 7



Mulheres e o Lazer I (1966). Acervo particular de Mafalda De Déa. Joaçaba.

Entre os descendentes de italianos a caçada sempre foi um bom motivo para reunir os amigos. E a *passarinhada* constituiu-se, pode-se dizer, numa *celebração* desta prática, que culminava com uma animada festa. Nessas ocasiões, o melhor da festa era lembrar certos episódios da própria caçada, quando as *habilidades pessoais* do caçador ganhavam ênfase, motivando animadas conversas.

Nos primeiros anos da colonização, tal prática também estava aliada à própria subsistência dos colonos, quando peixes, pássaros e outros animais, faziam parte da alimentação. Pela quantidade de pássaros e animais existentes, por vezes a caça tornava-se também uma *necessidade*, para a proteção de suas lavouras.

Percebe-se que este hábito se dava, fundamentalmente, dentro dos limites do seu pequeno mundo e era parte da própria mentalidade coletiva, portanto não sofrendo restrições.

Já a partir da década de 1960, observa-se que a mulher, mesmo não participando desta prática de recreação, acompanhava o homem em certas ocasiões; mas, *enquanto os homens caçavam, as mulheres ficavam conversando*.

Um outro aspecto da recreação característico dos ítalo-brasileiros, foi o filó. Este encontro noturno de vizinhos ou amigos, consagrou-se como tradição, nas regiões por eles ocupadas, em todo o sul do Brasil, ou seja, para quem passava a maior parte do tempo isolado no trabalho *das colônias*, encontrar-se com outras pessoas para conversar, tornou-se uma terapia necessária.

Esta reunião de pessoas diferentes do meio familiar constituiu-se numa oportunidade ímpar, quando era possível socializar os acontecimentos cotidianos. Falava-se durante horas, do trabalho, das plantações, das criações, etc, mas também era o momento de jogar baralho (quãtrilho, tresséte, escopa e bríscola) e cantar, acompanhados do vinho ou do brodo. Neste sentido, viviam o ditado, '*quem canta seus males espanta*'.

E para criar um ambiente mais descontraído, seja no filó ou nas festas dos fins de semana, cantavam predominantemente as músicas do próprio folclore. Em situações específicas, também surgiram algumas composições próprias, não apenas de músicas, mas de poesias ou cartas, escritas em *vêneto brasileiro*.

Situamos várias destas, publicadas no jornal *Tribuna Livre*, sendo que em praticamente todas elas, é possível visualizar a disputa política entre partidos e lideranças do município, ligadas à União Democrática Nacional e ao Partido Social Democrata. Este partido dirigia-se aos *italianos*, colocando-se como a verdadeira alternativa, ao mesmo tempo que fazia suas críticas aos adversários²⁰. O envolvimento político dos ítalo, no entanto, foi maior entre os do meio urbano, e os do meio rural pouco se envolveram na disputa partidária.

Além do *endereço político*, a letra da canção '*a procura de uma mulher*', revela o que o ítalo esperava de sua companheira e o papel que cabia a cada um. Não queria uma mulher gorda, pequena, bonita ou feia, mas, *uma simples*, pois é esta que *faz os serviços da casa* e o marido *faz os de fora*; assim não haveria necessidade de preocupar-se com o que os outros fizessem.

Nas condições que envolviam o *microcosmo* do agricultor, o tempo era concebido de forma muito própria. Não era um tempo da pressa, mas da calma; isto é revelado pela forma como os mais idosos relatam os fatos ou episódios cotidianos, sempre enriquecidos com toda uma peculiar teatralidade. Por vezes, para contar um simples fato, levam longos minutos, podendo-se imaginar perfeitamente o cenário de cada situação.

No *pequeno mundo* dos agricultores, os encontros comunitários dos fins de semana, junto às capelas tornaram-se especialmente significativos²¹. Era neles, por exemplo, que os bons contadores de histórias podiam, aos poucos episódios do dia-a-dia, acrescentar inúmeras situações puramente imaginárias e tornarem-se também os personagens de situações pitorescas, heróicas e audaciosas.

Neste espaço, esta não era necessariamente uma forma de chamar a atenção para si, mas de animar o ambiente. Uma vez reunido, o ítalo tornava-se um brincalhão em potencial. Para tornar estas situações mais ricas, podia-se combinar com amigos o *roubo* de uva ou melancia, mesmo que as tivessem em casa, ou assustar alguém à noite, ou, quem sabe, *roubar* um galinha para levá-la à casa do dono, já pronta para o brodo.

As residências ou a pequena comunidade, onde se reuniam tais *brincalhões*, eram o es-

²⁰ Ver anexo n. 6. "In Cerca de una Dona". *Tribuna Livre*. Joaçaba, 24 de novembro de 1957. p. 2. - O 'Indivíduo' em *Carta a um Colono*, recomenda a este, para aprender a música e em ocasião oportuna, *em noite de luar, cantá-la a toda voz, naquela esquina, você sabe aonde...* Ou seja, a letra possuía um destino pré-estabelecido; certamente o adversário político. E, anexo n. 7. "Parlando." Idem. 1 de maio de 1959. p. 4. - 'Danti' insinua que seus adversários, ligados à UDN, embolsavam dinheiro ilícito do "trigo papel".

²¹ As inúmeras referências sobre as festas comunitárias, publicadas no jornal *Staffetta Riograndense*, nas primeiras décadas da colonização, dão uma idéia do significado a elas atribuído. Nestas notícias, relatava-se a vibração com que a comunidade participava de toda a programação, religiosa e recreativa, até para mostrar que a vida nas novas terras era normal. "*Non è solo nel Rio Grande che si fanno belle feste religiose, ma anche qui nel Contestato di Santa Catharina...*" 13 de julho de 1927. p. 2.

paço da confraternização e socialização de todas as experiências da semana, onde cada sujeito podia compartilhar as suas, como que numa espécie de *celebração* de parte da história de cada um.

No espaço de lazer comunitário e até familiar, dos descendentes de italianos, alguns jogos tornaram-se bastante comuns e passaram a identificá-los como grupo. Entre eles os da moira, de bochas e de cartas, sendo o *quadrilho*, o *tresséte*, a *escopa* e a *briscola*, os mais conhecidos. Mas inventavam-se muitas brincadeiras e sempre que possível foram incorporados novos jogos, como o próprio futebol e o truco, que os mais idosos dizem ser o *jogo dos caboclos*. Os times de futebol, por exemplo, logo foram sendo formados nas diversas comunidades, motivando inúmeras festas.

A vida das crianças e adolescentes era essencialmente doméstica e seu lazer também vivido neste espaço. Quando não brincavam com os animais, precisavam criar seus próprios brinquedos. Estes surgiam de qualquer coisa que estivesse a seu alcance. *Brincar de fazer churrasco*, demonstra a assimilação de costumes sulistas.

FOTO Nº 8



Clube Esportivo Riograndense. (1940 - primeiro time de futebol da comunidade de Nossa Senhora da Saúde, Km 16, Joaçaba. Acervo particular de Carlos Favreto).

FOTO Nº 9



Os Idosos e o Futebol (1960). Acervo particular de Gelci Benedetti, Km 16, Joaçaba.

FOTO Nº 10



Os jovens e o lazer (década de 1.960). Cena de uma festa comunitária. Acervo de Irma Rover - Joaçaba.

FOTOS Nº. 11a e 11b.



Brincando de Fazer Churrasco (Início dos anos 1950). Acervo particular de Irma Rover. Joaçaba.

FOTO Nº 12



Folia de Carnaval I (início dos anos 1950). Registro da originalidade das brincadeiras de carnaval. Acervo da família Baldissera. Joaçaba.

FOTO Nº 13



Folia de Carnaval II (Pose para registrar o dia de carnaval na comunidade de Santa Clara, Joaçaba, 1948. Acervo particular de Mafalda De Déa.

Mas entre os jovens, além das festas, os bailes eram um atrativo especial. No entanto, quando estes não eram familiares, constituía-se tarefa difícil ter o consentimento dos pais para freqüentá-los, pois a família costumava vigiar o dia-a-dia dos filhos. Quando o tinham, era sob muitas recomendações relacionadas ao comportamento, a companhia, ao horário de retorno, etc,

Se a gente chegasse mais tarde do combinado já vinha bronca; já queriam saber o que tinha acontecido'. - 'Quando não tinha alguém para ir junto não deixavam e então fazia uma choradinha sem que o pai percebesse e tinha que ficar em casa'.²²

No entanto, muitas festas familiares eram realizadas, não apenas para bailes, mas em outras ocasiões, como aniversários, casamentos, brincadeiras de carnaval, ou simplesmente para fazer festa.

O lazer vivido pelos ítalo-brasileiros nas comunidades do interior de Joaçaba, em boa parte, é fruto do isolamento dos migrantes e do seu próprio *ethos*, ligado à vida simples da pequena comunidade e de sua tradição cultural familiar e do grupo.

3.3- A Família

A família constituiu-se no centro do *microcosmo* dos migrantes ítalo-brasileiros nas comunidades por eles formadas em Joaçaba, sendo um dos principais espaços da realização das diversas atividades, como o havia sido nas *colônias velhas* do Rio Grande do Sul.

Apesar das terras ocupadas localizarem-se relativamente próximas à estrada de ferro, estes migrantes viviam isolados em suas pequenas propriedades, principalmente pela falta de estradas que interligassem às diferentes comunidades ou mesmo à ferrovia.

Este isolamento foi um dos fatores que contribuiu à preservação e reprodução, neste pequeno mundo, do *ethos camponês*, da experiência anterior.

Observa-se que este modelo de colonização impôs inúmeras dificuldades, diante das quais se desenvolveu um espírito solidário interfamiliar, ocasião em que a pequena comunidade tornava-se uma grande família.

Especialmente nas primeiras décadas, este estreito relacionamento entre vizinhos e parentes que motivava o enfrentamento de situações difíceis, teve importância significativa. O outro *'tornava-se como se fosse da família, como se fosse parente...'* Isto revela a formação de um comportamento diferente do que se desenvolveu na Itália, onde - *"I parenti sono come le scarpe, quanto più strette più fano male"*.

²² DE MARCO, Victo e Irma. Conforme entrevista, p. 11.

Esta solidariedade, no entanto, é observada especialmente entre os elementos da mesma etnia. Entre as famílias de descendentes de italianos, já havia a preocupação ao migrar, no sentido de ficarem próximas, pois assim sentiam-se mais confortadas e seguras.

Este aspecto pode ser observado na própria formação das novas famílias, onde os casamentos em sua grande maioria foram endogâmicos. Diz um entrevistado²³ não lembrar de casamentos entre italianos e caboclos ou outras etnias, nestas comunidades. *Uma vez meu irmão começou a namorar uma cabocla e o pai chamou a atenção dele. - Não tem uma moça italiana em vez de namorar "quele negre lá"?*

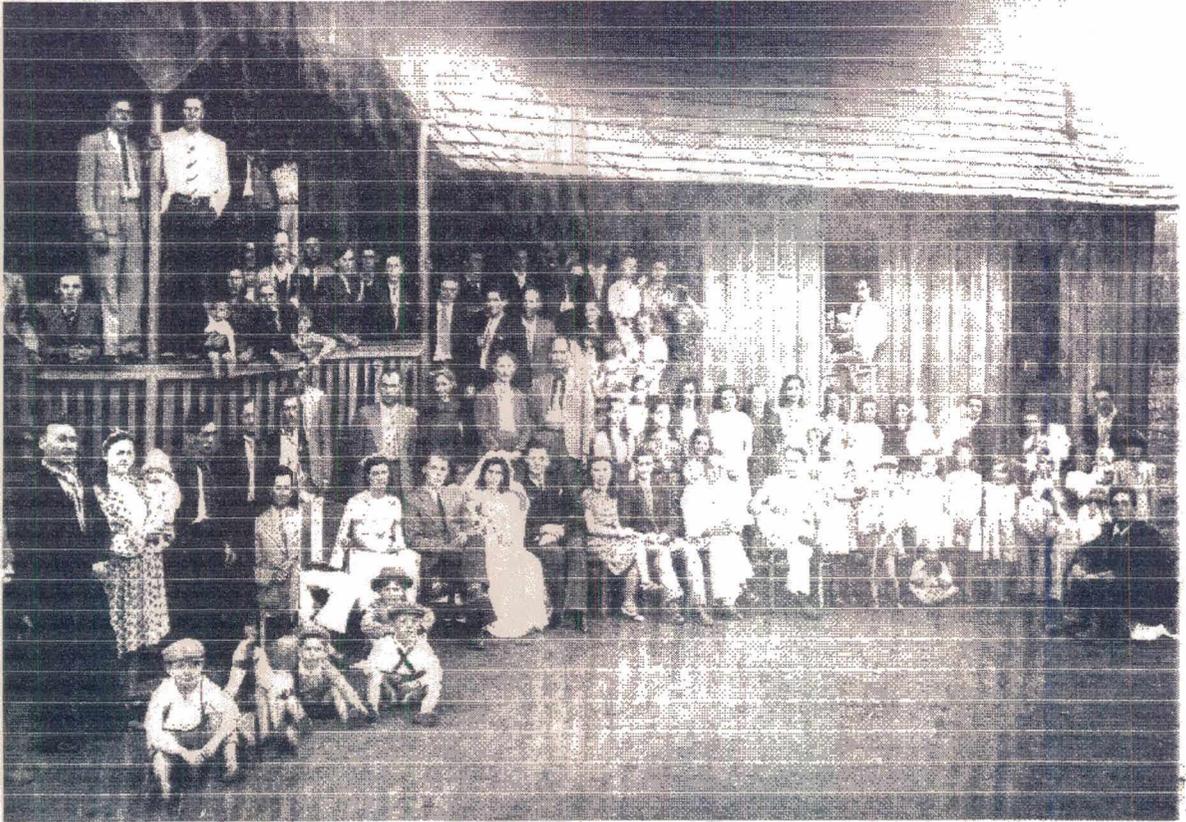
A preocupação do pai evidencia como a miscigenação constituía-se num *perigo*, pois o casamento poderia tornar a prole parecida com o caboclo e, em consequência, descaracterizaria a identidade étnica. Neste sentido diz Seyferth²⁴ que a família é uma das instituições comunitárias étnicas, é o *reduto da etnicidade*, pois cabe a ela socializar os filhos como membros do grupo.

Por outro lado, diz-se entre os descendentes de italianos que, *acerta o casamento* aquele que casa com uma *mulher trabalhadeira*. Por isso a necessidade de uma boa escolha, entre membros de *famílias de confiança*. Entendiam que isto era fundamental, pois a nova família, como se viu, tornava-se a base da organização da vida e do trabalho. A expectativa com que parentes e amigos aguardavam uma festa de casamento e o próprio clima que envolvia sua realização, demonstram como tal fato era significativo.

23 DE MARCO, Victo. Conforme entrevista, p. 8.

24 SEYFERTH, G. Op. Cit. p. 84.

FOTO Nº 14



Casamento de Nilo De Marco (Km. 16, Joaçaba, 1944). A festa de casamento era um momento muito esperado por amigos e parentes dos nubentes. Acervo particular de Tito De Marco.

O entendimento da família como uma *unidade produtora*, pensada a partir da visão de mundo do próprio colono, espelha a preocupação com a preservação das características do *ethos camponês*. É importante observar neste aspecto, que muitos migravam justamente ao constituir a nova unidade familiar. Enquanto o filho permanecia na casa paterna, não trabalhava para si, mas para a família.

Destarte, para o jovem, o momento da constituição de uma nova família era também a oportunidade da conquista de sua autonomia, do desligamento do *umbigo* dos pais. Assim visto, o casamento marcava o início de uma nova fase da vida, na qual assumia a responsabilidade da condução da família, mas também poderia viver sua intimidade sem ser censurado.

As relações sexuais pré-nupciais nas comunidades ítalo-brasileiras em Joaçaba, foram raras. Quando ocorriam e delas resultava uma gravidez, a jovem era normalmente rejeitada pela família e comunidade sentindo-se coagida a mudar para alguma cidade ou outra localidade.²⁵

Casamento também era sinônimo de filhos ou muitos filhos; mas eram vistos como uma

²⁵ Segundo Fortini, a porcentagem de nascimentos ilegítimos era de um sobre 200 legítimos, nas antigas colônias do RS. FORTINI, Archymedes. *O 75º Aniversário da Colonização Italiana no Rio Grande do Sul*. 2. ed. Porto Alegre : Sulina, 1950. p. 24.

graça de Deus e como elementos que fortaleceriam a unidade produtiva. Além do fator cultural ter influenciado para tanto, o matrimônio normalmente se dava entre pessoas bastante jovens. De outra parte, não se conheciam métodos anticoncepcionais. *Nem se ouvia falar nisso.*

FOTO Nº 15



Família numerosa. Família de Giovanni Benedetti. Década de 1930. Atente-se para a pouca diferença de idade entre os filhos. Além dos que aparecem na foto, o casal teve mais três. Acervo particular de Tito De Marco.

Esta forma de organização familiar, com fortes características patriarcais, predominou no período em estudo neste trabalho. Só passa a ter alterações a partir da popularização dos meios de comunicação, da escola e pela urbanização.

Uma das tradições mantidas pelos ítalo-brasileiros, ligada ao aspecto religioso, refere-se à mulher que, ao engravidar, passava por um período de isolamento do convívio comunitário. Este normalmente iniciava antes das pessoas perceberem a gravidez e ia até o dia do batismo da criança. Neste dia a mãe deveria aguardar no fundo da igreja e somente após a cerimônia era *reintroduzida ao convívio comunitário*.

Dizem as mulheres que, mesmo não sabendo o significado do rito, foram educadas assim e sentiam-se envergonhadas em apresentar-se daquela forma (grávidas) à comunidade.

Ao referir-se a estas *idéias-força*, que habitam o mental coletivo dos homens de uma época, diz Chartier que;

*"As idéias [...] pensadas na sua carga afetiva e emocional, tanto quanto no seu conteúdo intelectual, tornam-se assim, tal como os mitos ou os complexos de valores, uma destas forças coletivas pelas quais os homens vivem o seu tempo."*²⁶

A *mentalidade coletiva* dos descendentes de italianos acerca do sexo e da gravidez, está relacionada à idéia da indecência. O pudor que as mulheres confessam ter sentido naquelas situações, demonstra isso. O temor de mostrar-se aos outros e, quem sabe, ter que explicar-se para as crianças, levava as mulheres ao isolamento no lar. E isto não se relacionava aos cuidados pré-natais, pois a mulher normalmente trabalhava até os últimos dias da gravidez, senão até o último.

A manutenção desta tradição e do próprio ritual, aponta para uma relação com a idéia do *pecado original*. Se considerarmos que até o Concílio Vaticano II, o batismo na igreja católica tinha especialmente a função de apagar este pecado (hoje incorporou outros significados) e que na mesma cerimônia o sacerdote fazia a *oração da purificação da mulher*, pode-se entender melhor porque após isso ela poderia ser *reintroduzida ao convívio comunitário*.

Ainda no que diz respeito à gravidez, destaca-se a solidariedade das mulheres para com a nova mãe. Após o nascimento da criança, era a mãe que recebia ajuda e uma atenção especial. Nota-se, por exemplo, que os presentes normalmente, não eram oferecidos à criança, mas sim à mãe, e constituíam-se em alimentos, como: galinha, ovos, queijo, etc.

O que caracteriza a família nas comunidades italianas de Joaçaba, é o fato de manter-se estruturada em padrões tradicionais, centrada na autoridade paterna. O pai reservava-se o direito de decidir praticamente tudo. Por sua vez, a mulher intervinha junto à educação dos fi-

lhos. Também não lhe cabiam cargos diretivos na comunidade e pouco participava das atividades recreativas e vida social. Seu espaço foi mais doméstico, inclusive o de lazer. Este normalmente restringia-se a uma roda de chimarrão ou a uma conversa com as amigas.

Os filhos, por sua vez, só tinham alguma participação nas decisões familiares ao se tornarem adultos. Enquanto crianças e adolescentes também aparecem pouco na vida social.

Entre os descendentes de italianos, há uma série de provérbios que evidenciam esta *condição de inferioridade* da mulher, inclusive ridicularizando situações em que ela assume o comando ou a iniciativa das decisões.²⁷

Apesar destes papéis terem sido marcantes na cultura dos descendentes de italianos, não se pode considerar que a mulher tenha sido totalmente submissa. Mesmo de forma *silenciosa*, normalmente exerceu sua influência nas decisões familiares.

O *microcosmo* da família e comunidade, possuía seu *sistema de representações coletivas*, com fortes influências religiosas, segundo o qual os filhos eram rigidamente educados.

A forma de educar marcou e continua na mente de muitos, especialmente das mulheres. Observa-se, por exemplo, que a educação rígida e repressiva relacionada ao sexo, levou a maioria das pessoas a se sentirem inseguras para falar sobre o assunto, o qual, em decorrência disso passava a ser ignorado.

Também em relação ao namoro, dizem as mulheres que *só se podia namorar acompanhadas por alguma irmã ou pessoa de confiança da família, ao contrário não era permitido sair. Quando o namoro era em casa, acontecia sempre sob a vigilância da mãe, que ficava na cozinha ou na sala. Namorar, ir a bailes ou a festas? Somente em determinadas ocasiões.*

Ao referir-se às restrições acerca deste tipo de relacionamento na juventude, uma senhora diz:

*as moças se reuniam, iam no terço lá na igreja todo o domingo e tinha os rapazes que vinham acompanhar nós em casa. Quando vinha rapaz lá em casa fazer serão, gostavam de prosiá comigo, mas [eu] sempre séria; não iamos se ponhá como agora. Com o namorado, a gente só se sentava perto. Até quando eu casei com o Lúcio, nós nunca se pegamos na mão. Nenhum beijo até hoje.*²⁸

Este contexto de quase inexistência de orientação sobre as questões da sexualidade e do namoro fez surgir inúmeros tabus que se constituíram em barreiras, para muitos intransponíveis.

²⁷ Entre os quais pode-se citar: - *Na dona che se marida, bisogna che la gábia boca de porcelo e scena de asino!* Uma mulher que casa deve ter boca de porco (não importar-se com a comida) e costas de burro (fazer todo o tipo de trabalho). - *Ndove se ara co le vache, comândano le fêmene.* Onde se ara a terra com as vacas mandam as mulheres, ou seja, quem deve ter o comando é o homem; se for a mulher, é como lavrar com vacas, consideradas menos resistentes que o boi e, por isso, *não se faria normalmente as plantações.* Assim, considerava-se a mulher incompetente para comandar os negócios da família.

²⁸ BORSOLA, Elda. Conforme entrevista, 24 de outubro de 1992. p.8.

níveis.

Era comum as pessoas casarem sem ter recebido nenhuma orientação sexual ou, quando a recebiam, raramente era dos pais. Assim, pode-se imaginar quantas situações embaraçosas surgiram em decorrência disso. Por outro lado, a mulher não podia demonstrar publicamente sua afetividade ao namorado ou marido, para não ser confundida com uma pessoa vulgar.

Há uma série de anedotas, envolvendo a menstruação, primeiras relações sexuais, o casamento etc, que denunciam a falta de orientação aos filhos. Considerava-se pecado falar sobre isso.

Os pais escondiam tudo, não contavam nada, a gente crescia e não sabia nada, nada, nada. Quando vinha alguma mulher, que a mãe 'ganhava família' e queria contar como tinha sido, tocava nós para fora. Nós não podia escutar nada. Não ensinavam nada pra gente, era tudo escondido. [...] Aprendi quando casei. Quase morri do coração com o sermão do padre, eu não quero nem me lembrar, porque não sabia nada e aprendi com o padre quando fui me casar. Um dia antes do casamento era pra ir se confessar e daí ele pegava os dois na sacristia e orientava. Pelo amor de Deus, não era fácil... A mãe não ensinava nada, a mãe escondia...²⁹

Esta maneira de ser e pensar que pautava a orientação dos filhos, em boa parte era resultado da pregação da igreja. Devia-se *cumprir aquilo que o padre determinava e não ousar fazer o que era desaconselhado*. Uma nova máxima corrente entre os ítalo, ilustra esta situação: - *ragassi con ragasse, la madóna piange e il diavolo ride*, ou seja, os rapazes junto às moças, Nossa Senhora chora e o demônio ri.

A relação do baile com o namoro e com o pecado e não com a possibilidade de diversão, por exemplo, fazia com que isso fosse visto como algo que '*não era de Deus*'.

Neste sentido, situamos no Livro Tombo da Paróquia de Joaçaba, várias referências sobre os bailes e o carnaval, orientando os cristãos a que se abstivessem das brincadeiras - *fazer penitência, pois o pecado é a causa da desordem mundial*.

Uma circular da Paróquia também evidencia isto ao tratar dos bailes de formatura, *"reprovando formalmente e proibindo rigorosamente a celebração de santa missa, a bênção dos anéis e quaesquer cerimônias religiosas para a solenização de formaturas, quando não for excluído o baile do programa das festividades."*³⁰

Este conjunto de valores fazia parte de uma *mentalidade coletiva* tão impregnada que, apesar de as mulheres lembrarem-se destas situações como ruins e indesejadas, consciente ou inconscientemente, adotaram uma orientação semelhante a seus filhos. - *Graças a Deus, nossos pais nos educaram bem. Hoje não é mais assim, [os jovens] querem fazer tudo como na*

²⁹ DE MARCO, Irna. Conforme entrevista, 24 de maio de 1994. p. 9, 10.

³⁰ Livro Tombo da Paróquia Sta Terezinha de Joaçaba. 1952. p. 102.

*televisão; - Antes não tinha estas coisas dos filhos dizerem não aos pais.*³¹

A afirmação que aponta um *antes* e um *depois* da televisão parece-nos significativa. Os pais tornaram-se inseguros diante dos novos padrões de comportamento que chegavam a seus lares, pois normalmente vinham de encontro a seus princípios culturais. Este marco divisor simboliza aqui a culminância de um conjunto de mudanças que ocorreram no Brasil, até o final da década de 1960 e início de 1970, sobre o qual nos referimos anteriormente.

A televisão não interferiu apenas no aspecto moral da família, mas também no modo das pessoas relacionarem-se e divertirem-se. Ela passou a ocupar o tempo livre da noite, antes dos serões ou de outros encontros de amigos.

*Ah, televisão, a televisão diminuiu, tirou tudo, não tem mais. A pessoa fica apegada à televisão, não conversa mais. Até me faz lembrar uma ocasião, faltou luz e nós estávamos aqui na frente de casa conversando; um luar bonito, estrelas... e a vizinha disse que nunca mais olhou, nunca mais tinha visto a lua e as estrelas. Tomara que nunca mais tenha luz, porque daí a gente sai, conversa e volta à antigamente.*³²

Este contexto de transformações pelo qual o Brasil passou, a partir da década de 1960, interferiu diretamente na organização social e familiar das comunidades ítalo-brasileiras, rompendo o isolamento em que as mesmas se encontravam.

Os que passaram a morar nas cidades, especialmente os mais jovens, adotaram novos princípios culturais, às vezes negando muito de seu passado. A vida '*da cidade*' passou a ser vista como ideal, contrapondo-se à que viviam '*na roça*'.

Neste contexto, a visão de mundo construída pelos migrantes, fortemente marcada pelas características do *mundo rural*, da família tradicional e pela influência religiosa, vai modificar-se significativamente no decorrer da década de 1960, mesmo nas comunidades do interior, ligadas ao trabalho agrícola.

3.4- A Religião.

*A religião católica foi o seguro e derradeiro sustentáculo a que os colonos peninsulares se apegaram para salvar sua própria identidade cultural. Graças a ela conseguiu vencer todos os traumatismos da emigração, preenchendo o vazio encontrado na nova pátria adotiva e estruturando um tempo e um espaço congeniais, geradores de uma singular civilização ítalo-sul-rio-grandense.*³³

Nas comunidades ítalo-brasileiras de Joaçaba, o catolicismo constituiu-se num dos ele-

³¹ DE MARCO, Irma. Depoimento dado em 24/05/94, após a entrevista com o esposo Victo De Marco.

³² FERRETTI, Alzira G. Conforme entrevista, 7 de novembro de 1992. p. 4.

³³ MANFROI, Olívio. *Colonização Italiana do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre : Grafosul, 1975. p. 9.

mentos basilares de sua organização. Os ensinamentos e princípios religiosos eram tão respeitáveis que o microcosmo desses colonos organizava-se a partir deles. Constituíram-se na alma da própria organização social, normatizando a vida cotidiana das pessoas.

Entre os ítalo, a religião também é identificada como parte de sua cultura e da própria identidade étnica. Acerca dos imigrantes católicos, escreve Giralda Seyferth, desenvolveu-se uma estreita relação entre religião e *etnicidade*. Especificamente,

*"no caso dos italianos, a intensidade da fé é tomada como valor étnico, e o clero, pelo menos até a década de 1930, estimulou esta concepção, que persiste até hoje. Os colonos italianos, por exemplo, confundiam fé católica com nacionalismo e, a religião funcionou como catalizadora da 'italianità'".*³⁴

No Brasil, os imigrantes italianos necessitaram mudar diversos aspectos do seu modo de vida, mas, ao contrário do que ocorrera com os alemães protestantes, não sofreram restrições à sua concepção religiosa, e continuaram tendo o catolicismo como balizador de suas ações.

Os ensinamentos do catolicismo constituíram-se, também nas comunidades rurais de Joaçaba, formadas pelos migrantes, em elementos fundamentais da mentalidade coletiva.

Nos primeiros anos da colonização italiana no Rio Grande do Sul, os imigrantes construíram suas próprias igrejas, as capelas, e enfrentaram a falta de sacerdotes, suprimindo esta lacuna com elementos leigos da própria comunidade. Por isso, a partir do momento em que foi novamente necessário migrar, a garantia da assistência religiosa nas novas terras, era um aspecto a considerar.

Neste sentido, as *companhias de colonização* incluíam em suas propagandas, informações sobre a existência, nas terras à venda, de sacerdotes, igrejas, escolas religiosas, etc. De outra parte, procuravam mostrar que as companhias concorrentes não ofereciam tais vantagens. Para tanto, algumas chegavam a usar documentos da própria igreja.³⁵

Esta importância atribuída à religião, ao chegar nas novas terras, era logo sinalizada pela construção da capela, que surgia tão logo se juntasse um pequeno grupo de famílias. Tal atitude é justificada de forma idêntica pelos migrantes; - *éramos todos católicos e precisávamos de uma igreja, pois não tínhamos onde rezar.*

Era a própria comunidade que viabilizava a construção, arrecadando tudo o que fosse necessário para tal. As famílias contribuíam de inúmeras maneiras, seja em dinheiro, com o ma-

³⁴ SEYFERTH, G. Op. Cit. p. 83. O grifo é de Thales de Azevedo, citado pela autora.

³⁵ Ver Anexo n. 8. "Declaração". *Staffetta Riograndense*. Garibaldi 24 de abril de 1919. p. 2.

terial, pela doação do terreno ou com o trabalho.³⁶

A participação de cada membro da comunidade era vista como um compromisso e aquele que não o assumisse, de certa forma, era rejeitado por tal atitude. Estas capelas tornaram-se o centro do desenvolvimento religioso e social.

O envolvimento com a construção das capelas, no entanto, não se dava apenas motivado pelo espírito religioso, mas também visava a criar um espaço para o encontro social. Era ao redor da capela que se organizavam as festas e o lazer. Para as famílias que viviam a semana de trabalho isoladas na pequena propriedade, a participação semanal nas cerimônias religiosas transformou-se também num gesto social.

Deve-se considerar ainda, que o local da construção de uma capela possuía um significado material. A capela sendo um referencial comunitário, poderia tornar-se o centro de uma pequena vila e com isso, as terras mais próximas valorizar-se-iam.

Não se pode negar, porém, o forte espírito religioso entre os descendentes de italianos, nessas comunidades. Inicialmente, por exemplo, as festas dos padroeiros possuíam um significado essencialmente religioso e menos recreativo. Percebe-se que a grande maioria, sempre procurou ser muito prestativa às *coisas da igreja*. O respeito ao padre e aos dias santos, a frequência a missa e ao rosário, a colaboração e o trabalho em favor da igreja, entre outros, constituíram-se numa *mentalidade coletiva*, nestas comunidades.

Destarte, as pessoas sentiam-se mais tranquilas ao cumprirem com tais *deveres*. Consideraram que, um dia, têm de *prestar contas a Deus*. Esta tranquilidade pode ser observada também, quando as pessoas se lamentam por aqueles que no seu dia-a-dia não levam em consideração este conjunto de princípios.

Nas primeiras décadas da colonização, em vista da precariedade da assistência religiosa oficial, tornara-se difícil participar regularmente da missa. Mas havia um programa religioso cotidiano que pode-se dizer comum às famílias ítalo-brasileiras, sendo a reza do terço um dos hábitos mais salientes. A exigência quanto à reza diária do terço era rigorosa; e tal *compromisso* normalmente era cumprido à noite, quando a família, ou mesmo um grupo de famílias, mais facilmente podia reunir-se.

Este ato assumia um significado especial quando da *visita da capelinha* às famílias ou aos domingos, ocasião em que a comunidade se reunia para rezar o terço na capela. Era a comunidade que em momentos difíceis promovia rezas para, em troca, pedir a Deus a solução de problemas como doenças, intempéries, secas, etc.

³⁶ Observou-se nas notas publicadas no *Jornal Staffetta Riograndense*, sobre o vale do Rio do Peixe, que a grande maioria dizia respeito à inauguração de capelas e grutas, festas religiosas, visitas pastorais, festas beneficentes para formação de sacerdotes, e para a própria construção de salões e capelas.

Isso demonstra como a religião, entre os italianos e descendentes, foi reguladora da vida cotidiana das pessoas. Tal fato pode ser observado pelas grande quantidade de fotografias, que a maioria das famílias ainda guarda.

FOTO Nº 16



Capela Nossa Senhora da Saúde (Km 16, Joaçaba; década de 1940). Acervo particular de Carlos Favreto.

FOTO Nº 17



Mulheres e Lazer II (década de 1940). Acervo particular de Irma Rover. Observe-se que após a cerimônia religiosa, apenas as mulheres permanecem conversando e cuidando das crianças. E os homens? Divertem-se com seus jogos.

FOTO Nº 18 e Nº 19



'Anjinhos' e a 1ª Eucaristia (década de 1940). Acervo particular de Irma Rover.

FOTO Nº 20



'Anjinhos' e a Primeira Eucaristia (1950). Acervo particular de Irma Rover - Joaçaba.

FOTO Nº 21



'Filhas de Maria' (década de 1960). Acervo particular de Irma Rover - Joaçaba.

Outra forma que caracteriza a religiosidade do ítalo, que expressa uma maneira de vivência de sua fé, era a construção de *capiteis* (pequenas capelas). Geralmente localizados na propriedade, à beira de estradas, nos quais eram colocados santos, visando a obter *proteção à família*.

Ligado à religiosidade popular, um aspecto também saliente, diz respeito às superstições, relacionadas aos *benzimentos*. Esta é uma prática antiga entre os italianos e que é realizada e entendida não como *superstição*, mas como *convicção religiosa*.

Esta prática também se popularizou pela própria dificuldade ou a impossibilidade de acesso à medicina. Para os simples *contadinos*, por vezes, constituía-se no *único recurso* para tentar resolver os problemas de saúde seus e até de animais domésticos, sem ter de gastar dinheiro. Normalmente em caso de doenças passava-se primeiro pelos benzimentos e pela medicina popular natural.

Nota-se que um forte sentimento religioso acompanha tal prática, demonstrando que, para estas pessoas, trata-se realmente de um ato de fé. - Se não acreditar, se não tiver fé, *não funciona*, dizem os *benzedores*. Também está envolta pelo mistério, - *tem que ter o dom*, - tornando-se assim em algo que não deve ser vulgarizado. Somente quando o benzedor morre ou em casos especiais é que o seu sucessor pode exercer a prática; ao contrário *ele ainda não tem a força*. Um entrevistado diz ter aprendido a benzer reumatismo quando saiu do Rio Grande do Sul. *Disseram-me: - lá vai precisar... Hoje, com 70 anos de prática, vem gente até de São Paulo prá se benzer.*³⁷

Um outro senhor não esconde sua mágoa, por ter sido denunciado ao padre e por ele repreendido publicamente na igreja. *Depois que saiu o povo, fui falar com o padre, mas ele não me deu tanta coisa boa* (não aceitou minhas explicações). Mas, acrescenta, *um dia me mandaram chamar e aí foi a maior... para ver se eu arrumava o pé do cavalo. Quando me viu longe [o padre], me pediu desculpa, perdão do que ele tinha dito. E falou: quero ver se o senhor arruma o pé do cavalo, porque ele torceu e não posso ir para Joaçaba. Ah, ele me pediu desculpa, mil vezes, e então eu fui lá, examinei o cavalo, e fiz a minha simpatia e daí a meia hora o cavalo tava bom. Me agradeceu alguma vez...*³⁸

Estas manifestações da religiosidade popular, tão presentes entre os descendentes de italianos, conflitaram com a pregação oficial da igreja, mas, mesmo assim, persistiram e ainda hoje fazem parte do cotidiano de muitas famílias, especialmente as do meio rural. Tais práticas são parte da própria formação pessoal e próprias deste *mundo rural*.

Para os ítalo, o conjunto de princípios religiosos foi balisador da vida cotidiana, tornando-se a base da mentalidade coletiva do grupo. A preparação para a vida iniciada desde cedo na família, dava-se a partir destes princípios.

3.5- Escola e Educação.

A parte dos imigrantes italianos que se direcionou ao sul do Brasil, apesar de ser composta em sua maioria de simples agricultores, pobres e até miseráveis, era alfabetizada.³⁹

O grande problema das colônias sulinas, no entanto, foi a falta de escolas, fato que provocou, entre esta população, o aumento do analfabetismo.

³⁷ ORSO, Lorenço. Conforme entrevista, p. 10.

³⁸ RACHELLE, Germano. Conforme entrevista, 11/06/1994. p. 5.

³⁹ Num estudo realizado por Rovílio Costa entre os primeiros imigrantes do núcleo colonial de Nova Palmira no RS, vemos que 50% dos homens e mulheres que formavam os casais eram alfabetizados, mas 79% do total das mulheres eram analfabetas. "O Italiano Vêneto-Lombardo do Rio Grande do Sul". *Correio Riograndense*. Caxias do Sul, 9 de fevereiro de 1994. p. 9.

Em Joaçaba, constata-se que tal problema não foi diferente das demais regiões de colonização ou do próprio país. Nos primeiros tempos da colonização a rarefação demográfica foi uma das razões que dificultaram o acesso à escola. Além disso, faltou um programa oficial para alfabetizar esta população.

O jornal *Voz d'Oeste*, na época da *campanha de nacionalização*, evidencia o problema lamentando a falta de escolas. Afirma que depois do *indesculpável cochilo*, sem cuidar do contingente imigratório, o Brasil despertara com o propósito de solucioná-lo.

Todavia é preciso não esquecermos que se o tivemos pela frente foi pelo exclusivo descuido de nossa parte, quando não soubemos ou não pudemos encaminhar racionalmente as levadas imigratórias facilitando-lhes a assimilação, ou quando, nos mantendo no erro, não providenciamos as escolas que certos núcleos estrangeiros não podiam dispensar [...] Tivéssemos provido as escolas que careciam e hoje não teríamos a tristeza de ver patrícios nosso ignorando até a língua nacional. [...] somente a escola fará os imigrantes e seus descendentes, brasileiros pelo sentimento e pela razão.⁴⁰

Observa-se que o Estado passou a preocupar-se com a educação da população migrante a partir do momento em que buscava forjar uma identidade nacional. Neste contexto, a escola passou a ser colocada como uma obrigação oficial e não um direito da população.

A escola por si só, não teria sido suficiente, como foi sugerido, para que a assimilação dos diferentes grupos étnicos efetivamente se concretizasse. Esta exigia um programa mais sistemático para integrar tais grupos e não apenas esperar este resultado do contato *incidental* dos imigrantes e descendentes.

Emílio Willems⁴¹ define a *assimilação* como um *processo de transmissão social e cultural* originado por uma série de contatos incidentais ou intencionais, e ela não deixa de ser, ao mesmo tempo *um fenômeno eminentemente educacional*.

Todas as relações dos migrantes, seja com os outros grupos ou com o próprio meio físico, devem ser consideradas, neste sentido, como relações pedagógicas e que, a seu modo, contribuíram para o seu *abrasileiramento*.

As afirmações anteriores, de Hernani Pereira, evidenciam que os projetos de colonização permaneceram abandonados à sua própria sorte. O autor acrescenta, ao falar da alfabetização dos migrantes que, *nisto temos que os louvar*, pois, usavam os próprios recursos para que seus descendentes não crescessem *analfabetos e incultos*.

Assim, diante da falta de um projeto oficial, visando à educação e a assimilação dos imigrantes e seus descendentes, estes não encontraram razões convincentes para, espontanea-

⁴⁰ PEREIRA, Hernani. "Nacionalização e Bom senso". *Voz d'Oeste*. Joaçaba, 19 de agosto de 1939. n. 56, Ano I p. 4.

⁴¹ WILLEMS, Emílio. *Assimilação...* Op. Cit. p. 277.

mente, assumir a *brasilidade*.

Os depoimentos dos migrantes dão conta da difícil situação que enfrentaram, relacionada ao ensino. Em diversas ocasiões, para *aprender o principal*, os pais reuniam um grupo de crianças e adolescentes e pagavam um professor para dar aula noturna; - *frequentei quatro ou cinco meses, foi lá onde aprendi. - Tinha uma professora que vinha na nossa casa dar aula e ensinava para toda a vizinhança, mas quando a gente aprendia um pouco, sabia mais do que ela.*⁴²

Acerca destes professores particulares contratados e da própria situação das colônias, relacionada ao analfabetismo, o Jornal Staffetta Riograndense denuncia que:

*E di questo triste fenomeno la colpa - non ci illudiamo! - ricade in gran parte sulla popolazione stessa, perchè se questa fosse più convinta del gran bene, che é l'istruzione, non tratterebbe così avaramente quei poveretti che, non sapendo più dove dare la testa, si rassegnano a fare i maestri privati. Migliorate le condizioni pecuniarie i maestri si moltiplicherebbero issófatto e l'ignoranza diminuirrebbe rapidamente.*⁴³

A simples *escolinha*, quando existia, funcionava com condições limitadas e, normalmente, encontrava-se sob a tutela do padre. A precariedade do sistema de ensino e do próprio atendimento religioso fez com que a família, nas comunidades italianas, se constituísse na principal referência dos ensinamentos considerados necessários para a vida.

Diante disso, cobrava-se desde cedo, um comportamento exemplar dos filhos. E, como não podia ser diferente, isto era feito a partir dos tradicionais valores do seu *microcosmo*.

Da parte dos migrantes, não raro atribuía-se um valor secundário à escola, visto que ela não se apresentava como uma possibilidade imediata para melhorar sua vida material. Entendiam que caberia à escola ensinar a *ler, escrever e contar*; o principal e suficiente, para quem trabalhava na '*colônia*'.

Assim, o aprendizado mais importante para a vida poderia ser gerado no seio da própria família, e trabalhar era considerado mais importante ou mais necessário, do que estudar. Isto não significa dizer que os filhos dos migrantes não desejassem estudar.

Além do aspecto cultural do *migrante agricultor*, este conjunto de circunstâncias limitava a possibilidade de acesso à escola. Desta forma, os que queriam estudar precisavam sair de casa e, normalmente, seu destino era um colégio religioso. Isto, para os que '*tinham vontade*'

⁴² Conforme entrevistas de Victo De Marco, p. 13; Iolanda Bonato, p. 1.

⁴³ "Analfabetismo". *Staffetta Riograndense*. Garibaldi, 15 de julho de 1920. p. 2. - Em relação a este triste fenômeno, a culpa - não nos iludamos - recai em grande parte sobre a própria população, porque se esta fosse mais convencida do bem que é a instrução, não se relacionaria tão avaramente com aqueles '*pobrezinhos*' que, não sabendo mais onde se apegar, acabam ingressando no magistério privado. Melhorai as condições pecuniárias e os professores se multiplicarão *ipso facto* e a ignorância diminuirá rapidamente.

de e cabeça'.

O fato de alguns filhos estudarem e tornarem-se religiosos, facilitava a própria preservação do *ethos camponês*, reduzindo a necessidade da subdivisão dos lotes, facilitando a sobrevivência dos que permaneciam ligados ao trabalho da lavoura.

Na medida em que a família desempenhou um papel fundamental na educação e formação dos filhos, favoreceu a reprodução dos valores sentimentais e culturais dos italianos. Escreve, neste sentido, C. Geertz, que a

*"cultura, denota um padrão, transmitido historicamente, de significados corporizados em símbolos, um sistema de concepções herdadas, expressas em formas simbólicas, por meio das quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem o seu conhecimento e as atitudes perante a vida."*⁴⁴

Pode-se assim compreender melhor as denúncias feitas pelos jornais de Joaçaba, no final da década de 1930 e início da seguinte, ligadas à falta de interesse dos migrantes acerca das *datas nacionais, da falta de unidade espiritual em relação à nação, do descaso pelo idioma e costumes nacionais*, e a preocupação em educar esta *pobre gente*. Este aspecto merecerá maior atenção a seguir.

3.6- Língua e Nacionalização

Os imigrantes italianos vindos ao sul do Brasil, no final do século passado, falavam línguas regionais e não viveram em sua pátria a universalização do italiano como língua nacional, fato que ocorreu a partir de 1884.

Os modestos *contadinos* que emigraram, trouxeram na bagagem seus diversos dialetos, que nas colônias sulinas formaram uma coine, com base no Vêneto e Lombardo, constituindo-se na *língua italiana do sul do Brasil*.⁴⁵ Esta coine constituiu-se na língua que identificou os migrantes ítalo-brasileiros, colonizadores de Joaçaba.

O modelo de colonização, tanto das *colônias velhas* quanto das *novas terras*, mantinham-nos isolados em suas famílias e comunidades. Isto fez com que esta língua se caracterizasse por uma certa pobreza de vocabulário, própria destes *contadinos*. No entanto, era parte integrante de sua estrutura mental e, por isso, usada para expressar seus sentimentos e situações do mundo concreto.

Mantida pela tradição oral, pois a produção literária foi bastante escassa, até hoje mui-

⁴⁴ GEERTZ, C. In: CHARTIER, R. Op. Cit. p. 67.

⁴⁵ Sobre este assunto, ver os trabalhos de Rovílio Costa, "O Italiano Vêneto-Lombardo do Rio Grande do Sul". *Correio Riograndense*. Caxias do Sul, 9 de fevereiro de 1994. p. 9-12; e "Vêneto Brasileiro: trajetória de uma língua". *Correio Riograndense*. 12 de outubro de 1994. p. 12-13.

tos a têm como *lingua italiana*, não a distinguindo da língua oficial da Itália.

Nas primeiras décadas, esta *lingua materna* permaneceu como principal ou única entre os descendentes de italianos. No entanto, a partir da campanha de nacionalização, este quadro vai transformar-se gradativamente e seu uso restringiu-se ao ambiente familiar e entre os mais idosos.

Iniciada a partir de 1937 com a implantação do *Estado Novo*, e aprofundada durante a Segunda Guerra Mundial, a campanha foi um dos aspectos que mais marcaram a experiência dos ítalo na região. A forma autoritária como aconteceu, contribuiu para que os migrantes, tendo a perseguição, se isolassem ainda mais em seu *microcosmo familiar* e da *pequena comunidade*.

Os migrantes que pelo discurso oficial, a princípio, foram identificados como a *chegada da civilização*, passaram a sofrer diversas restrições no seu modo de ser.

A imprensa escrita de Joaçaba e os próprios depoimentos dos migrantes, demonstram que a campanha do *Estado Novo* foi rigorosa na região, marcando muito as pessoas, especialmente pela proibição dos idiomas alienígenas.

Continua muito viva na lembrança destas pessoas, a perseguição das autoridades nesse período. Lembram com detalhes episódios de prisões ocorridas pelo fato de *rezarem em italiano*, nas igrejas, ou simplesmente por conversar em casa ou na comunidade. O fato de um delegado ter *arrancado os bigodes* de um senhor é lembrado com certa indignação, pois dizem, *as pessoas não falavam para prejudicar*. Ou seja, não defendiam um ou outro projeto político, mas falavam pelo fato de que, aquela língua, era parte de sua estrutura mental e cultural.

*"O entrelaçamento de personalidade e cultura é tão estreito que parece tratar-se de dois aspectos do mesmo fenômeno. São realidades complementares; nenhuma poderia existir sem a outra. A personalidade se forma à proporção que integra as experiências culturais do seu meio."*⁴⁶

A dificuldade destas pessoas, especialmente as mais idosas, e portanto com menor capacidade de assimilação, compreende-se na medida em que se exigia delas um comportamento que não fazia parte de sua personalidade.

A grande ênfase dada pelos jornais de Joaçaba, nesta época, a *nacionalização*, revela a situação que envolveu os ítalo. Em diversas matérias publicadas questiona-se como tais pessoas poderiam auto-nominar-se *italianos* e não brasileiros? Por que não ser brasileiro e viver as coisas desta terra?

Ca nestas paragens as datas nacionais, infelizmente ainda não são compreendidas nem tampouco condignamente comemoradas. É lamentável o descaso dos nossos co-

⁴⁶ WILLEMS, E. Aculturação... Op. Cit. p. 20.

*lonos para com as festas escolares [...] não há meios de convencê-los de que deveriam cultivar um pouco mais o amor pela pátria onde vivem e adquirem valiosos bens de fortuna num solo tão abençoado como o nosso e sob o regime tão adequado com o nosso modo de vida, livre e despreocupadamente.*⁴⁷

Cabe aqui levantar algumas indagações: naquela época o que significava ser brasileiro? Ou que tipo de *identidade nacional* foi proposto aos imigrantes e descendentes? Quais as condições efetivas oferecidas pelo Estado para educar esta população? O certo é que não se poderia esperar, como queriam os nacionalistas do Estado Novo, que os migrantes tivessem assumido a brasilidade pelo simples fato de morarem ou terem nascido no Brasil.

A própria intelectualidade brasileira não tinha clareza do paradigma de *brasileiro*; o apresentado legitimava a ótica da elite dominante, na medida em que o povo era identificado como 'indolente', 'apático', 'incapaz', 'preguiçoso', amorfo e dissolvido, sem outro liame entre si, a não ser a comunhão da língua dos maus costumes e do servilismo.⁴⁸

A preocupação com a idéia de Brasil como nação, tornou-se mais forte a partir da *Semana da Arte Moderna* e da combinação de diversos fatores na passagem para a década de 1930. O Brasil entrou numa fase decisiva de sua industrialização, assumindo características urbanas e, paulatinamente, distanciando-se de sua tradição agrária. Isto fatalmente iria interferir no modo de ser e pensar das pessoas.

A idéia de '*Brasil nação*' toma corpo no período arbitrário do Estado Novo, que especialmente pela educação e proibição das línguas estrangeiras, objetivava a assimilação dos diversos grupos étnicos e a formação de uma *identidade brasileira*.

Não foi por acaso que surgiu, neste contexto, o Ministério da Educação, a quem, segundo Oliven,

*"caberia um papel fundamental na constituição da nacionalidade, o que deveria ser feito através da impressão de um conteúdo nacional à educação veiculada pelas escolas, da padronização do sistema educacional e da erradicação das minorias étnicas".*⁴⁹

A partir de então pregou-se um *culto à nação*, com o estabelecimento de símbolos que a caracterizasse e identificasse. A própria Constituição de 1937 previa, no seu artigo 2º, que "*a bandeira, o hino, o escudo e as armas nacionais são de uso obrigatório em todo o país. Não*

⁴⁷ "Dados Nacionais". *Voz d'Oeste*. 7 de junho de 1939. Ano I, nº 42, p. 4.

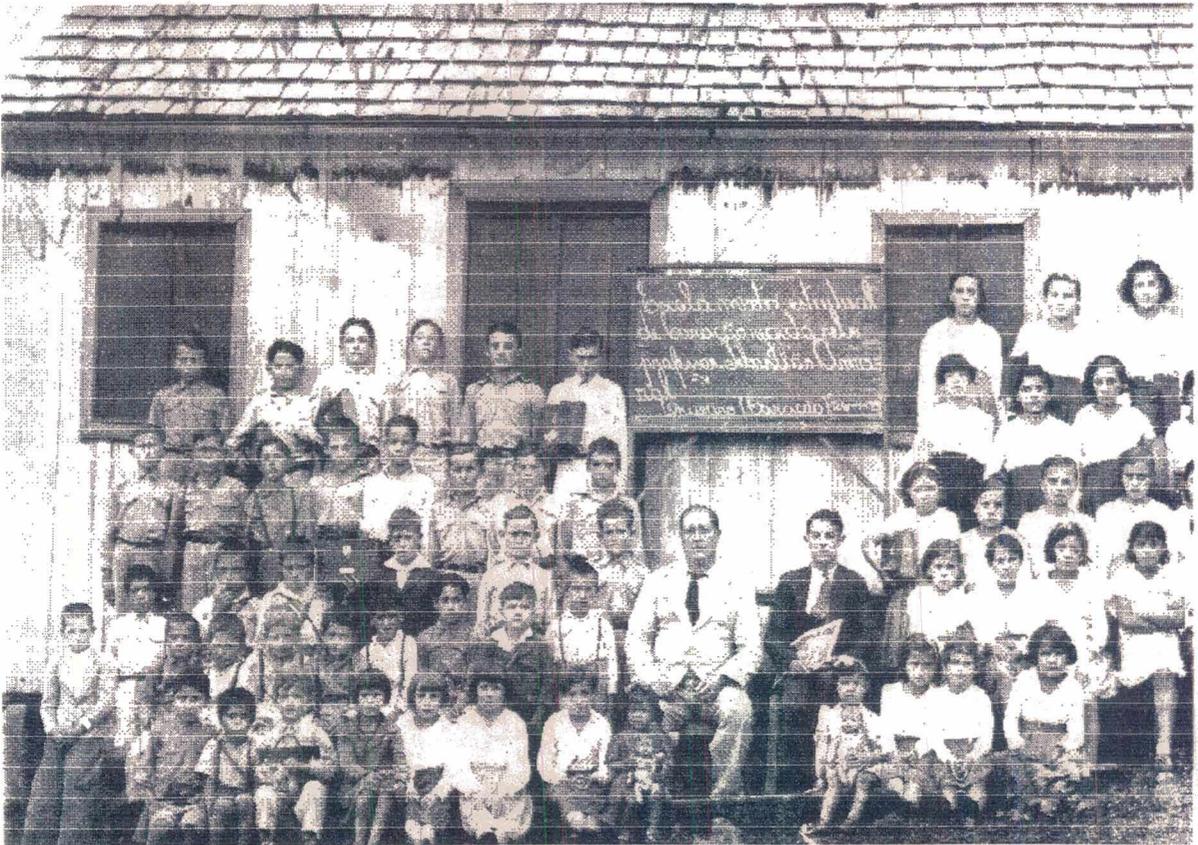
⁴⁸ BARRETO, Tobias. Apud. IANNI, Octavio. *O ciclo da Revolução Burguesa*. Petrópolis, Vozes, 1984. p. 12. - Lembramos aqui que o italiano assimilou um discurso semelhante, onde, para ele, brasileiro era o negro, o caboclo ou homem de cor e não dado ao trabalho.

⁴⁹ OLIVEN, Ruben George. *A parte e o Todo: a diversidade cultural no Brasil-nação*. Petrópolis : Vozes, 1992. p. 40.

*haverá outras bandeiras, hinos, escudos e armas.*⁵⁰

Neste sentido, ao referir-se à formação do Estado Nacional suíço, no século XIX, Hobsbawm diz que, no caso, "*as práticas tradicionais existentes, foram modificadas, ritualizadas e institucionalizadas para servir a novos propósitos nacionais.*"⁵¹

FOTO Nº 22

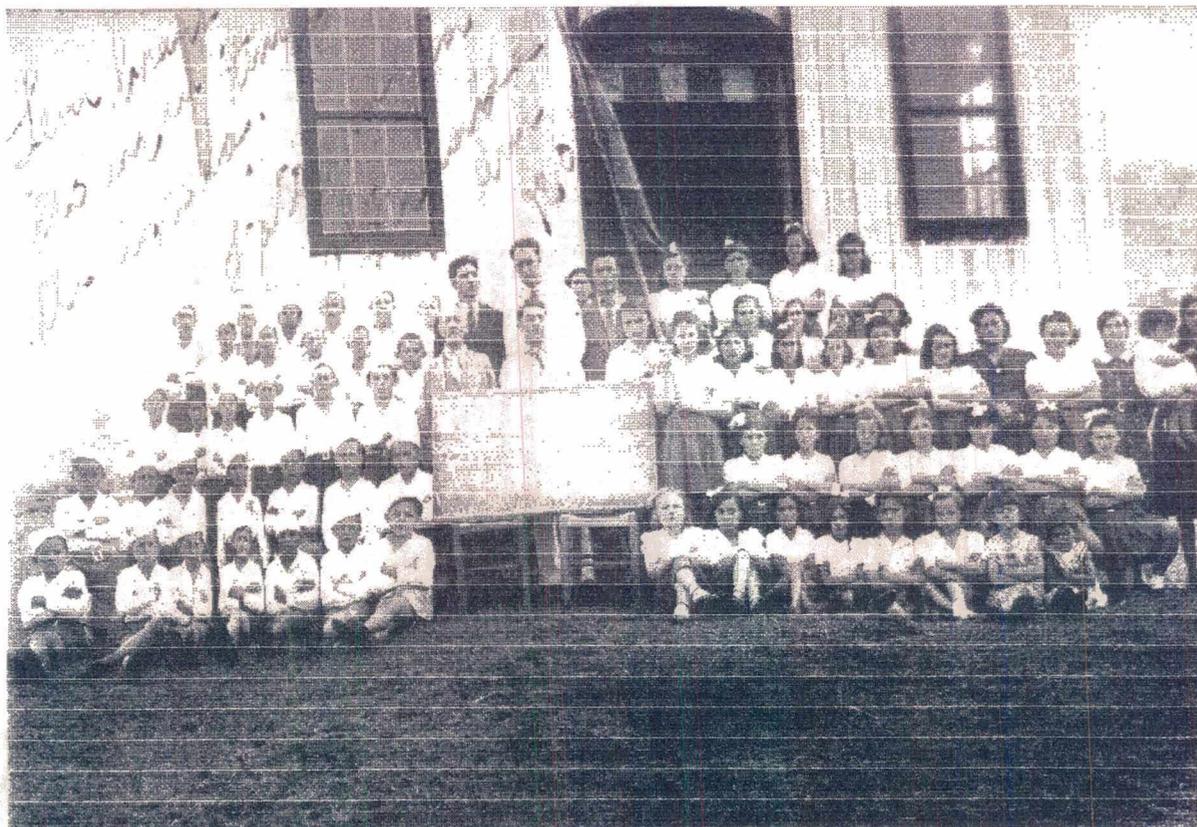


Escola e Nacionalização I (Coração, Catanduvas. 1939). Acervo particular de Mafalda De Déa - Joaçaba.

⁵⁰ Apud OLIVEN, G. Id. Ibid. - acrescenta o autor ser significativo o fato da constituição ter suprimido as bandeiras estaduais e que, em cerimônia pública, tenham sido *queimadas*, menos de um mês após a implantação do Estado Novo.

⁵¹ HOBBSAWM, Eric; TERENCE, Ranger. *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1984. p. 14. - Diz ainda acerca destas tradições inventadas que são altamente aplicáveis no caso de uma inovação histórica comparativamente recente, a "nação", e seus fenômenos associados: o nacionalismo, o Estado nacional, os símbolos nacionais, as interpretações históricas... p. 22.

FOTO Nº 23



Escola e Nacionalização II (Coração, Catanduvas. 1941). Ao comparar as fotos números 22 e 23, pode-se perceber a influência da campanha nacionalista, onde em 1941, no decurso do *I Congresso de Brasilidade*, os alunos aparecem melhor uniformizados, acompanhados da bandeira nacional, além de terem trocado a frente da velha escola pela da igreja. Acervo de Mafalda De Déa - Joaçaba.

O projeto do Estado Novo, se complementa pela expansão capitalista no país no período pós-guerra, pela difusão do rádio e da televisão, pela criação dos partidos políticos *nacionais*, entre outros.

No município de Joaçaba, a insistente pregação nacionalista defendia a idéia de que uma das formas de enfrentar o problema da nacionalização era a ampliação do número de escolas. Entendia-se que somente com um ensino direcionado seria possível, *ensinar as crianças o amar a terra em que nasceram, e integrar ao seio da nacionalidade as de origem estrangeira, que são brasileiras apenas pelo espaço geográfico em que nasceram... Mas pela língua, sentimentos e hábitos são estrangeiras. [...] Além disso há grande descaso dos nossos colonos para com as festas escolares e as datas nacionais.*⁵²

De outra parte, para ensinar a *língua nacional e o amor à pátria*, estimulou-se a propagação de eventos cívicos na comemoração de datas nacionais e pelos *Congressos de Brasilidade*, os quais envolviam as mais diversas autoridades, estudantes, agricultores e a comunidade.

⁵² *Voz d'Oeste*. 7 de junho de 1939. Ano I, n. 42, p. 1.

de como um todo.⁵³

*É de necessidade que o povo de Cruzeiro sempre a altura de realizações como as que se prendem ao Primeiro Congresso de Brasilidade, tome o máximo interesse pelo respectivo esplendor e que todos tirem o maior proveito de uma fé viva nos destinos de nossa querida Pátria, que espera de cada um o cumprimento estrito de seus deveres de bons e leais brasileiros.*⁵⁴

Para que cada um cumprisse os deveres de *bons e leais brasileiros*, a imprensa não cansava de discutir e cobrar das autoridades a adoção de diferentes medidas, objetivando fazer com que todos falassem e escrevessem a língua nacional. Entre as exigências estava a *nacionalização do clero*, pois dizia-se que por meio dele, além de entrarem no Brasil diferentes ideologias, havia o estímulo à manutenção da fala dos migrantes.

*Os frades, apesar de conhecer perfeitamente a língua nacional, timbram em falar italiano em todos os lugares onde aparecem, julgando-se acobertados pela batina que envergam. Ainda a poucos dias atrás, em um hotel desta vila, na presença de várias testemunhas, um destes frades estrangeiros, por sinal que é o maioral da turma, sendo observado por uma senhora de nossa sociedade, respondeu acintosamente, desconhecer a lei que proíbe falar a língua do eixo. [...] Esses representantes da religião católica devem ser chamados à ordem por quem de direito, porquanto eles devem dar o exemplo ao povo que nesta zona é de 95% de origem italiana e não tem qualquer sentimento anti-brasileiro.*⁵⁵

Isto nos reporta ao que foi dito anteriormente, no sentido de que o clero católico estimulava a preservação de valores étnicos e os relacionavam com a própria fé.

Observa-se pela afirmação que os ítalo não possuíam *qualquer sentimento anti-brasileiro*, mas de outra parte também não assumiam os valores nacionais. Em decorrência disso, para os interesses do país, o melhor caminho era nacionalizar o clero e por extensão se daria a nacionalização dos próprios fiéis.

O jornal *Voz D'Oeste* de Joaçaba, destaca que na região havia um grande *descaso pelo idioma e costumes nacionais*, tornando-se assim, imprescindível nacionalizar estes pobres irmãos, pois:

*o que não se compreende é a conduta de muitos que timbram em conservar, no afeto e juízo de seus filhos, não o ideal de sua verdadeira pátria, mas os pendores da pátria longínqua de seus ancestrais. Isto constitui um mal para a existência de nossa pátria. É um atentado a unidade e soberania brasileiras. Necessita-se portanto, acabar com estes quistos sociais, que tanto comprometem a unidade do nosso país.*⁵⁶

⁵³ Em Joaçaba, o prefeito municipal, atendendo o apelo do interventor Nereu Ramos, promoveu a realização do Primeiro Congresso, de 10 à 19 de novembro de 1941, com intensa programação pelo município, no intuito de atingir toda a população. Nos anos seguintes, situamos nos jornais, a realização de mais dois congressos, os quais também mereceram ampla divulgação da imprensa escrita.

⁵⁴ *A Tribuna*. Joaçaba, 5 de novembro de 1.941. Ano II, Nº 72, P. 6.

⁵⁵ *A Tribuna*. Joaçaba, 22 de março de 1.942. Ano II, Nº 111, P. 6.

⁵⁶ COITINHO Gaspar. "Nós e os estrangeiros". *Voz d'Oeste*. Joaçaba, 25 de fev. de 1.939. Ano I, nº 14, P. 6.

Com grande ênfase, a imprensa lamentava o atraso em que se encontrava a região, em termos de nacionalização. Os núcleos de populações estrangeiras *tanto alienígenas como brasileiros de nascimento, continuam psíquica e etnicamente alemães, italianos, poloneses... porém menos brasileiros.*

Por isso, além da escola havia a necessidade de se tomar medidas paralelas, *racionais e inteligentes.* Propunha-se assim, reforçar a *nacionalização doméstica-rural*, pois os colonos, *consideram-se superiores aos brasileiros, caboclos e não caboclos, identificam-se como "italianos", "alemães". Ao encontrarem um brasileiro este é afavelmente recebido, entabola-se a mais franca e cordial palestra em língua portuguesa, porém, logo que chega um nacional de origem, ou patricio como eles dizem, pronto, o brasileiro fica de lado e com ele o nosso idioma pátrio; nessas palestras, geralmente comentam-se fatos dos países de seus antepassados; em suas festas, homens, mulheres e crianças embora conhecedores da língua portuguesa, só falam a de seus avós transoceânicos.*⁵⁷

Acerca da dificuldade de fazer com que as pessoas falassem a língua nacional, lê-se em outra ocasião que

*não é preciso ir longe para se ter a prova dessa dura realidade. Basta viajar alguns quilômetros mesmo nos arredores desta pequena cidade, para chegar a dolorosa e irritante conclusão de que está num ambiente onde quer, no templo, no comércio nas vias públicas e sobretudo nos lares, só se emprega, entre marido e mulher filho e serviçais a prática de línguas estrangeiras. E até rudes caboclos, nativos da terra brasileira, tipo que não se confunde entre outros tipos, deixando-se dominar pela onda absorvente e cedendo à influência do meio, desprezam seu idioma próprio pelo ridículo dos estrangeirismos exóticos.*⁵⁸

Destarte, pode-se perceber o rigor com que se desenvolveu a campanha nacionalista em Joaçaba. Esta teve grande repercussão entre os descendentes de italianos, fato que pode ser observado especialmente no que se refere às restrições da fala do italiano e na formação, entre eles, de um complexo de inferioridade.

Escreve Willems, neste sentido que:

*Se a sociedade adotiva procura inculcar-lhe através da escola, rádio, imprensa e outros meios, a noção de ser um 'crime' a transmissão aos filhos, de línguas estrangeiras, a possibilidade de conflitos psíquicos é inegável. Esta situação chamamos de marginalidade cultural. [...] A personalidade reage de modo específico, quando percebe que suas atitudes vem a ser objetos de sanções reprovativas da parte de certas pessoas com que está em contato. É preciso dizer que estas pessoas representam de modo eficiente, o grupo reconhecidamente 'superior'. O indivíduo censurado perde cada vez mais a costumeira segurança.*⁵⁹

⁵⁷ DEUS, L. Alves de. Vós d'Oeste. Joaçaba, 27 de maio de 1.939. Ano I, nº 39, P. 1.

⁵⁸ "Nacionalizemos o Brasil". *Voz d'Oeste*. Joaçaba, 27 de junho de 1.942. Ano IV, nº 193, P. 1.

⁵⁹ WILLEMS, E. Aculturação... Op. Cit. p. 120, 121.

Esta marginalidade cultural pode ser observada nos anos seqüentes à campanha nacionalista, quando, ao se depararem com alguém estranho ao seu meio, os descendentes de italianos optavam por calar-se ou de alguma forma procuravam falar o português. Isto não mais pelo medo, mas pelo sentimento em relação ao uso da língua materna. Tal situação contribuiu para que esta fosse restringindo-se cada vez mais ao ambiente familiar ou privado, ao passo que o português foi-se tornando a língua do meio social.

Ainda hoje observa-se que, mesmo entre os mais idosos, há um certo resguardo em falar a língua dos ascendentes, com pessoas que não são do seu convívio cotidiano. Isto evidencia como "*a marginalidade e os ressentimentos contribuem para assimilar os indivíduos.*"⁶⁰

Esta situação é confirmada pelo levantamento realizado por Poletto⁶¹ nas comunidades do interior do município de Joaçaba, no final da década de 1970, que aponta em torno de 80% das pessoas de primeira e segunda geração de migrantes ainda falavam e entendiam o *italiano*. Já entre os de terceira geração, este percentual caía para 50%, aproximadamente.

Isto também é resultante do fato de que um número maior de filhos destes migrantes passaram a freqüentar a escola. Assim, paulatinamente, foram levados a deixar a língua materna num plano secundário. A própria escola trabalhava com as idéias da *marginalidade* e do *ressentimento*, ao difundir que *é feio falar o italiano*, ou que não se deve falar assim, pois *atrapalha o aprendizado do português*. Este discurso também foi incorporado pelos próprios pais que, *convencidos*, não desejavam ver seus filhos em *desvantagem* no mercado de trabalho e na sociedade.

Em termos educacionais, no entanto, teria sido mais significativo se a escola tivesse favorecido e possibilitado a formação de uma população bilíngüe. No entanto, a partir da campanha nacionalista, a língua materna dos migrantes, passou a ser vista como idioma ridículo ou *estrangeirismo exótico*.

Neste contexto, a proibição de falar o idioma e a pregação contra o seu uso, teve um significado ideológico profundo para os descendentes de italianos, especialmente aos colonos. A interferência arbitrária na cultura, significou uma interferência na própria personalidade das pessoas.

O próprio sentimento de inferioridade do colono, facilmente observado em relação ao habitante *da cidade*, que fala o português e, em conseqüência, *sabe, é culto*, ao passo que ele, *da roça*, fala o *italiano*, que como se disse, *é feio e atrapalha*.

⁶⁰ WILLEMS, E. Assimilação... Op. Cit. p. 227.

⁶¹ POLETO, Isaura G. *Italianos em Joaçaba*: um estudo sócio lingüístico. Florianópolis : UFSC, Dissertação de mestrado, 1977. p. 78. - o trabalho da autora não teve um cunho histórico, mas apenas lingüístico.

Os que passaram a viver nas cidades e especialmente os que estudaram, assimilaram-se mais rapidamente. Estes eram considerados *vencedores*, por terem saído da *vida rude para a refinada*.

Esta situação conduziu a uma *autodiscriminação étnica*, da parte de vários destes. Identificar-se com o *italiano* tornara-se motivo de chacota e as pessoas passaram a envergonhar-se de sua própria identidade, não apenas pela forma como falavam, mas da maneira de ser e do modo de viver construído ao longo dos anos.

3.7- Uma Caracterização da Identidade Ítalo-brasileira.

O contexto que envolveu a trajetória das comunidades de descendência italiana de Joaçaba fez surgir o que Willems⁶², ao estudar os alemães no Brasil, chamou de *cultura híbrida*. Esta, pelo fato de tomar elementos de diversas culturas, em regiões diferentes e com áreas etnicamente mistas, não tem uniformidade e portanto coloca-se como uma *cultura marginal*.

Assim, quando nas comunidades interioranas de Joaçaba as pessoas se auto nominam *italianas* ("taliani"), referem-se a uma identidade construída ao longo dos anos, resultante da cultura trazida pelos imigrantes, da experiência que realizaram no Rio Grande do Sul, da nova necessidade de migrar e de sua própria vida no novo meio.

Nas *novas terras*, os migrantes realizaram outra etapa da experiência, a qual também foi educativa. Nelas ocorreu, segundo o pensamento de Willems⁶³, uma *educação incidental*, pela qual o meio ambiente transforma tudo quanto afeta os interesses e necessidades vitais dos indivíduos, provocando uma espécie de simbiose com o novo ambiente.

O que caracterizou a experiência desenvolvida em Joaçaba até 1970, pelos ítalo-brasileiros, foi a estreita relação com o tradicional trabalho agrícola. Foi, neste sentido, a continuidade da *civilização agrária*, ou a reprodução do que Giralda Seyferth chamou de *ethos camponês*.

Assim, dentro das limitações deste sistema econômico, o sonho que os ítalo possuíam, de *fazer fortuna*, foi-se diluindo cada vez mais em *conquista da própria sobrevivência*.

Tais limitações são apontadas pelos migrantes, que se referindo aos primeiros anos da colonização, dizem invariavelmente: - *era tudo mato, um matão só*. E o primeiro grande desafio era *vencer este mato*; sua derrubada tornou-se uma necessidade, ligada à própria segurança

⁶² WILLEMS, E. Aculturação... Op. Cit. p. 182.

⁶³ WILLEMS, E. Assimilação... Op. Cit. p. 283.

e acima de tudo à possibilidade de cultivar a terra.⁶⁴

Certos aspectos como a fertilidade do solo, o tradicional estilo de trabalhar a terra, a utilização do trabalho familiar, a indisposição em aceitar inovações tecnológicas, entre outros, estão intimamente ligados à mentalidade coletiva destas pessoas e deram sustentação ao *ethos camponês*. Por limitado que fosse seu modelo econômico, parecia-lhes mais seguro que se mantivessem ligados à sua prática tradicional.⁶⁵

Apesar deste modelo sustentar-se em torno do trabalho familiar, praticamente todos os migrantes ítalo, em um ou outro momento da safra, seja no preparo da terra, plantio ou colheita, utilizavam a mão de obra do caboclo (peão), o qual trabalhava como diarista ou por empreitadas.

Neste sentido, o trabalho colocou em contato caboclos e migrantes. Tal contato estendeu-se para a vida social, fazendo com que, reciprocamente, os grupos cedessem em certos aspectos do seu modo de viver. Diz Willems⁶⁶ acerca disso que, *quem se assimila, perde e adquire cultura*. O ítalo, por exemplo, diante do caboclo, procurava falar o português, além de comportar-se de forma a respeitá-lo.

No entanto, isto não foi regra, pois apesar de diversos relatos darem conta que este relacionamento era amistoso, também são lembradas situações conflituosas, envolvendo brigas ou outras formas utilizadas para zombar dos caboclos, apenas para divertir-se.

Esta situação espelha a *superioridade* que o migrante ítalo julgava possuir sobre os demais, especialmente em relação aos caboclos. Tal superioridade era de proprietário sobre o não proprietário, lembrando o que ocorria na Itália entre os antigos senhores da terra e os pobres *contadinos*.

O modo de vida do caboclo, quando comparado ao do ítalo, era visto com desprezo, e seus costumes caracterizados como exóticos e não aconselháveis.⁶⁷

⁶⁴ Apesar de ter sido comum a preservação da mata, na parte em que o lote oferecia menos condições para o trabalho agrícola, a preocupação ecológica ainda era inexistente. Praticamente todo o oeste catarinense foi retalhado em pequenos lotes e colonizado em curto espaço de tempo, provocando uma transformação do meio físico regional, pela ação não apenas dos agricultores, mas especialmente das empresas madeireiras.

⁶⁵ O maior problema, inicialmente, não foi o tamanho do lote, suficiente para a família naquele modelo, mas a falta de orientação e profissionalização do agricultor, que pouco ou nada teve em termos de ensinamentos de como e o que poderia ser cultivado na região. Esta realidade alterou-se apenas recentemente, com o avanço da agroindústria e modernização da agricultura, quando o antigo modelo entra em crise e os agricultores perderam seu já precário poder de competitividade.

⁶⁶ WILLEMS, E. *Aculturação...* Op. Cit. p. 20.

⁶⁷ Seu linguajar também deixa transparecer esta condição de superioridade, resumida no dizer, "*Anca io sono talian gracia a Dio*", ou seja, graças a Deus eu também sou italiano. Tal maneira de pensar, nos primeiros tempos da colonização, era coincidente com o discurso oficial, o que os levava a sentirem-se, ao contrário dos brasileiros, *civilizadores, ordeiros, trabalhadores...* Em fala dirigida à Assembléia Legislativa, em 1920, diz o Vice Governador Hercílio Luz, que, "*quando por efeito da conquista permanente da civilização, [...] teremos em toda a extensão do nosso território a calma que só o trabalho produz*".

Em relação a isso, afirma Seyferth que entre os migrantes, *as identidades étnicas foram formalizadas com base em critérios positivos de pertencimento a uma nacionalidade. A 'língua materna', a 'cultura de origem', mesmo modificadas pelo contato, a nacionalidade concebida pelo direito de sangue, a filiação e instituições comunitárias e em alguns casos, a 'fé', são símbolos de identificação manipulados para assinalar as diferenças entre imigrantes e seus descendentes, e a população brasileira.*⁶⁸

Mesmo tratando-se de uma região de colonização mista, nota-se que os ítalo procuraram agrupar-se em comunidades *puras*, nas quais pudessem construir seu novo projeto, a partir de sua própria visão de mundo. - *Procurávamos ficar junto de parentes, amigos e de gente italiana, pois era mais garantido. Tínhamos o nosso jeito de trabalhar, de se divertir, de falar.* A formação destas comunidades por famílias de migrantes, favoreceu a preservação das características étnicas.

O fato de se auto-reconhecerem e nominarem de *italianos*, evidencia a preocupação com a *identidade étnica*. Identidade que, segundo os próprios ítalo, caracteriza-se pela manutenção da religião, crenças, festas, culinária, organização familiar, idioma e hábitos relacionados ao trabalho e à vida cotidiana. Em relação à sua *capacidade de trabalho*, mesmo não conseguindo *fazer fortuna*, entendem que a vitória consistiu no *desbravamento da região*, a qual deixou de ser *só mato*, para ser produtiva e desenvolvida.

A campanha de nacionalização e o conjunto de fatores surgidos no Brasil a partir da década de 1930, exigia que os descendentes de italianos assumissem a *brasilidade*. Como até então não houve um programa consistente visando a assimilar o grupo pela escola e participação na vida social, política e econômica do país, foi difícil para estes deixarem de sentir-se *italianos*.

Mesmo com as mudanças do período, é possível perceber a continuidade de princípios culturais e da mentalidade que envolvia o seu *microcosmo*. Afirmam neste sentido, Scott e Tilly que,

*velhos valores coexistem e são usados pelo povo para adaptar-se a mudanças externas. Isso pressupõe que o povo percebe e age sobre as mudanças que experimenta apoiado nas próprias idéias e atitudes. Assim, seu comportamento é mais o efeito de velhas idéias operando num contexto novo, ou em mudança, do que o produto de novas idéias...*⁶⁹

Entre os ítalo-brasileiros, uma mudança marcante é o abandono gradativo da língua. Mas isto não significa dizer que, este grupo tenha se descaracterizado como grupo. Segundo

⁶⁸ SEYFERTH, G. Op. Cit. p. 86.

⁶⁹ SCOTT, J. W. e TILLY, L. A. In: ALVIM, Zuleika M. F. *Brava gente*. 2. ed. São Paulo, Brasiliense, 1986. p. 74.

Willems⁷⁰, *a aquisição da língua e de certos hábitos, não implica que o imigrante seja completamente assimilado*. A recíproca, neste aspecto, também pode ser verdadeira, pois a manutenção da língua não necessariamente implica na *não assimilação*.

A mudança da mentalidade coletiva de um grupo, constitui-se numa atitude complexa e demorada. O melhor exemplo, entre os migrantes, neste sentido é o *sentir-se italiano*, mesmo que a maioria não faça a mínima idéia de como seja a vida na Itália.

Apesar de preservarem princípios culturais, foram gradativamente assumindo aspectos da cultura brasileira. Assim, mesmo o grupo *italo* autodiferenciando-se no conjunto da sociedade, o certo é que não pode identificar-se com a sociedade italiana, o que se deve pela grande diferença da trajetória histórica da *pátria adotiva* e da *pátria mãe*.

Isto quer dizer que, para os descendentes de imigrantes, a Itália ficou cada vez mais distante e dela apenas mantêm na memória um conjunto de representações coletivas. Um exemplo são as dificuldades que os antepassados viveram e que certos a elas se referem como se também as tivessem vivido. Isto é identificado na medida em que se observa a tendência em achar que tudo foi e continua sendo muito difícil, trabalhoso, que não há dinheiro, etc.

A partir das características do país e da nova região, os ítalo-brasileiros, a seu modo construíram uma *Itália* longe da Itália, incorporando hábitos antes desconhecidos. *Os italianos* passaram a gostar do churrasco, da feijoada, de *jogar truco*, de cantar músicas caipiras, até vestir uma bombacha para dançar um vanerão, entre outros, o que caracterizaria a *cultura híbrida*.

O processo de *assimilação e aculturação*, tornou-se mais saliente a partir da campanha nacionalista e, pelo ingresso do Brasil na industrialização, modernização agrícola, urbanização, além da popularização da escola e dos meios de comunicação social.

Este conjunto de fatores levou a uma marginalização o *ser italiano* e o *falar italiano*. Especialmente as gerações mais novas introjetaram a idéia da necessidade de abandonar tais princípios culturais, agora vistos como *marginais*. Os pais também convenceram-se de que os filhos não deveriam aprender a falar o *italiano*, para não serem prejudicados na escola ou em suas relações sociais, econômicas, etc.

Nas comunidades de descendência italiana, esta mudança pode ser observada na década de 1970, quando, gradativamente deixa-se de falar o *italiano*. Conforme estudo de Poletto, citado anteriormente, neste período aproximadamente 50% dos jovens não entendiam ou falavam o *italiano*.

Neste sentido, afirma Rovilio Costa que, *deixando de falar o italiano em família e de*

70 WILLEMS, E. Aculturação... Op cit. p. 19, 20.

*aprendê-lo na escola, perde-se a relação da língua com a cultura e os costumes perdem sua relação com a história.*⁷¹

O sinal da perda da relação com a história é constatado no fato de que a maioria dos filhos dos migrantes, não sabe o município de procedência dos pais, no Rio Grande do Sul e, maior é a ignorância em relação à procedência de antepassados, da Itália.

O desconhecimento da própria história e o distanciamento de certos princípios culturais, em função da imposição de outros, levou-os a ter dificuldade de entender os *novos valores*, por não participarem efetivamente do seu processo de construção.

Assim, ao chegar na década de 1970, sua identidade sofria uma descaracterização, sendo que a "*moral, como instituição cultural sofria as influências das transformações que ocorriam nesse meio, tanto em nível da infra-estrutura econômica, quanto em nível de superestrutura ideológica, política, religiosa, educacional...*"⁷²

Este contexto levou à formação de uma *cultura híbrida*, por preservar elementos da cultura italiana e incorporar outros da nacional, a qual denominamos de *italo-brasileira*.

71 COSTA, Rovílio. "Como Fenômeno Cultural Único a Imigração Italiana no Rio Grande do Sul, completa 119 anos". *Correio Riograndense*. Caxias do Sul, 18 de maio de 1994. p. 11.

72 MÜHL, Eldon H. *Transformação dos Valores Morais dos Colonos com a Modernização da Agricultura: um estudo de caso do Rio Grande do Sul*. Campinas : UNICAMP, Dissertação de Mestrado, 1985. p. 2.

CONCLUSÃO

Apesar das limitações deste trabalho, acreditamos que seja possível apontar alguns elementos acerca da história dos ítalo-brasileiros, no município de Joaçaba.

Na margem esquerda do Rio do Peixe, no início deste século, foi construída a Estrada de Ferro *São Paulo-Rio Grande*, a qual consideramos o símbolo da penetração capitalista em toda a região. Esta ferrovia tornou-se a grande propulsora da colonização em praticamente todo o oeste catarinense e, de modo especial, das terras do *antigo município de Cruzeiro* (Joaçaba), criado em 1917, após o *acordo de limites* entre os estados de Santa Catarina e Paraná e do fim do conflito do Contestado.

A construção da ferrovia e a criação do município, são dois fatos que evidenciam o interesse do estado, no que tange à ocupação e conseqüente exploração econômica das terras recém incorporadas ao território catarinense.

Para tanto, surgiram nesta região, diversas *companhias de colonização*, que atuaram na venda das terras, especialmente ao excedente populacional das áreas coloniais do Rio Grande do Sul.

Neste sentido, a colonização não foi espontânea, mas sistemática e programada, feita a partir de interesses do estado, das *colonizadoras* e especuladores.

No vale do Rio do Peixe, repetiu-se o mesmo modelo de ocupação das áreas de colonização gaúcha, baseado na pequena propriedade colonial, que era destinada à agricultura de subsistência e procurava atender o mercado interno.

No entanto, mesmo havendo uma produção significativa nestas terras, nas primeiras décadas da colonização, um dos maiores problemas enfrentados pelos migrantes foi a falta de mercado para seus produtos.

As novas terras do meio-oeste e oeste catarinense, absorveram o grande excedente populacional das *áreas coloniais* do Rio Grande do Sul. Assim, na medida em que eram ocupadas as terras em Santa Catarina, por um lado aliviava-se a pressão demográfica naquele estado, diminuindo a preocupação dos latifundiários, '*indispostos*' a dividirem suas propriedades; e, por outro, fomentava-se o lucro das empresas, com a venda dos lotes.

A semelhança do modelo de colonização adotado nas *novas terras*, favoreceu a continuidade da *civilização agrária*, onde os migrantes mantiveram-se ligados ao trabalho agrícola, de onde tiravam basicamente a sobrevivência.

Em virtude do tamanho dos lotes e de modo especial das limitações do próprio modelo, a expectativa de *fazer fortuna* frustrou-se novamente. Apesar disso, na visão dos agricultores, considerava-se um status ser proprietário, ou mesmo, estar ligado à terra. Imaginava-se que *os da cidade não tinham comida e, na roça, ao menos, não se passaria fome*.

Apesar de ser uma região de colonização mista, observa-se a formação de comunidades *puras*, de pessoas da mesma etnia. Isto se deve basicamente a dois motivos; de um lado, pela preferência dos migrantes, que procuravam ficar próximos a parentes e amigos e de outro, as próprias *companhias de colonização* ao fazerem suas propagandas, normalmente as direcionavam aos grupos étnicos.

Mesmo assim, acelerou-se o contato com outros grupos, de modo especial entre os ítalo e os caboclos. Tal contato se deu principalmente pelo trabalho, onde estes eram contratados para auxiliar a família nas tarefas agrícolas. Este tornou-se um contato entre *desiguais*, pois os migrantes ítalo entendiam-se superiores, proprietários, empreendedores e, portanto, em condições de explorar o trabalho daqueles *não-proprietários* e incapazes de desenvolver um trabalho sistemático.

O convívio destes diferentes grupos, com diferentes mentalidades, se por um lado favoreceu a assimilação dos migrantes, por outro contribuiu para reforçar sua *visão etnocêntrica*. Os ítalo, consideravam o modo de ser do outro grupo, oposto ao seu, e, portanto, inaconselhável. *'Vocês é só carijo e barbaquá'*.

Estabelece-se assim um mito relacionado à *capacidade de trabalho e empreendimento* dos migrantes, mesmo que se mantivessem ligados ao tradicional estilo de trabalhar a terra.

Além desta *capacidade de trabalho*, normalmente são lembrados outros elementos para caracterizar a identidade étnica dos *italianos*, como é o caso da religião, língua, culinária e lazer. *Temos nosso jeito de ser*.

A família, a capela e a pequena comunidade constituíram-se no tripé da experiência ítalo-brasileira na região de Joaçaba.

Foi neste meio que se desenvolveu esta experiência agrária, onde os produtores buscaram tornar-se auto-suficientes. Por isso, ligado ao trabalho da lavoura, esteve a indústria artesanal e doméstica, através da qual os migrantes sentiam-se autônomos, mesmo que de forma ilusória. Tais características estiveram na base do *ethos camponês*, destas comunidades.

Em relação à família, nota-se que sua organização possui traços marcadamente patriarcais. Neste âmbito, o homem toma as decisões referentes à administração da propriedade e dos negócios, e o espaço da mulher é essencialmente doméstico. Esta condição da mulher na família, é percebida também no âmbito social, pois em jogos, festas e ocupação de cargos diretivos, praticamente só o homem aparece.

O modelo de colonização, baseado na pequena propriedade, proporcionou condições limitadas de desenvolvimento. Aliado a certos princípios culturais dos migrantes, especialmente da forma de explorar o seu lote, para muitos passou a significar dificuldade, especialmente ao se tratar de famílias numerosas. Um exemplo das limitações do modelo, neste sentido, é a formação de um contingente considerável de *sem terras*, na região.

Referindo-se ao costume dos italianos, acerca da subdivisão das terras, escreve Zuleika Alvim que:

Entre os pequenos proprietários agricultores, tanto nas montanhas como em outros lugares, o hábito de dividir a terra quando os filhos se casavam, começara há muito tempo. E, dentre os vários problemas que a pequena propriedade defrontou, esse é um dos principais motivos da sua divisão e enfraquecimento.¹

Além desta maneira de conceber seu *microcosmo*, os migrantes nas primeiras décadas da colonização, enfrentaram problemas que os prendiam ainda mais àquele modelo. O isolamento em suas colônias, a falta de estradas, escolas, assistência, entre outros, deixaram-nos abandonados à sua própria sorte.

A primeira grande preocupação oficial em relação aos migrantes, ligou-se à *campanha de nacionalização*, patrocinada pelo Estado Novo, a partir de 1937.

O fato de se exigir deles um '*ser brasileiro*' e principalmente falar o português, marcou-os profundamente, pois a pregação nacionalista, de forma arbitrária, impunha uma mudança drástica no seu modo de ser.

Isto levou os ítalo-brasileiros a se retraírem e, de certa forma, se isolarem ainda mais em suas famílias e pequenas comunidades. Passaram a sentir-se envergonhados da sua maneira de falar, identificando seu modo de ser como *grosseiro, da colônia*, etc. Com isso, o uso da *língua materna* foi-se restringindo cada vez mais ao âmbito familiar, e a língua vernácula utilizada no espaço social.

O uso da expressão '*coisa de colono*', ou simplesmente '*colono*', assumiu uma conotação pejorativa e teve um significado ideológico muito grande no sentido de que o agricultor, especialmente o mais jovem, preferisse mudar para a cidade, em busca de uma vida mais refi-

1 ALVIM, Zuleika, M. *Brava Gente! Os Italianos em São Paulo*. 2. ed. São Paulo : Brasiliense, 1986. p. 33.

nada e menos sofrida. Neste sentido, tais pessoas fomentaram o *êxodo rural* nas décadas de 1960 e 1970. A industrialização e modernização brasileiras aumentaram a dependência do agricultor em relação ao meio urbano, e isto foi dificultando a preservação da identidade étnica.

De modo geral, os ítalo destas comunidades desconhecem sua trajetória. Com exceção dos mais idosos, são raros os que identificam o local de procedência dos familiares ou mesmo as razões que motivaram a migração do Rio Grande do Sul para Santa Catarina.

Os migrantes nas *novas terras* agiram conforme sua visão e seus princípios culturais, contribuindo, neste sentido, para a marginalização dos caboclos, que, na região, ficaram cada vez mais distantes do acesso à terra e às condições de sobrevivência.

No período em estudo, os migrantes ítalo de Joaçaba caracterizaram-se por desenvolver uma *cultura híbrida*. Nela percebem-se elementos trazidos da *pátria mãe* e outros assimilados pelo contato com o novo meio. Neste sentido, pode ser denominada de *cultura ítalo-brasileira*.

Acreditamos, como Marc Bloch, que *a história é um esforço para melhor conhecer e por conseguinte uma coisa em movimento*.² Assim, o entendimento do tema em questão deve continuar sendo investigado, mesmo porque ainda são raros os estudos sobre o assunto na região e, de forma alguma, é pretensão que este seja definitivo, ou o último.

Destarte, apontamos alguns aspectos que, em futuros trabalhos poderão ter uma melhor investigação, entre os quais destacamos os seguintes:

- como se construiu entre os migrantes ítalo-brasileiros o "*mito*" de homem civilizador, ordeiro, progressista e trabalhador?
- a campanha nacionalista serviu para assimilar os ítalo ou para reforçar sua *identidade étnica*?
- há alguma relação da campanha nacionalista desenvolvida na região, com a nacionalização da própria região, buscando garantir a posse do território fronteiriço, recém incorporado ao país?
- o que representou a modernização e a urbanização do Brasil para o processo de *aculturação* dos ítalo?
- até que ponto a mulher, entre os ítalo-brasileiros, conseguiu romper a condição de subordinação no âmbito da família e no meio social?
- este retorno aos *grupos étnicos*, observado em nossos dias, seria uma reação à *padronização cultural* que se tentou implantar no Brasil, especialmente com a popularização dos meios de comunicação social, a partir da modernização brasileira?
- este retorno aos *grupos étnicos* teria por objetivo o resgate do *orgulho perdido*?
- que mudanças no *ethos* das comunidades ítalo-brasileiras se processaram após 1970?

Estas, entre outras tantas interrogações, ficam como sugestão e motivação para a continuidade do trabalho.

² BLOCH, Marc. *Introdução à História*. 4ª. ed. Portugal : Publicações Europa América, s.d. p. 18.

FONTES

FONTES PRIMÁRIAS

- 01- FALAS (e Mensagens) do Governador à Assembléia Legislativa. Arquivo Permanente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina. (1917-1939).
- 02- Jornal **Cruzeiro**. Cruzeiro (Joaçaba). Acervo da Biblioteca Pública de Florianópolis. (1934-1936).
- 03- Jornal **A Tribuna**. Joaçaba. Acervo da Biblioteca pública de Florianópolis. (1941-1947).
- 04- Jornal **Voz d'Oeste**. Joaçaba. Acervo da Biblioteca Pública de Florianópolis. (1938-1943).
- 05- Jornal **Tribuna Livre**. Joaçaba. Acervo da Biblioteca Pública de Florianópolis. (1954-1959).
- 06- Jornal **Cruzeiro do Sul**. Joaçaba. Acervo da Biblioteca da UNOESC, Campus de Joaçaba. A partir de 1953; coleção incompleta.
- 07- Jornal **Correio Riograndense**. Acervo do Jornal; Caxias do Sul. (1917-1950). O jornal, publicado em italiano teve inicialmente o nome de "*Il Colono*", passando após a "*Staffetta Riograndense*" e a partir de 10 de outubro de 1941, a publicação deu-se em língua vernácula, "*por força do ato presidencial*" que abrigava a nacionalização da imprensa, com o nome de **Correio Riograndense**.
- 08- Livro Tombo da Paróquia Santa Terezinha de Joaçaba. (Vol. único).

BIBLIOGRAFIA

- ALVIN, Zuleika M.F. *Brava Gente! Os Italianos em São Paulo 1870- 1920*. 2ª ed. São Paulo : Brasiliense, 1986.
- BLOCH, Marc. *Introdução à História*. 4ª ed. Portugal : Publicações Europa América, s.d.
- BATTISTEL, Arlindo Itacir. *Colônia Italiana: religião e Costumes*. Porto Alegre : EST, 1981.
- BATTISTEL, A. I.; COSTA, Rovilio. *Assim Vivem os Italianos: vida, história, cantos comidas e estórias*. Porto Alegre : EST, Caxias do Sul : EDUCS, 1980.
- BERNARDI, Aquiles. *Nanetto Pipetta*. 9ª ed. Porto Alegre : EST, 1990.
- BERNARDI, Aquiles. *Stória de Nino Fradello de Nanetto Pipetta*. Porto Alegre : EST, 1976.
- BOAVENTURA, Edivaldo. *Como Ordenar Idéias*. 2ª ed. São Paulo : Ática, 1990.

- BORDIGNON, Gilberto Alves. *Municípios Catarinenses*. Edição do Autor, 1968.
- BOSSLE, Ondina P. *Henrique Lage e o Desenvolvimento Sul Catarinense*. Florianópolis : Editora da UFSC. 1981.
- BOURDÉ, G.; MARTIN, H. *As Escolas Históricas*. Publicações Europa América, 1983.
- BREVES, Wenceslao de Souza. "O Chapecó que eu Conheci" In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*. n. 6. Florianópolis, 1985.
- BRUM, Argemiro Jacob. *Modernização da Agricultura no Planalto Gaúcho*. Ijuí : FIDENE, 1983.
- BURKE, Peter. "A História dos Acontecimentos e o Renascimento da Narrativa". In: *A Escrita da História: novas perspectivas*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo : UNESP, 1992. p. 327-348.
- CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *História de Santa Catarina*. 3ª ed. Florianópolis : Lunardelli, 1987.
- CAMPOS, Indio. *Os Colonos do Rio Uruguai*. Campina Grande : Universidade Federal da Paraíba, 1987. (Dissertação de Mestrado).
- CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Uma Introdução à História*. 7ª ed. São Paulo : Brasiliense, 1988.
- CARDOSO, C. F.; BRIGNOLI, H. P. *Os Métodos da História*. 4ª ed. Rio de Janeiro : Edições Graal, 1983.
- CEAG - Centro de Assistência Gerencial de Santa Catarina. *Evolução Histórico-Econômica de Santa Catarina: Estudos das Alterações Estruturais (século XVII-1960)*. Florianópolis : CEAG-SC, 1980.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Tradução de Maria Manuela Galhardo, Rio de Janeiro : Bertrand do Brasil, 1990.
- COSTA, Licurgo. *O Continente das Lagens*. Florianópolis: FCC, 1982.
- COSTA, A. Ferreira da. *Oeste Catarinense: Visões e Sugestões de um Excursionista*. Rio de Janeiro : Vilas Boas e Cia., 1929.
- COSTA, Rovílio; BATISTEL A. I. *Assim Vivem os Italianos: religião, música, trabalho e lazer*. Porto Alegre : EST, Caxias do Sul : EDUCS, 1983.
- COSTA, Rovílio; BATISTEL A. I. *Assim Vivem os Italianos: a vida italiana em fotografia*. Porto Alegre : EST, Caxias do Sul : EDUCS, 1983.
- CURI, José. *Resta Quà Con Noaltri: poesie in dialeto*. Florianópolis : Editora da UFSC, 1987.
- DALL'ALBA, João Leonir. *Stianni In Colônia*. Caxias do Sul : EDUCS, Florianópolis : Lunardelli, 1986.
- DALL'ALBA, João Leonir. *Imigração Italiana em Santa Catarina*. Caxias do Sul, Editora da UCS, Porto Alegre : EST, Florianópolis : Lunardelli, 1983.
- D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. "Para uma História dos Índios do Oeste Catarinense". In: *Cadernos do Centro de Organização da Memória do Oeste de Santa Catarina*. Chapecó, Ano 4, n. 6. Nov./1989.

- DE BONI, Luis A. *La Mérica*. Caxias do Sul : Editora da UCS, Porto Alegre : EST, 1977.
- DE BONI, Luis A. (Org.) *A Presença Italiana no Brasil*. Porto Alegre : EST, 1987.
- DE BONI, Luis A. (Org.) *A Presença Italiana no Brasil* (Vol II). Porto Alegre : EST, Torino : Fondazione Giavanni Agnelli, 1990.
- DE BONI, L. A.; COSTA, Rovílio. *Os Italianos do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre : EST, 1979.
- DE BONI, L. A.; COSTA, Rovílio. *Far La Mérica*. Porto Alegre : Riocel, 1991.
- DUCATTI Neto, Antônio. *O Grande Erechim e Sua História*. Porto Alegre : EST, 1981.
- DUCATTI Neto, Antônio. *A vida nas Colônias Italianas*. Porto Alegre : EST, 1979.
- EHLKE, Cyro. *A Conquista do Planalto Catarinense*. Florianópolis : Laudes, 1973.
- FERREIRA, A. Geraldo Zanetti. *Concórdia: o rastro de sua história*. Concórdia : Fundação Municipal de Cultura, 1992.
- FORTINI, Archymedes. *O 75º Aniversário da Colonização Italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre : Sulina, 1950.
- FROSI, Vitalina M. e MIORANZA, Ciro. *Imigração Italiana no Nordeste do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Movimento, 1975.
- GARDINER, Patrick. *Teorias da História*. 3ª ed. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, s/d.
- GHIRARDI, Pedro Garcez. *Imigração da Palavra*. Porto Alegre : EST, 1994.
- GIACOMEL, Fortunato et. al. *Pioneiros às Margens do Uruguai*. Porto Alegre : EST, 1975.
- GIUSTI, Angelo. *Poemas de um Imigrante Italiano*. Porto Alegre : EST, Caxias do Sul : Universidade de Caxias do Sul, 1976.
- GONZAGA, Sérgio; FISCHER, L. A. (Coord.) *Nós, os Gaúchos*. 2ª ed. Porto Alegre : Editora da UFRGS, 1993.
- GOOCH, John. *A Unificação da Italia*. Tradução de Lólio de Oliveira. São Paulo : Ática, 1991.
- GROSSELLI, Renzo Maria. *Vencer ou Morrer*. Florianópolis : Editora da UFSC, 1987.
- HELLER, Agnes. *O Cotidiano e a História*. 4ª ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1992.
- HOBBSAWM, Eric; TERENCE, Ranger. *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1984.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 9ª ed. Rio de Janeiro : José Olímpio, 1976.
- IANNI, Constantino. *Homens sem Paz*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1972.
- IANNI, Octávio. *A Idéia de Brasil Moderno*. São Paulo : Brasiliense, 1992.
- LAGO, Paulo Fernando. *Santa Catarina, dimensões e perspectivas*. Florianópolis : UFSC, 1978.
- LAZZARI, Baetrix Maria. *Ideologia e Imigração*. Porto Alegre : EST, Caxias do Sul : UCS, 1980.
- LAZZAROTTO, Valentim. (Org.) *Miseri Colóni: teatro popular na região de colonização italiana*. Porto Alegre : EST, 1988.

- LE GOFF, Jacques. *A Nova História*. 2ª ed. São Paulo : Martins Fontes, 1993.
- LE GOFF, J.; NORA, Pierre. *História: novos problemas*. 2ª ed. Rio de Janeiro : Francisco Alves, 1979.
- LE GOFF, J.; NORA, Pierre. *História*. Novas abordagens. 3ª ed. Rio de Janeiro : Francisco Alves, 1988.
- LIBERALI, Ricardo D. *Togno Brusafrafi*. 2ª ed. Porto Alegre : EST, 1975.
- LUZZATTO, Darcy Loss. *El Nostro Parlar*. Porto Alegre : Sagra/DC Luzzatto, 1993.
- MANFROI, Olívio. *A colonização Italiana do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre : Grafosul, 1975.
- MAROTA, Cláudia O. A. *O Que é História das Mentalidades*. São Paulo : Brasiliense, 1991.
- MARZANO, Luigi. *Colonos e Missionários Italianos nas Florestas do Brasil*. Tradução de João Leonir Dall'Alba. Florianópolis : Editora da UFSC, 1985.
- MERLOTTI, Vania B. P. *O Mito do Padre Entre os Descendentes de Italianos*. 2ª ed. Porto Alegre : EST, Caxias do Sul : UCS, 1979.
- MONTENEGRO, Antonio Torres. *História Oral e Memória a Cultura Popular Revisitada*. São Paulo : Contexto, 1992.
- MOSER, Anita. "Alguns Aspectos da Realidade dos Descendentes de Italianos em Santa Catarina." In: *Boletim das Ciências Sociais*. Departamento de Ciências Sociais, UFSC. Florianópolis, n. 55/56, jan. jul. 1990.
- MÜHL, Eldon Henrique. *Transformação dos Valores Morais dos Colonos com a Modernização da Agricultura: um estudo de caso do Rio Grande do Sul*. Campinas : UNESP, 1985. Dissertação de Mestrado.
- OLIVEN, Ruben George. *A Parte e o Todo*. Petrópolis : Vozes, 1992.
- ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. 2. ed. São Paulo : Brasiliense, 1986.
- PELUSO Jr. Víctor Antonio. "A Evolução das Questões de Limites Interestaduais". In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*. n. 6. Florianópolis, 1985.
- PESAVENTO, Sandra J. *História do Rio Grande do Sul*. 3. ed. Porto Alegre : Mercado Aberto, 1984.
- PIAZZA, Walter Fernando. *A Colonização de Santa Catarina*. 2. ed. Florianópolis : Lunardelli, 1988.
- POLETTI, Isaura Gema. *Italianos em Joaçaba: estudo histórico e sociolinguístico do núcleo italiano da micro-região do meio-oeste catarinense*. Florianópolis : UFSC, Dissertação de Mestrado.
- PORRINI, Carlo. *Masticapolenta*. 2ª ed. Porto Alegre : EST, Caxias do Sul : UCS, 1978.
- QUEIROZ, Alexandre M. de. et. al. *Album Comemorativo do Cinquentenário do Município de Joaçaba*. Joaçaba, 1967.
- QUEIROZ, Maurício Vinhas de. *Messianismo e Conflito Social: a Guerra Sertaneja do Conestado, 1912-1916*. 3ª ed. São Paulo : Ática, 1981.
- RAUH, Rachel Cavalcanti. *Blumenau em Imagens: fotografos e fotografias como fonte de*

- estudo da História da colônia de Blumenau (1950-1930). Florianópolis: UFSC, 1992. Dissertação de Mestrado.
- RIZZARDO, Redovino. *A Longa Viagem: os carlistas e a imigração italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre : EST, 1975.
- ROCHE, Jean. *A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul*. (2 vol.) Porto Alegre : Globo, 1969.
- SALVADOR, Angelo D. *Métodos e Técnicas da Pesquisa Científica*. 11. ed. Porto Alegre : Sulina, 1989.
- SANTOS, Milton. *Espaço e Método*. 3ª ed. São Paulo, Nobel, 1992.
- SANTOS, Silvio Coelho dos. *Nova História de Santa Catarina*. Florianópolis : Lunardelli, 1974.
- SCHAFF, Adam. *História e Verdade*. Tradução de Maria Paula Duarte. 4ª ed. São Paulo : Martins Fontes, 1987.
- SECRETARIA de Estado de Coordenação Geral e Planejamento - SEPLAN/SC. *Atlas Histórico de Santa Catarina*. Rio de Janeiro : Aerofoto Cruzeiro, 1991.
- SEYFERTH, Giralda. *A Colonização Alemã no Vale do Itajaí-Mirim*. Porto Alegre : Movimento, 1974.
- SEYFERTH, Giralda. *Imigração e Colonização*. Brasília : Editora da UNB, 1990.
- SOUZA, Sara R. Silveira de. *A D. Pedro I Railway*. São Paulo : J. Scortecci Editor, 1987.
- STAWINSKI, Alberto Vitor. *Dicionário Vêneto Sul-rio-grandense*. Porto Alegre : EST, Caxias do Sul : EDUCS, 1987.
- SUDESUL - Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul. *O Fenômeno Migratório na Região Sul*. Porto Alegre : SUDESUL, 1975.
- THOMÉ, Nilson. *Civilizações Primitivas do Contestado*. Caçador : Imprensa Universal, 1981.
- THOMÉ, Nilson. *O Trem de Ferro*. Florianópolis : Lunardelli, 1983.
- UFPR - Universidade Federal do Paraná, Biblioteca Central. *Normas Para Apresentação de Trabalhos Escolares*. (8 vol.) Curitiba : Editora da UFPR. 1992.
- VIEIRA, Maria do P. de Araujo et. al. *A Pesquisa em História*. São Paulo : Ática, 1991.
- VILLA, Deliso. *Storia Dimenticata*. Porto Alegre : Sagra/DC Luzzatto, 1993.
- WACHOWICH, Rui Cristovam. *Paraná, Sudoeste: Ocupação e Colonização*. 2ª ed. Curitiba : Vicentina, 1987.
- WERLANG, Alceu A. "Processo de Colonização no Oeste de Santa Catarina." In: *Cadernos do Centro de Organização da Memória do Oeste de Santa Catarina*. Chapecó : Universidade do Oeste de Santa Catarina, 1994. p. 9-46.
- WILLEMS, Emílio. *Assimilação e Populações Marginais no Brasil*. São Paulo : Companhia Editora Nacional, 1940.
- WILLEMS, Emílio. *A Aculturação dos Alemães no Brasil*. 2ª ed. São Paulo : Nacional, Brasília : INL, 1980.

DEPOIMENTOS ORAIS

BONATO, Iolanda. Entrevista Concedida a José Carlos Radin, em 3 de agosto de 1991. Acervo Particular do Autor.

BORSOLA, Elda. Entrevista concedida a Izolete dos Santos, em 24 de outubro de 1992. Acervo da Universidade do Oeste de Santa Catarina - UNOESC, Joaçaba.

BURIN, Giovana. Entrevista concedida a Adriana Toaldo, em 21 de outubro de 1992. Acervo da UNOESC, Joaçaba.

CHIUCHETTA, Caetano. Entrevista concedida a Sandra Mara Roman, em 28 de novembro de 1992. Acervo da UNOESC, Joaçaba.

COLOMBO, Elza Martini. Entrevista concedida a Noemi Tonini, em 24 de outubro de 1992. Acervo da UNOESC, Joaçaba.

DE BORTOLO, Pedro Paulo. Entrevista concedida a Mara Regina Pagnussat, em 21 de outubro de 1992. Acervo da UNOESC, Joaçaba.

DE MARCO, Victo. Entrevista concedida a José Carlos Radin, em 24 de maio de 1994. Acervo Particular do Autor.

FERRETTI, Alzira Grando. Entrevista concedida a Marjorie Setti, em 7 de novembro de 1992. Acervo da UNOESC, Joaçaba.

GEMELLI, Maria Cavaletti. Entrevista concedida a Mauro da Silva em 4 de novembro de 1992. Acervo da UNOESC, Joaçaba.

GRANDO, Aurora Damin. Entrevista concedida a Sandra Ivana de Souza, em 7 de novembro de 1992. Acervo da UNOESC, Joaçaba.

LUCHESE, Onorina Angela. Entrevista concedida a Marjorie Setti, em 8 de novembro de 1992. Acervo da UNOESC, Joaçaba.

MACAGNAN, Angelo José Bruno. Entrevista concedida a Sandra Ivana de Souza, em 7 de novembro de 1992. Acervo da UNOESC, Joaçaba.

ORSO, Lurenço. Entrevista concedida a José C. Radin, 23/05/94. Acervo Particular do Autor.

OSS, Alcides José. Entrevista concedida a Mara Regina Pagnussat, em 25 de novembro de 1992. Acervo da UNOESC, Joaçaba.

PASIN, Riquelmo Francisco. Entrevista Concedida a Mara Regina Pagnussat, em 20 de outubro de 1992. Acervo da UNOESC, Joaçaba.

PEROTONI, Severino. Entrevista concedida a Izolete dos Santos, em 9 de outubro de 1992. Acervo da UNOESC, Joaçaba.

RIQUETTI, Euclides. Entrevista concedida a Adriana Toaldo, em 31 de outubro de 1992. Acervo da UNOESC, Joaçaba.

RACHELLE, Germano. Entrevista concedida a José Carlos Radin, em 11 de junho de 1994. Acervo Particular do Autor.

ZANATTA, Antonio. Entrevista concedida a Mauro da Silva, em 4 de novembro de 1992. Acervo da UNOESC, Joaçaba.

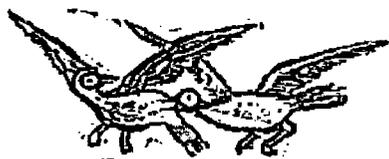
ZOCCOLI, Carmine. Entrevista concedida a Noemi Tonini, em 16 de outubro de 1992. Acervo da UNOESC, Joaçaba.

ANEXOS

Difesa

Cara *Staffetta*, ti faccio sapere che nel nostro 3° distretto di caxias, per intesa di tutti i coloni, sta facendo il giro un *Abaixo Assignado* diretto al Presidente dello Stato, per reclamare un ribasso sull'imposto territoriale, poiché tutto il popolo di Caxias sente il peso del grande aumento, senza parlare della gravi difficoltà in cui si trova la famiglia che vuole vendere o comprare, di dover cioè pagare il 6 % sulla valutazione del terreno.

Il governo ha classificato le nostre terre di *prima qualità*, mentre sono già tanto sfruttate che saremo in obbligo di domandare una nuova emigrazione perché già si vedono molte famiglie andar male. — Il vino che potrebbe essere una buona sorgente di lucro per la colonia, è combattuto dallo straordinario aumento di *sellos* e alto prezzo dei quinti, e così governo e commercio si beccano via tutto quel po' di lucro che il colono potrebbe avere. È vero che il vino si vende ad assai buon prezzo, ma nessun profitto si ricava perché le difficoltà ed angoschie sono troppe.



DEFESA

Cara *Staffetta*, comunico-a que no Terceiro distrito de Caxias, os colonos, em comum acordo estão fazendo circular um *Abaixo Assinado* dirigido ao Presidente do Estado, reivindicando um desconto sobre o imposto territorial, porque todo o povo de Caxias sente o peso do grande aumento, sem falar da grave dificuldade em que se encontra a familia que quizer vender ou comprar; necessita pagar 6% sobre a valorização do terreno.

O governo classificou as nossas terras como sendo de *primeira qualidade*, porém já encontram-se desgastadas, de forma que nos vemos obrigados a solicitar uma nova emigração pois já se vê muitas familias em dificuldades. — O vinho que poderia ser uma boa fonte de lucro para a colônia, é anulado pelo extraordinario aumento dos tributos e alto preço dos barris, e assim, governo e comércio, na verdade apropriam-se do pouco de lucro que o colono poderia ter. É verdade que o vinho é vendido até por um bom preço, mas nenhum proveito se tira porque as dificuldades e sobrecarga são muitas.

Fonte: *Staffetta Riograndense*, Garibaldi, 23 de agosto de 1922. p. 3.

ANEXO n. 2.

Colonia Bom Retiro (Paraná)

NUCLEO „NOVA VICENZA“

Confidente colla nostra Colonia Bom Retiro, in immediata vicinanza della stazione, dove noi abbiamo già venduto quasi 500 lotti, abbiamo riservato un'altro importante tratto di terra (300 lotti) esclusivamente per popolazione italiana.

Le nostre eminenti e fruttifere terre si adattano, oltre che ad altre culture, specialmente per la viticoltura, e giacché la maggior parte del vino riograndense viene esportata, si comprende che tutti quelli, che producono vino o altri prodotti coloniali in tutta vicinanza della piazza di Consumo, devono avere maggiori vantaggi, acquistando migliori prezzi, venendo a cadere i dazii di importazione e di esportazione, trasporti maggiori ecc.

Chi al giorno d'oggi vuol comperare nuove terre e ottenere vantaggi (l'acquisto di terreni è il migliore e il più sicuro impiego del denaro) si deve perciò rivolgere colà, ove egli si troverà non solo fra connazionali, ma specialmente dove egli si troverà vicino al mercato e ai luoghi di consumo.

Che giova la migliore colonia, se questa lungi dalle vie di trasporto e dai luoghi di consumo? Anche donata diventa cosa troppo costosa.

La nostra Colonia Bom Retiro e con ciò il «Nucleo Nova Vicenza» giace direttamente sulla linea ferroviaria, che congiunge Rio Grande do Sul con S. Paulo, e ha una propria stazione. Chi venendo dal Rio Grande vuol visitare la nostra colonia Nova Vicenza può comperare il biglietto di passaggio in qualunque stazione del Rio Grande per la stazione di Herval o direttamente per la nostra fermata di «Bom Retiro», in questo ultimo caso però egli deve pagare per sino alla prossima stazione di Rio Bonito.

Le terre vengono vendute molto a buon mercato, malgrado i grandi vantaggi che esse offrono e sono assolutamente sicure.

Dopo il pagamento vengono emessi titoli di possesso garantiti.

Vuole Lei comperare un pezzo buon di terreno, che le garantisca un facile e sicuro avvenire e vuole Lei lavorare con buon risultato, comperi allora in NOVA VICENZA. Almeno Lei non dovrebbe comperare in nessuna parte prima di aver visto Nova Vicenza. Nei giornali si parla molto di una sollevazione nel Paraná, ciò però non è punto vero, fu una mera invenzione.

Non vi è per ciò bisogno di temere alcunché e ognuno può viaggiare tranquillamente e con tutta sicurezza.

I reverendissimi Padri Francesconi di «União da Victoria» (Paraná) ben volentieri forniscono informazioni.

Per altre informazioni rivolgersi ai proprietari H. Hacker e Cia. in Carasinho, o al loro rappresentante signor Alberto Maier in ESTAÇÃO HERVAL — S. P. — R. GR.

Colonia «Nova Vicenza» — Paraná nel marzo 1917.

Si cerca anche un buon sub-agente, attivo e onesto.

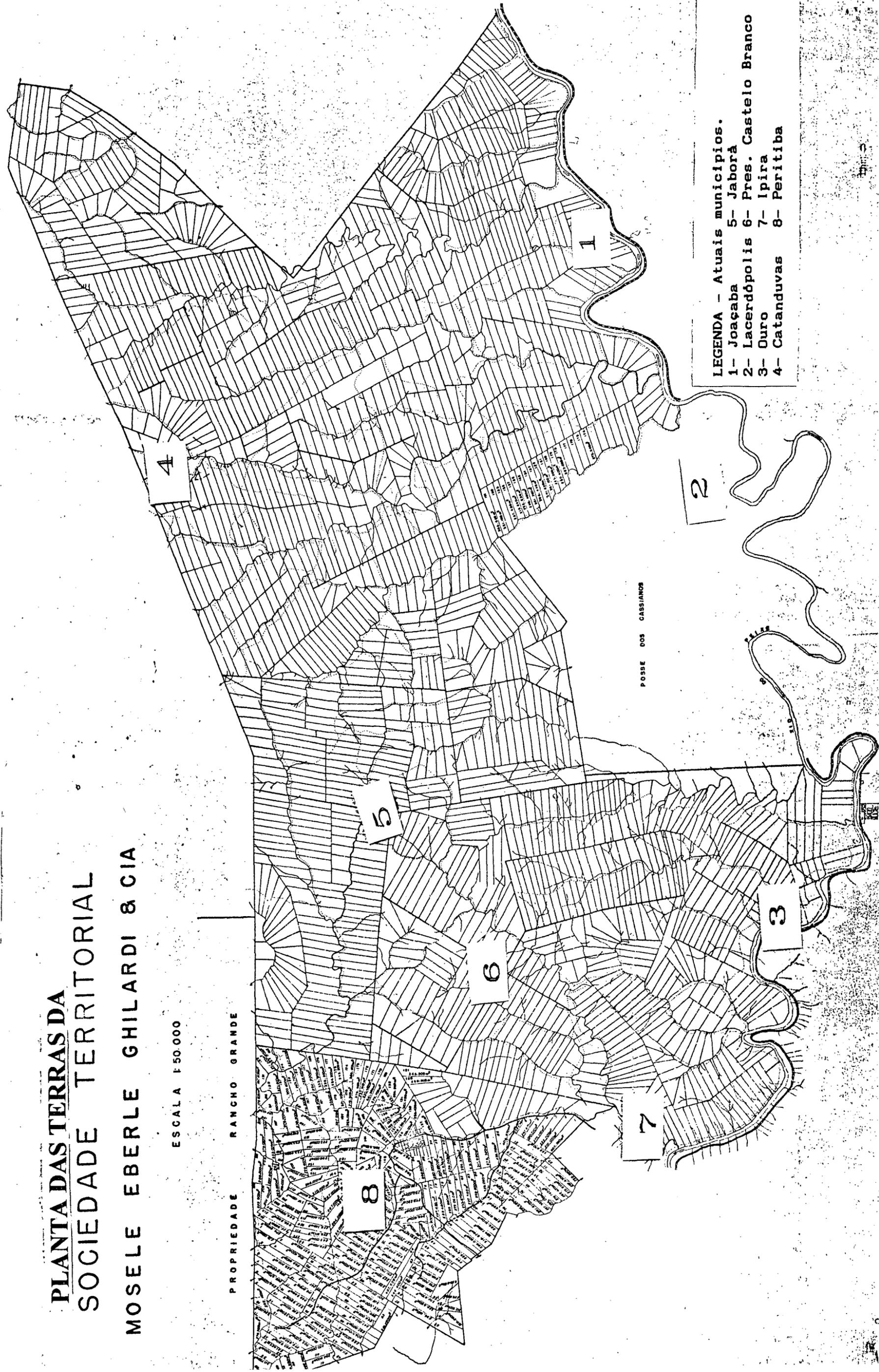
H. HACKER & CIA.

d. n. o.

**PLANTA DAS TERRAS DA
SOCIEDADE TERRITORIAL
MOSELE EBERLE GHILARDI & CIA**

ESCALA 1:50.000

PROPRIEDADE RANCHO GRANDE



- LEGENDA - Atuais municipios.**
- 1- Joaçaba
 - 2- Lacerdópolis
 - 3- Ouro
 - 4- Catanduvas
 - 5- Jaborá
 - 6- Pres. Castelo Branco
 - 7- Ipira
 - 8- Peritiba

ANEXO n. 4

Sociedade Territorial

MOSELE, EBERLE, AHRONS & Cia.

PROPRIETARI DELLE FUTUROSE COLONIE CONCORDIA E HERVAL,
I DUE MAGGIORI CENTRI DI GRANDE PROGRESSO DELLA
ZONA COLONIALE DI SANTA CATHARINA SITUATI NELLE
VICINANZE DELLE STAZIONI DI MARCELLINO RAMOS E HERVAL.

Acqua e clima: — l'acqua vi è abbondante e eccellente, tutti i terreni sono misurati in modo che ogni colonia sia servita di acqua corrente in quantità. Quanto al clima è il migliore che si possa desiderare, e si assomiglia molto a quello dei nostri municipi della colonia italiana, perciò molto adatto alla cultura di ogni sorta di cereali, specialmente *miglio, frumento, fagioli, fumo, alfafa*, oltre il buon vino perchè i vigneti vi fruttano benissimo.

Strade e commercio: — oltre alla favorevole situazione delle nostre terre che si trovano vicine alla strada di ferro, sono pure servite da ottime e numerose strade carreggiabili, proprie per auti e camions, costando per questo pochissimo il frete per il trasporto dei generi coloniali alle stazioni.

Nelle nostre colonie il colono può stabilirvisi subito e produrre in quantità qualunque genere coloniale perchè trova immediatamente dove venderlo a buoni prezzi, per trovarsi in mezzo al commercio e perciò dove non mancano mai buoni compratori.

COLONI: — ricordatevi che comprando terreni lontani dal commercio commettete un grande sbaglio, perchè non solo non otterrete buoni prezzi per la vendita dei vostri prodotti come sarete soggetti a pagare carissimi i generi che sarete obbligati a comprare per il vostro consumo, come *sale, zucchero, riso, petrolio* e altri, come pure avrete il disadvantage di essere lontani da tutti i ricorsi e perciò privi di strade, scuole e di chiese. Ricordatevi pure che comprando terreni di prima qualità vicino ai centri commerciali, è ancora il migliore negozio perciò tutti quelli che desiderano impiegare bene il loro capitale, devono acquistare delle nostre colonie in CONCORDIA o HERVAL.

Prezzi e condizioni di pagamento: — ZONA DI CONCORDIA di 3.000\$000 a 3.800\$000
per colonia di 24 ettari — ZONA DI HERVAL di 3.200\$000 a 4.800\$000 conforme la colonia. Pagamenti in tre prestazioni uguali, a vista a sei mesi e a dodici mesi senza juro, pagando anticipato faremo lo sconto nella base di 12% all'anno.

Conduzione: — per quelli che preferiscono non viaggiare in ferrovia l'impresa dispone di splendidi e comodi auto-omnibus da qualunque punto della colonia italiana fino a Marcellino Ramos oppure a Concordia. Viaggio gratuito di andata e ritorno per quelli che comprano, e costerà 100\$000 per quelli che non comprano.

Per maggiori informazioni dirigersi ai nostri scrittoi di Caxias, Marcellino Ramos o Herval (Santa Catharina) oppure ai gerenti João Mosele e Leonel Mosele.

(20-a)

ANEXO n. 5

2.500 COLONIE IN VENDITA

COLONIA CONCORDIA

La nostra ben conosciuta e fiorente colonia, formata di circa 4.800 colonie, già tutte misurate e tracciate, fertillissimi terreni, coperti di legnami di valore, tali come: angico, cangerana, guayuvira, louro, cabrinva, cedro e altri, pertanto adatti a qualunque specie di agricoltura come sia miglio, fagioli, frumento, fumo, alfafa, canna da zucchero, vigneti, etc. assicura un avvenire prospero e sicuro.

Ogni colonia è servita di acqua abbondante tanto di sorgente come corrente (lagoados).

Clima sano, uguale al migliore delle vecchie colonie italiane del Rio Grande.

Strade bellissime per automobili attraversano la colonia in tutti i sensi unendo i vari nuclei e dovuto a questa comodità il trasporto dei generi coloniali alle stazioni d'imbarco costa pochissimo.

Oltre la progredita Villa Concordia, sede di Distretto e di Parrochia, con Parroco permanente, agenzia postale, scuole governative e forti case di negozio compratrici di qualunque prodotto coloniale, esistono nella colonia altre cinque sedi denominate — ALTO ALEGRE, TRES DE OUTUBRO, NOVA GERMANIA, HARMONIA e NOVA ESTRELLA. Tutte in franco progresso, con bene assortite case commerciali, scuole, capelle etc. e tutte legate da ottime strade rotabili.

La nostra colonia è servita dalle due stazioni MARCELINO RAMOS e VOLTA GRANDE, questa ultima situata dal lato opposto del Rio Uruguay, di fronte a Marcelino Ramos.

Alla stazione di Volta Grande sbocca la strada maestra di Concordia, portando questo fatto grande vantaggio per l'imbarco dei prodotti della colonia, perchè non solo risparmiano il passaggio della balza sopra l'Uruguay, come pure l'imposto di esportazione. Oltre questo le merci godranno di riduzioni di tasse di trasporto di ferrovia per São Paulo e tutto questo in vantaggio dei coloni. Nella stazione Volta Grande, dove esistono molte case di commercio e fra altre industrie anche una ben montata fabbrica di banha, disponiamo di magnifici terreni urbani (lotti e chacaras) che vendiamo a prezzi vantaggiosi.

Non dovete, pertanto, perdere la buona occasione di acquistare terreni in Concordia e alla stazione Volta Grande i quali dovuto la loro privilegiata situazione commerciale e splendida qualità, in poco tempo avrete duplicato il vostro impiego di capitale. La Villa Concordia si trova appena a 35 chilometri dalla stazione Volta Grande, distanza che si percorre in poco più di un'ora di cammino. Nella nostra colonia già vi fissarono residenza circa di 700 famiglie quasi tutte italiane, e colla recente installazione della Parrochia in Concordia il numero di questa viene aumentando rapidamente.

Questo fatto prova che nelle nostre terre il colono può stabilirsi subito e produrre in quantità qualunque genere coloniale perchè con tutta facilità può vendere e ottenere buoni prezzi per trovarsi nel centro del commercio.

La nostra Società dispone pure di circa 500 colonie di fertillissime terre nei progrediti centri di HERVAL e BOM RETIRO e molto vicine a quelle stazioni, che vende a condizioni e prezzi vantaggiosi.

CONDIZIONI DI PAGAMENTO: Nell'atto di firmare il contratto — un terzo del valore; il secondo terzo in 6 mesi e l'ultimo in 12 mesi. Pagando anticipatamente godrà lo sconto proporzionale del 12 % all'anno. Per i compratori che si stabiliscono dentro di 6 mesi nelle terre comprate, si concede maggiori vantaggi di tempo (prazo) per i pagamenti.

I BIGLIETTI DI FERROVIA DEVONO ESSERE COMPRATI DIRETTI A MARCELINO RAMOS O HERVAL — dove abbiamo scrittorio a carico dei soci gerenti João e Leonel Mosele, come pure persone pratiche e mezzi di conduzione per visitare le terre, senza spesa alcuna per i compratori.

Per maggiori schiarimenti e informazioni dirigersi a:

Mosele, Eberle, Ahrons & Cia. — MARCELINO RAMOS

Mosele, Eberle, Ghilardi & Cia. — HERVAL (Santa Catharina)

Eberle, Ludwig & Cia. — CAXIAS

Dr. Rodolpho Ahrons — PORTO ALEGRE (Rua Duque de Caxias n.º 1735)

Fonte: *Staffetta Riograndense*. Garibaldi, 18/01/1933. p. 4.

ANEXO n. 6.

IN CERCA DE NA DONA.

Mi voi maridarme,
ma non só qui sposar.

Na dona magra no la voi nó.
Ma perque?
Parque tuti i diz que la par na stanga,
Na stanga del filon, ma pin, ma pon, ma pá.

Na dona picola no la voi nó.
Ma perque?
Parque la fã i passeti curti e tuti
i se inamora del éstro que la ghá,
ma pin, ma pon, ma pá.

Na dona bela no la voi nó.
Ma perque?
Perque go sempre gente in casa
e mi bisonha che tasa
e que faça de rufian.
Ma pin, ma pon, ma pá.

Na dona bruta no la voi nó.
Ma perque?
Parque bruta la gó per sempre
e quando ghe vo darente,
un spavento la me fã,
Ma pin, ma pon, ma pá.

Na dona simplece mi la voi si.
Ma perque?
Parque la fã i mestieri in casa
e mi li faço fora e nissuni se inamora
del nostro casaron,
ma pin, ma pan, ma ponn...

"Indivíduo".

Fonte: Jornal *Tribuna Livre*. Joaçaba, 24 de novembro de 1957. p. 2. - ver tradução na seqüência.

À PROCURA DE UMA MULHER

Eu quero me casar,
mas não sei quem desposar.

Uma mulher magra eu não quero.
Mas por quê?
Porque todos dizem que ela se parece com uma 'ripa',
Uma 'ripa' magrela, *'ma pin, ma pon, ma pá'*.

Uma mulher pequena eu não quero.
Mas por quê?
Porque ela faz passinhos curtos e todos
implicam do jeito que ela tem.
'Ma pin, ma pon, ma pá'.

Uma bela mulher eu não quero.
Mas por quê?
Porque sempre tenho visitas em casa
e eu preciso me calar
e ser um bajulador.
'Ma pin, ma pon, ma pá'.

Uma mulher feia eu não quero.
Mas por quê?
Porque feia a terei para sempre
e quando dela me aproximo
um espanto ela me causa.
'Ma pin, ma pon, ma pá'.

Uma mulher simples é que eu quero.
Mas por quê?
Porque ela faz os serviços da casa
e eu faço os de fora
e ninguém implica com nosso *casarão*.
'Ma pin, ma pon, ma pá'.

ANEXO n. 7.

PARLANDO

Se mi te dago na sberla...
 Mando via encieme del vento.
 Parque, quel homo que se tchama...?
 Ga fato um juramento...
 Que rento la so scarsela
 No guené soldi del formento!

Ma porca pipa, porca pipeta!
 Su coleretché macacada!
 Porca vaca, porca vaqueta!
 Adeço si femo la derrubada,
 Mi no reverso la mea jaqueta
 Pitosto darghe tré bastonade.

El véchio Rineu adeço el va...
 Piantar patate te la so roça,
 Le rufian pedo que gambá
 Le sol promessa e no so cosa
 Buziero, nhanca parlar!
 E buzie, dequela grossa!

Aromai, ga tchapa el fresquim
 Le hora si de mandargue via,
 Lu, le sempre piem de morbim,
 Co la so política de pace e harmonia
 Que le freda come pinguim.
 Enquanto mi, no la credo mia.

Va farte tchavar anca ti!
 Bauchí, bel que finio...
 Escolta, que te digo mi!
 UDN? No vague drio...
 PSD? Ah! Questo sí!
 Le um Partido de tanto brio!

"DANTI"

Fonte: Jornal *Tribuna Livre*. Joaçaba, 1 de maio de 1959. p. 4. - ver tradução na seqüência.

FALANDO

Se te dou um tapa...
Deixo-o ir com o vento.
Porque aquele homem que se chama...?
Fez um juramento
Que no seu bolso não há dinheiro do trigo!

Mas *'porca pipa, porca pipeta!*
Fiquem atentos *macacada.*
Porca vaca, porca vaqueta!
Agora sim faremos a derrubada,
Eu não *'viro casaca'*
Antes dou-lhe três pauladas.

E o velho Irineu agora vai...
Plantar batatas na roça dele.
É bajulador, pior que gambá;
É só promessa e sei lá o que
Mentiroso, *'nem se fala!'*
E mentira da grossa!

Ele quase está catiando
Chegou a hora de mandá-lo embora
Ele está sempre cheio de ambição,
Com a sua política de paz e harmonia,
Que é fria como pinguim.
Mas eu não lhe dou confiança.

Dane-se você também!
Bobos, já acabou...
Escute o que te digo!
UDN, não a siga!
PSD, Ah! Este sim!
É um partido de muito brio.

DECLARAÇÃO

No Boletim Diocesano de Santa Maria lemos o que segue:
 «Tendo chegado ao nosso conhecimento que algumas *empresas colonisadoras*, para attrahirem *colonos* e decidirem-nos a dar-lhes preferencia na compra de terras allegam em seus prospectos e annuncios, promessas, contractos ou que outro nome tenha, de sacerdotes estaveis que a modo de Curas de almas attendam as necessidades espirituas dos que se estabelecerem nessas novas colonisações, declaramos para evitar surpresas e decepções funestas, que embora summamente desejoso de prover com a maior efficacia possivel, á assistencia religiosa de todos os nossos diocesanos, não temos feito nenhuma promessa nem assumido compromisso nenhum, pela razão muito simples da grande escassez de sacerdotes. Ha na diocese parochias vagas, e regiões extensissimas, já densamente povoadas, não poderão ainda ser erigidas em parochias pelo mesmo motivo.

Cuidem, pois os nossos bons cooperadores que os seus applicados não venham soffrer detrimentos por motivos de taes reclames.

Santa Maria, 25 de Janeiro de 1919.

† Miguel, Bispo de Santa Maria»

Advertencia !

Quem realmente tem parochia e collegio, dirigido por 3 Padres Franciscanos, é a **EMPRESA COLONISADORA LUCE, ROSA & CIA.** Os reclames das outras firmas a respeito são invenções.

JOSÉ PETRI

Socio-representante geral da Companhia Colonisadora Luce, Rosa & C'a.
 (d. n. 3. 26 v.)